

RENATA OLIVEIRA ASSIS

**USINA E CIDADE: HARMONIA, CONFLITOS E  
REPRESENTAÇÕES DO/NO ESPAÇO URBANO EM  
VOLTA REDONDA, RJ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2013

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

A848u  
2013 Assis, Renata Oliveira, 1985-  
Usina e cidade : harmonia, conflitos e representações do o  
espaço urbano em Volta Redonda, R.J. / Renata Oliveira Assis. –  
Viçosa, MG, 2013.  
ix, 154f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Regina Esteves Lustoza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.145-151.

1. Planejamento urbano - Volta Redonda (RJ).
2. Planejamento urbano - Volta Redonda (RJ) - Aspectos sociais.
3. Comunidade urbana - Desenvolvimento.
4. Companhia Siderúrgica Nacional (Brasil). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 711.4

RENATA OLIVEIRA ASSIS


**USINA E CIDADE: HARMONIA, CONFLITOS E  
REPRESENTAÇÕES DO/NO ESPAÇO URBANO EM  
VOLTA REDONDA, RJ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de agosto de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Vera Lucia Ferreira Motta Rezende

  
\_\_\_\_\_  
Teresa Cristina de Almeida Faria

  
\_\_\_\_\_  
Regina Esteves Lustoza  
(Orientadora)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, aos meus pais Pedro e Irani e às minhas irmãs de coração Sirleimar, Cleidimar, Helimar e Edmara, pela presença em todos os momentos de minha vida.

À professora Regina Esteves Lustoza por todo apoio e amizade ao longo desses anos. À sua orientação devo creditar os méritos deste trabalho e da minha própria trajetória acadêmica.

Às professoras Vera Lucia Ferreira Motta Rezende e Teresa Cristina de Almeida Faria por aceitarem participar da banca examinadora dessa dissertação, bem como à professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo pelas sugestões e pareceres sobre este trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa pelo suporte institucional; ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo pelo acolhimento e incentivo à pesquisa desenvolvida; e aos professores e colegas pelas discussões e debates acadêmicos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa de mestrado durante os dois anos de pesquisa.

Aos responsáveis pelos órgãos e arquivos de consulta em que tive contato, em Volta Redonda e no Rio de Janeiro, pela solicitude e simpatia que demonstraram.

A todos aqueles que gentilmente cederam seu tempo e às histórias que certamente enriqueceram o resultado final desta dissertação.

Finalmente, aos trabalhadores e moradores de Volta Redonda, cujas trajetórias vêm inspirando há décadas pesquisas e lutas sociais pelo país.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>iv</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>viii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - AS RELAÇÕES DO TRABALHO E A SOCIEDADE CAPITALISTA .....</b>	<b>11</b>
1.1.    CSN: A MATERIALIZAÇÃO DE UM SONHO NACIONALISTA.....	15
1.2.    O “HOMEM NOVO” – DO CAMPO AO URBANO-INDUSTRIAL .....	27
1.3.    VOLTA REDONDA: O MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL - <i>O PROJETO ORIGINAL DE ATTÍLIO CORREA LIMA</i> .....	36
<b>CAPÍTULO II - HARMONIA E ORDEM: A USINA NA CIDADE .....</b>	<b>50</b>
2.1    VOLTA REDONDA: O MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL - <i>AS MODIFICAÇÕES NO PROJETO ORIGINAL FEITAS PELA CSN</i> .....	55
2.2.    PELO ESPAÇO DA CIDADE: A IDENTIDADE SOCIAL DA “FAMÍLIA SIDERÚRGICA” E O PATERNALISMO DA CSN. ....	72
<b>CAPÍTULO III - CONFLITO E CRISE: A CIDADE NA USINA .....</b>	<b>87</b>
3.1.    O DÉFICIT HABITACIONAL E A CONSTITUIÇÃO DA "CIDADE VELHA".	90
3.2.    A MUDANÇA DE POLÍTICA SOCIAL DA CSN E A QUEDA DO PATERNALISMO.....	102
3.3.    OS CONFLITOS SOCIAIS E O “DIREITO À CIDADE”.....	107
<b>CAPÍTULO IV - DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO AOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO: USINA E CIDADE.....</b>	<b>119</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>153</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Construção da Usina 1942.....	20
Figura 2 - Construção da Usina. 1942.....	20
Figura 3 – Trabalhadores da CSN. s/d.....	30
Figura 4 – Trabalhadores da CSN. s/d.....	30
Figura 5 – Trabalhadores da CSN. s/d.....	31
Figura 6 – Trabalhadores da CSN. s/d.....	31
Figura 7 – Acampamento Rústico. Construção de casa de pau-a-pique. s/D.....	31
Figura 8 – Acampamento Rústico. s/d.....	31
Figura 9 – Acampamento Principal. s/d.....	32
Figura 10 – Acampamento Principal. s/d.....	32
Figura 11 – Plano Geral da Usina e da Vila Operária.....	38
Figura 12 - A Vila Operária por Attílio Correa Lima.....	43
Figura 13 – Bairro Conforto. s/d.....	44
Figura 14 – Bairro Santa Cecília. s/d.....	44
Figura 15 – Bairro Laranjal. s/d.....	44
Figura 16 – Bairro Santa Cecília. s/d.....	44
Figura 17 – A Vila Operária – ampliação/expansão.....	56
Figura 18 – A Vila Operária – loteamentos.....	57
Figura 19 – A Vila Operária – equipamentos urbanos.....	58
Figura 20 – A Vila Operária – setorização.....	62
Figura 21 – A Vila Operária – eixos.....	65
Figura 22 - Escritório Central da CSN. 1965.....	66
Figura 23 – Obelisco Getúlio Vargas. Seu alto relevo representa os quatro setores da CSN: a coqueria, o alto-forno, a aciaria e a laminação. s/d.....	68
Figura 24 – Duas estátuas compõem o monumento do obelisco. Uma simbolizando a agricultura. s/d.....	68
Figura 25 - E a outra estátua feminina simbolizando a indústria. s/d.....	69
Figura 26 – Croqui de esquematização dos monumentos na Praça Brasil.....	70
Figura 27 – A Vila Operária – três pontos.....	71

Figura 28 - Ginásio coberto do Recreio dos Trabalhadores. s/d.....	82
Figura 29 – Vista área do Recreio dos Trabalhadores. s/d.....	82
Figura 30 - Recreio dos Trabalhadores. s/d. ....	83
Figura 31 – Sede Social do Clube dos Funcionários da CSN. s/d. ....	83
Figura 32 – Cine Nove de Abril. s/d. ....	83
Figura 33 – A Vila Operária – Equipamentos de lazer. ....	84
Figura 34 – A Vila Operária/Cidade de Volta Redonda – “Cidade Velha”.....	99
Figura 35 – A cidade de Volta Redonda – Décadas de 1970 e 1980. ....	111
Figura 36 - Memorial 9 de Novembro em sua inauguração, antes do atentado à bomba.....	117
Figura 37 - Memorial 9 de Novembro após o atentado à bomba.....	117
Figura 38 - Memorial 9 de Novembro reerguido após o atentado à bomba .....	117
Figura 39 – Vila Santa Cecília. 2011 .....	130
Figura 40 – Vila Santa Cecília. 2011. ....	130
Figura 41 – Avenida Amaral Peixoto. 2011.....	130
Figura 42 – Avenida Sávio Gama - Retiro. 2011.....	131
Figura 43 – A cidade de Volta Redonda – os três centros comerciais.....	132
Figura 44 – Casas no bairro Conforto. 2012.....	133
Figura 45 – Casas no bairro Conforto. 2012.....	133
Figura 46 – Detalhe da lixeira. Av. Amaral Peixoto. 2012.....	135
Figura 47 – Detalhe dos telefones públicos. Av. Amaral Peixoto. 2012.....	135
Figura 48 – Mapa de localização e turismo. Av. Amaral Peixoto. 2012.....	135
Figura 49 – Detalhe dos semáforos. Av. Amaral Peixoto. 2012.....	135
Figura 50 – Espaços de permanência. Av. Amaral Peixoto. 2012.....	135
Figura 51 – Estádio da Cidadania. s/d.....	136
Figura 52 – Estádio da Cidadania. s/d.....	136
Figura 53 – Símbolo da Cidade adotado pela Prefeitura desde 1999 .....	137
Figura 54 – Estrutura na entrada da cidade pela Via Dutra. s/d.....	137
Figura 55 – Símbolo nas calçadas da cidade. 2012.....	137
Figura 56 – Símbolo nos ônibus urbanos. s/d. ....	137
Figura 57 –Praça Juarez Antunes. 2012.....	138

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Política de Assistência Social da Companhia Siderúrgica.....	78
QUADRO 2 – Os Planos da Companhia Siderúrgica Nacional. ....	92
QUADRO 3 – Relação entre número de empregados e número de habitações construídas em Volta Redonda pela CSN. ....	95
QUADRO 4 – Trabalhadores atendidos pela política habitacional da CSN (1966). .....	97

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento  
CBS - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CVRD – Companhia do Vale do Rio Doce  
DASP – Departamento Administrativo do Setor Público  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
ENBA – Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro  
FNM – Fábrica Nacional de Motores  
GACEMSS – Grêmio Artístico Cultural Edmundo Macedo Soares e Silva  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
IPPU-VR – Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Volta Redonda  
PMVR – Prefeitura Municipal de Volta Redonda  
PRP – Partido Republicano Rio-Grandense  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RDI – Regulamento de Distribuição de Imóveis  
SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Volta Redonda  
SOM – Superintendência de Oficinas Mecânicas  
UPV – Usina Presidente Vargas  
URP – Unidade de Referência de Preços  
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

## RESUMO

ASSIS, Renata Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2013.  
**Usina e Cidade: harmonia, conflitos e representações do/no espaço urbano em Volta Redonda, R.J.** Orientadora: Regina Esteves Lustoza.

A pesquisa teve como objetivo teórico, abordar três aspectos: a produção social do espaço urbano sob a ótica do sistema capitalista; as relações trabalho- sociedade; as representações do espaço e os espaços de representação, tomando a cidade de Volta Redonda como objeto empírico. As reflexões sobre produção social do espaço urbano e sociedade-trabalho, baseadas principalmente nas contribuições de Henri Lefebvre, nortearam esta pesquisa e nos ajudaram a discutir diferentes questões como o cenário político e ideológico de Getúlio Vargas para a construção de uma “nova” sociedade e um “novo” trabalhador, a produção social do espaço urbano em Volta Redonda, levando em consideração a relação Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - trabalhadores, no âmbito da produção e reprodução social e as formas de ocupação espacial materializadas por essas relações. O espaço urbano em Volta Redonda surgiu com a implantação da Vila Operária da CSN, através do projeto urbano do arquiteto Atílio Correa Lima em 1941. Planejada nos moldes do urbanismo progressista, visando consolidar uma sociedade urbano-industrial modelo para o Brasil, a Vila Operária em Volta Redonda expôs uma série de significados e símbolos no processo de produção da dinâmica espacial. A configuração urbana em Volta Redonda espelha de modo claro, o processo de ordenamento espacial em função de uma unidade de produção capitalista, dominando a estrutura social e constituindo valores políticos-ideológicos que, baseados nas representações do espaço, se tornaram resíduos do tempo histórico, revelando todas as contradições e conflitos sociais inerentes a esse tipo de produção.

## ABSTRACT

ASSIS, Renata Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2013.  
**Steelworks and City: harmony, conflicts and representations of/in urban space in Volta Redonda, R.J.** Adviser: Regina Esteves Lustoza.

The research had as theoretical objective treat three aspects: the social production of urban space from the perspective of the capitalist system; relations society-work; representations of space and spaces of representation, taking the city of Volta Redonda as empirical object. The reflections about the social production of urban space and society-work, based mainly on contributions of Henri Lefebvre, guided this research and helped us to discuss different issues such as the political and ideological moment of Getúlio Vargas to build a "new" society and a "new" worker, the social production of urban space in Volta Redonda, taking into account the relation Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – workers, within the social production and reproduction and the forms of spatial occupation materialized by these relations. The urban space in Volta Redonda emerged with the implementation of the Company Town of CSN, through urban design of architect Atílio Correa Lima in 1941. Planned along the lines of progressive urbanism, aimed at consolidating an urban-industrial society model for Brazil, the Company Town in Volta Redonda exposed a number of meanings and symbols in the production process of spatial dynamics. The urban configuration represented a clear way in Volta Redonda, spatial planning process on the basis of capitalist production, overcoming the social structure and value of political – ideologies, that based on the representations of space, have become historic traces of time, revealing all the contradictions and social conflicts inherent in this type of production.

## | INTRODUÇÃO

A transição do Brasil rural para o urbano teve início lentamente com uma série de mudanças políticas e econômicas desencadeadas na primeira metade do século XX, formando a base para o crescimento urbano, através, principalmente, dos investimentos para a industrialização do país.

O crescimento industrial trouxe significativas mudanças na sociedade, na política e no pensamento quanto ao urbano. Neste contexto, a indústria passou a ocupar um importante lugar e exercer influência decisiva na estrutura urbana. A produção industrial estimulou o surgimento e o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos próximos a uma grande fábrica e uma crescente divisão social do trabalho nas cidades atrelada à urbanização.

Em 1939, o presidente Getúlio Vargas, de acordo com seu projeto de modernização e diversificação industrial e a eclosão da II Guerra Mundial, decidiu construir uma grande siderúrgica no país: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Localizada na região do Vale do Paraíba do Sul, no interior do Estado do Rio de Janeiro – o que anos mais tarde veio a ser o município de Volta Redonda – a CSN foi um marco na história da industrialização brasileira.

Neste sentido, o trabalho traz uma discussão das transformações sociais e espaciais decorrentes da idealização e construção da Companhia Siderúrgica Nacional em conjunto com sua Vila Operária em Volta Redonda. Este conjunto constituiu um esforço na história da sociedade brasileira em marcar e consolidar as ideias e o pensamento nacionalista de Vargas e do Estado Novo (1937).

Por um lado, a construção da CSN visou promover a reforma administrativa e política no Brasil. Já a Vila se tornou o símbolo dessa nova era, tornando Volta Redonda a integração perfeita dos ideais de Vargas para uma nova sociedade.

A nova sociedade da Era Vargas, no pensamento da maioria dos estudiosos do Estado Novo, devia ser mantida hierarquizada, não igualitária e seu ordenamento devia se fazer a partir de atributos diferenciados de cada indivíduo. Isso é o que procuramos mostrar neste trabalho a partir das discussões sobre a produção social do/no espaço urbano em Volta Redonda, levando em

consideração as relações trabalho-sociedade e as influências que a CSN exerceu e exerce na cidade e na sociedade.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi estudar e refletir sobre a produção social do espaço urbano em Volta Redonda, interpretando o processo de ordenamento espacial e o que este representou para o indivíduo cidadão/trabalhador. Nas discussões procuramos identificar como a Companhia e o Estado influenciaram neste processo.

Para proceder a uma interpretação do processo de ordenamento espacial que ocorreu através da implantação da indústria e do ato social do trabalho, foram consideradas a construção e transformações espaciais de acordo com os interesses. Além disso, procuramos entender a relação da hierarquização industrial sobre o espaço urbano em Volta Redonda, seus limites e conflitos e assim, poder estabelecer, a partir da relação trabalho-sociedade entendida pela relação CSN-Volta Redonda, um referencial teórico-prático sobre as cidades brasileiras que surgiram a partir de um núcleo industrial.

Para estudar o espaço urbano nas cidades industriais e sua produção social foi adotada uma estrutura de três abordagens básicas que se integraram. A primeira de caráter geral tratou das questões teóricas do tema, sob o enfoque de autores como: Lefebvre, Harvey e Carlos, reconhecendo a importância da incorporação da análise de conceitos referentes à produção social do espaço urbano e a relação trabalho-sociedade.

Lefebvre (1973; 1991; 1999; 1999b; 2008) nos permitiu compreender através de uma abordagem dialética sócio espacial, como as técnicas de produção desenvolvidas no final do século XVIII estimularam o crescimento das grandes cidades industriais e comerciais. O autor destacou a importância dos fenômenos urbanos devido à dupla tendência centralizadora do capitalismo: a concentração da população e do capital. A primeira acompanhava a segunda em torno das grandes fábricas, onde se constituíram as vilas que se tornaram cidades, pois quanto maior fosse a cidade, maiores seriam as vantagens da aglomeração e mais facilmente reuniriam-se os elementos da indústria.

Harvey (1980; 2005) nos ajudou a descrever os avanços teóricos realizados por economistas, cientistas regionais, sociólogos, geógrafos, etc., na

tentativa de aprofundar a relação entre os processos sociais e as formas espaciais, especialmente nos espaços urbanos (entendidos como sistemas dinâmicos complexos no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação).

Carlos (2004; 2011) trouxe uma interpretação da base de estudos de Lefebvre para a realidade das cidades brasileiras. Com as questões do “direito à cidade” e a produção do espaço urbano e vida cotidiana.

Além da revisão bibliográfica, realizamos também pesquisas documentais, principalmente em documentos oficiais da CSN; pesquisas *in loco*, identificando estruturas espaciais das áreas urbanas, observações diretas e participantes, utilizando diferentes instrumentos metodológicos, como fotografias, espacialização das informações e discussões e análises sobre a relação hierárquica entre a Siderúrgica e a Cidade.

Essa etapa nos propiciou a realização de uma “*leitura sócio espacial do projeto urbano para a cidade industrial*”: configuração/esquema gráfico onde as variáveis e os fatos foram observados e analisados, com a incorporação de aspectos relacionados à morfologia urbana. Esta leitura se caracterizou em um processo reflexivo para o entendimento do objetivo proposto, tomando o homem e seu meio como elementos principais para a compreensão da relação trabalho-sociedade. Nesta fase, incorporamos conceituações teóricas e/ou filosóficas referentes a autores como Lamas, Foucault, Gramsci, Choay, entre outros.

Em linhas gerais a pesquisa envolveu diferentes níveis de interlocução acadêmica, técnica e institucional, onde refletimos sobre as formas de produção no/do espaço urbano, atrelados a um projeto de modernização político-econômico e social, pela ótica de uma experiência: a construção do Complexo CSN-Volta Redonda.

Devido a esta interlocução com diferentes áreas do conhecimento e a abrangência das discussões suscitadas neste trabalho, foi necessária a interpretação e o esclarecimento de alguns termos como: “cidade operária”, “poder”, “hegemonia”, “simbolismos”, “disciplina” e/ou “aparelhos disciplinares”. Não foi nossa intenção tratar de forma superficial os termos citados, apenas nos detivemos a compreendê-los nos limites deste trabalho ao

nível do urbanismo, voltado para a interpretação da produção social do espaço urbano.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus funcionários difundiram-se em larga escala, em diferentes estados e regiões. Nesse momento, esses espaços se afirmaram como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remeteram a valores, materiais e simbólicos do mundo fabril.

O termo “cidade operária” começou a ser utilizado no Brasil para designar essas aglomerações, sobretudo a partir da década de 1930. Está associado a uma mudança de escala desses lugares, tanto decorrente do crescimento de alguns e de sua emancipação e conversão em sedes de municípios, quanto do surgimento de novos lugares com grandes dimensões, alguns decorrentes de iniciativas governamentais.

No projeto elaborado por Atílio Correia Lima para Volta Redonda, e na maioria dos documentos da CSN da década de 1940, o núcleo urbano que estava sendo planejado junto à primeira siderúrgica brasileira foi denominado de “cidade operária”.

De acordo com Correia (2001), um acirrado debate ocorreu a partir dos anos de 1930, quando algumas das aglomerações criadas por empresas foram emancipadas, convertidas em sedes de municípios e começaram a ser designadas como “cidades”. Tal designação foi objeto de controvérsias. O controle das fábricas sobre a vida econômica e política local e, sobretudo, o monopólio sobre a propriedade imobiliária que elas continuavam a deter, suscitaram um questionamento acerca do estatuto das novas cidades.

Este questionamento, segundo a autora, girava em torno de considerar tais aglomerações como cidades, desprezando, em sua opinião, os elementos essenciais ao estatuto de uma cidade, como a autonomia a seus moradores.

Em torno da pertinência, ou não, da palavra “cidade” para nomear uma aglomeração criada e gerida por uma fábrica, decidimos tratar Volta Redonda, neste trabalho, como “vila operária” até sua emancipação política e administrativa em 1954, a partir desse momento, mesmo a Companhia tendo autonomia na

administração da área de sua propriedade, reconhecemos Volta Redonda como “cidade”, apesar de entendermos pertinente a discussão sobre este conceito.

A hegemonia foi tratada no sentido atribuído por Gramsci (1980). Desenvolve-se quando uma classe se torna dominante e dirigente sobre o conjunto das relações sociais e das instituições/organismos privados da sociedade civil. Para legitimar a hegemonia é necessário que esta classe logre transformar suas necessidades particulares em interesses do conjunto da sociedade, através da adesão coletiva e voluntária de outras classes ou grupos sociais, inclusive subalternos.

De acordo com a interpretação de Gramsci (1980), podemos entender que a hegemonia da CSN se exerceu não só pelo lado voluntário, passivo, mas principalmente pela aceitação dos trabalhadores, garantida pelo medo da punição no trabalho ou a perda de benefícios oferecidos pela Companhia, sendo assim, um exemplo de estratégias de poder, segundo Michel Foucault.

O conceito de “poder” formulado por Foucault em seus livros “*Microfísica do Poder*” (2011) e “*Vigiar e Punir*” (1987), nos traz, o nascimento de uma nova forma de poder que nasce a partir de uma nova concepção de sociedade, governada pela ideologia<sup>1</sup> burguesa, como é o caso de nosso objeto de estudo.

Primeiramente é necessário mencionar que não existe, no pensamento de Foucault, uma teoria do poder. O que existe são relações de poder, isto é, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”<sup>2</sup>. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) afirma que o poder não existe, não é uma coisa, uma propriedade que pertence a alguém ou a alguma classe.

Na realidade, para o autor, não existia, de um lado, aqueles que detêm o poder (dominantes) e, de outro, aqueles que a ele estavam submetidos (dominados). Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em

---

<sup>1</sup> Diferentemente de uma tradição marxista bastante difundida, o sentido de ideologia neste trabalho, estará no sentido gramsciano, que não significa “falsa ideia do real”, mas sim força material de transformação da realidade ao mobilizar corações e mente em torno de um projeto social de uma classe ou fração da classe que, a partir de interesses particulares, alcança a dimensão de interesses nacionais ou universais (GRAMSCI, 1980).

<sup>2</sup> MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2011.

rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma manobra ou estratégia e não como uma coisa, um objeto ou um bem.

O que nos pareceu evidente nas investigações de Foucault foi uma espécie de “funcionalidade” do poder que traduziu a maneira como tentamos expor a problemática urbana em Volta Redonda a partir da industrialização capitalista (CSN), onde se configurou um equívoco procurar qualificar o poder como fundamentalmente repressivo, ou seja, aquele que impunha castigo, força ou violência. Em contrapartida, Foucault acrescentou uma concepção de poder que teve por objetivo utilizar-se de dispositivos disciplinares, ao qual o autor chamou de “*poder disciplinar*”.

A disciplina é uma técnica, um mecanismo, um dispositivo de poder que trabalha diretamente o corpo dos indivíduos, manipula seus gestos e comportamentos, forma-o, adentra-o. Diferentemente de uma relação de violência que age sobre um corpo, forçando, submetendo, quebrando, destruindo ou fechando outras possibilidades de ação, uma relação de poder se articula disciplinando a sociedade de tal forma que garanta a produção de indivíduos dóceis e submissos a determinados sistemas, no nosso caso o capitalista, ao mesmo tempo em que estes devem oferecer uma mão-de-obra de qualidade que ajude o desenvolvimento econômico da sociedade (FOUCAULT, 1987).

Portanto, Foucault (1987) procurou mostrar que o exercício do poder através da violência se tornou ineficaz. O controle disciplinar sobre o modo de vida dos indivíduos, de forma sutil, evitava possíveis protestos, mostrando-se mais eficiente para garantir a hegemonia de um grupo social.

Estas foram as relações de poder que ao longo do trabalho foram mencionadas. Podemos perceber que a configuração do espaço urbano em Volta Redonda materializou essas relações através de dois caminhos que se complementaram: os aspectos/elementos de representação simbólica e a vigilância hierarquizada.

As representações simbólicas (símbolos) são elementos representativos que estão (realidade visível) em lugar de algo (realidade invisível). De acordo com Jung (2002), o que chamamos de símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações

especiais além do seu significado evidente e convencional. Implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós.

Parece-nos claro que elementos, ideias ou formas se tornam *simbólicas* pelo depósito de significados que lhes são atribuídos; sendo o seu estudo, geográfico/urbano ou de outra natureza, passível de análises individuais e coletivas, isso porque um dado objeto pode incitar a ênfase de significações das mais variadas, produto de um processo cultural subjetivo.

Assim, ao falarmos em elementos ou aspectos que carregam em si uma carga simbólica em nossa leitura socio espacial, não estamos afirmando que existam representações *não-simbólicas*. Optamos por esse tratamento, apenas, para dar ênfase aos aspectos que implicam em alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato, e por isso, simbólico.

A vigilância hierarquizada diz respeito à vigilância no sentido de se poder enxergar a tudo e a todos, de maneira a impedir que o ato indesejado aconteça, evitando-se, assim, as correções. Este último caso, é explicado por Foucault (1987), através da utilização do efeito panóptico do modelo de sistema de reclusão de Jeremy Bentham.

O panóptico, na sociedade moderna, seria uma expressão dos dispositivos de vigilância onde não seria mais necessária a reclusão nos moldes tradicionais, mantendo o recluso preso e escondido; mas sim, vigiado, pois a vigilância constante, ou a impressão de sua existência, seria mais eficiente. Foucault (1987) explica esse efeito como uma metáfora da transformação moderna, da moderna redistribuição dos poderes e dos controles, agora exercidos não somente nas instituições, como prisões, por exemplo, mas sim na esfera social, no âmbito do trabalho e do lazer.

Feitos os esclarecimentos a respeito dos termos tratados neste trabalho, passaremos a estruturação dos quatro capítulos que nos levaram a uma reflexão a respeito do processo de ordenamento do espaço urbano, hierarquizado pela Siderúrgica da CSN.

No primeiro capítulo iniciamos as reflexões sobre trabalho-sociedade feitas por estudiosos e pesquisadores como Lefebvre e Sposito que nos levaram a discutir o cenário político do Estado Novo, tomando como objeto de análise o

pensamento e a ideologia de Getúlio Vargas, através das transformações econômicas e sociais que redundaram na elaboração do projeto da Companhia Siderúrgica Nacional e da Vila Operária em Volta Redonda. Do mesmo modo, a outra questão tratada foi o processo de repressão, segregação e autoritarismo, que culminou no “novo modelo” de trabalhador. Por fim, foram discutidos os elementos que refletiram no espaço urbano da Vila Operária, como modelo de cidade industrial que surgiu de forma autoritária e com níveis hierárquicos de poder. As questões tratadas se referem às décadas de 1930 e 1940.

Procuramos entender o espaço social, fruto das relações sociais de produção capitalista e apresentamos uma abordagem sobre a produção do espaço urbano a partir da visão Lefebvriana, ao considerarmos a variável espaço nas relações estabelecidas entre o social e as forças produtivas.

No segundo capítulo passamos a uma discussão e a uma análise, a respeito das alterações que a CSN fez no Projeto Original para a Vila Operária do urbanista Atílio Correa Lima. Essas mudanças se caracterizaram por alterações de ordem técnica (principalmente, ampliação da área urbana) e simbólica (controle e vigilância do espaço urbano e social). Procuramos abordar a consolidação da Vila Operária, através da imagem da “família siderúrgica”, baseada na política assistencialista da CSN e no controle da totalidade dos equipamentos urbanos da Vila, o que se configurou numa busca pelo espaço da cidade entre classe dominante e trabalhadores. A periodização deste capítulo se encontra entre as décadas de 1940 e 1960.

A relação que conferimos a este Capítulo, “A Usina na Cidade”, trata-se da análise da ascensão e consolidação da configuração urbana da Vila Operária da CSN num período que entendemos ser de harmonia e ordem, ou seja, a construção das relações sociais dos trabalhadores e seus familiares se deu num contexto de controle e presença direta da CSN na esfera social. Usina e Vila Operária eram uma só realidade, comandada de forma absoluta pela instituição.

No terceiro capítulo trouxemos e analisamos as questões que culminaram em conflitos e crises no Complexo CSN e Vila Operária, abordando um período que vai da década de 1960 aos primeiros anos da década de 1990. Cabe aqui salientarmos que os conflitos na relação CSN – Volta Redonda não surgem somente

neste período abordado no Capítulo III, pois também estiveram presentes em outros momentos, em diferentes níveis e de diferentes modos. O que pretendemos mostrar é que ao contrário de outros momentos, os conflitos desse período passaram a se destacar no cenário entre Usina e Cidade.

Desta maneira, neste capítulo abordamos como a cidade de Volta Redonda se converteu em dois espaços estruturalmente e politicamente distintos, marcado pela existência da “cidade nova” e “cidade velha”. Essa situação foi impulsionada pelo déficit habitacional. Analisamos, também, as crises na relação CSN - trabalhadores caracterizadas pela venda dos imóveis pertencentes à CSN com a criação de uma imobiliária (CECISA) de sua propriedade. Este processo se desenvolveu a partir da queda do paternalismo da CSN, impulsionada a partir de 1964, quando a política no cenário brasileiro sofreu uma drástica mudança com o Golpe Militar. Por fim, fizemos referência ao principal conflito entre CSN e trabalhadores: a greve de 1988. Tentamos esclarecer os motivos os quais levaram a esse conflito que terminou com a morte de três trabalhadores e com um cenário de guerra no espaço urbano em Volta Redonda.

Desta maneira, a relação “A Cidade na Usina” se referiu à análise dos conflitos e crises que passaram a se destacar na relação CSN e trabalhadores. Com a queda dos benefícios assistencialistas da Companhia e a entrega à Prefeitura Municipal de Volta Redonda de seu patrimônio urbano, os habitantes da cidade foram condicionados a mudanças drásticas no seu modo de vida, alienados à participação na produção do espaço urbano.

As leituras feitas sobre a obra de Lefebvre nos levaram no Capítulo IV a uma tentativa em desvendar as representações do espaço (espaço concebido), as práticas espaciais (espaço percebido) e os espaços de representação (espaço vivido) na produção social do espaço urbano em Volta Redonda. Desta forma, além da conceituação teórica, conferida a Lefebvre, referente à triplicidade na análise do espaço urbano, mostramos alguns aspectos de como a privatização da CSN em 1993 trouxe consequências para a população e cidade. Além disso, procuramos evidenciar como a cidade se apresenta no século XXI, reforçando a ideia da cidade como materialização das decisões da CSN tomadas ao longo dos

anos. Desta forma, a periodização deste capítulo se encontra na década de 1990 e início dos anos 2000.

Portanto, o espaço urbano em Volta Redonda, planejado na década de 1940 sob o governo de Vargas, traz uma discussão de um espaço de racionalidade, da produção e da reprodução, da ideologia, do poder e também das possibilidades de superação de conflitos e contradições internas da relação trabalho- sociedade, a partir do espaço urbano oriundo do projeto do urbanista Atílio Correa Lima, concebido como síntese da construção da sociedade urbana e industrial no Brasil.

Investimos na ideia de que a produção social desse espaço urbano esteve vinculada ao ordenamento e a disciplina dos cidadãos, um projeto de cidade industrial consagrado como moderno. Volta Redonda se inseriu no cenário urbano de duas maneiras: um espaço planejado para o controle e ao mesmo tempo um cenário de modernidade e progresso.

## CAPÍTULO I - AS RELAÇÕES DO TRABALHO E A SOCIEDADE CAPITALISTA

Iniciamos as reflexões sobre trabalho-sociedade através das ideias de Marx<sup>3</sup>, que caracteriza o trabalho como sendo uma interação do homem com a natureza, de tal modo que os elementos desta natureza são conscientemente modificados para alcançar um determinado propósito. O trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. É uma atividade social, com a intenção de transformar o meio em que vive através de um esforço afirmado e desejado para a realização de objetivos (COLMAN; POLA, 2009).

Engels (1985) citado por DALLAGO (2010) afirma que na medida em que o homem coloca seu corpo, sua consciência a serviço de algum objetivo, trava uma relação com a natureza e com outros homens. Neste sentido, a atividade do trabalho é o elemento de desenvolvimento do próprio homem, sendo este indispensável à sua existência.

A relação homem e natureza<sup>4</sup> só existe em função do trabalho, pois este transforma a matéria vinda da natureza em riquezas, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo.

Devemos entender que a análise do trabalho, feita por Marx no capitalismo, parte da categoria valor, ou seja, o trabalho deve ser analisado sob o aspecto social, junto com a substância do valor<sup>5</sup>. Desta forma, o objeto de investigação de Marx é o valor enquanto forma social do produto do trabalho (COLMAN; POLA, 2009).

Assim, o trabalho não pode ser analisado somente segundo aspectos técnicos, mas sim, segundo sua forma social. Isso não quer dizer que Marx, ao realizar seus estudos, ignorou o desenvolvimento das forças produtivas, pelo

---

<sup>3</sup> A obra de **Marx** constitui uma teoria geral da história da sociedade, visa dar conta de um movimento social em diferentes períodos da história da humanidade, apesar de sua ênfase estar centrada na sociedade vivenciada por ele, a sociedade capitalista (LUSTOZA, 2004).

<sup>4</sup> Esta expressão na análise de Marx é empregada para tratar da relação entre o homem social e a natureza, ou seja, o homem inserido na sociedade, na relação desta mesma sociedade com a natureza, e não da relação do homem isoladamente. O trabalho é, em Marx, o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, mas o homem aqui, não é o homem entendido individualmente, mas sim social, coletivamente (COLMAN; POLA, 2009.).

<sup>5</sup> “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho” (MARX, 1985 apud COLMAN; POLA, 2009.).

contrário, ele buscou desvendar o modo capitalista de produção que muitas vezes ficava oculto no avanço das forças produtivas (COLMAN; POLA, 2009).

O capitalismo foi dividido em três fases: capitalismo comercial (século XVI ao XVIII); capitalismo industrial (século XVIII) e capitalismo monopolista (iniciado no século XX). No caso deste trabalho as reflexões se detiveram no capitalismo dos estudos marxistas, no século XX.

Na visão de Marx o capitalismo é um determinado modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade, reconhecida como classe dos senhores (proprietários). Na sociedade capitalista os produtos dos diferentes trabalhos privados são trocados. A troca é condição necessária para a subsistência de todos na sociedade e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e troca; não podendo ser considerado, caso não se verifiquem as três condições. Essas características são fundamentais da sociedade produtora de mercadorias, onde estão os produtores independentes privados que possuem a sua força de trabalho, os seus meios de produção e os produtos resultantes do trabalho (COLMAN; POLA, 2009).

Desta maneira, a sociedade capitalista compreende um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada, o trabalho desempenha o papel de uma mercadoria adquirida através da remuneração estabelecida em contratos e regulada pelo mercado. É a separação absoluta entre assalariados e patrões, determinada pela produção em massa e em série, pelos aperfeiçoamentos técnicos constantes e pela conquista de mercados.

Segundo a ótica de Marx, a definição de classe social como é vista, separava as classes pelo seguinte aspecto: a relação dos donos do capital no caso o patrão, e os vendedores de força de trabalho, ou seja, o proletariado.

Nas sociedades mais antigas, não havia uma hierarquização social, isso permitia a divisão da mesma em classes; entretanto, todas as pessoas participavam do processo de produção. Com isso, não havia quem oprimisse, ou seja, não havia exploração de força de trabalho (LUSTOZA, 2004).

Antes das sociedades serem divididas em classes sociais a divisão do trabalho era natural, baseada na idade e no sexo dos integrantes da comunidade. No entanto, com o sistema capitalista, essa divisão adquire uma base social, homens, mulheres e crianças passaram a serem vistos como um todo homogêneo e indiferenciado (LUSTOZA, 2004).

Foi formado um grupo forte, que mesmo em minoria exerceu poder sobre os mais fracos. Surgiram as barreiras, os obstáculos, que separavam os indivíduos, por tarefas sociais. Uma sociedade classificada de duas maneiras: a classe dos senhores e a classe dos trabalhadores<sup>6</sup>.

Na sociedade capitalista, o mercado aparece como uma instituição neutra, cuja lógica da troca de mercadorias de valores iguais não favorece nem desfavorece ninguém em particular. O mercado capitalista aparece como o momento da vida social em que a troca de mercadorias de igual valor, segundo regras, valem para todos, sendo por isso, uma troca justa. Nesse sentido, ele promete ser a instituição que garante e promove os ideais da sociedade capitalista: a liberdade e a igualdade para todos (COLMAN; POLA, 2009).

Contudo, o mercado aprofunda e perpetua desigualdades que estão na base do capitalismo. Os trabalhadores produzem um valor maior no processo produtivo do que recebem como salário pela utilização de sua força de trabalho. A aparente igualdade de troca transforma-se em desigualdade. Por sua vez, a liberdade transforma-se em opressão e escravidão, porque o trabalhador é forçado a vender sua força de trabalho permanentemente ao capitalista (COLMAN; POLA, 2009).

Sobre a produção de mercadorias, através da transformação da natureza pela atividade humana, se traduziu, em sentido amplo, no termo “produção industrial”. A indústria passou a ser entendida como a forma pela qual a sociedade se apropria da natureza e a transforma.

Desta forma, a industrialização foi um processo amplo que marcou a vida contemporânea e se caracterizou pelo predomínio da atividade industrial, onde as cidades se tornaram a base territorial, uma vez que nelas se concentraram o capital

---

<sup>6</sup> Desta maneira, ao mencionarmos a palavra “trabalhadores” neste trabalho, estaremos nos referindo ao conjunto de todos os trabalhadores de uma empresa, excluindo-se, deste, os donos dos meios de produção. No caso específico da CSN, exclui-se a classe dos administradores, reconhecida como direção.

e a força de trabalho (SPOSITO, 1991). Isso gerou transformações profundas sobre os modos de vida e o padrão das relações sociais.

Ao ser questionada sobre o significado da industrialização para a urbanização, Sposito (1991) mencionou que a industrialização dava o “tom” da urbanização contemporânea e deixava marcas nas relações entre a sociedade e a natureza e foi predominante na produção de países socialistas. A cidade, ainda segundo Sposito, é o território suporte para a atividade industrial, pois se constituiu em um espaço de concentração, reunindo condições necessárias a esta forma de produção. Por outro lado, o desenvolvimento da urbanização não foi a condição para o desenvolvimento industrial, mas este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar forma definitiva, um traço produtivo e transformá-la no “centro” de gestão e controle da economia capitalista.

Por estes aspectos, Lefebvre (1991) ressalta que a industrialização, por ser uma característica da sociedade moderna, deve ser o ponto de partida para discutir a problemática urbana. Desta maneira, a constatação da influência da industrialização sobre o espaço urbano se tornou elemento central para a compreensão das transformações espaciais e sociais das cidades a partir do século XIX.

Fora das fábricas, foi preciso elaborar uma nova lógica de convivência, que demandou necessidade de criação de infraestrutura básica: moradia, transporte, saúde, entre outras, e a definição de um sistema político para dar suporte às relações sociais, pois a industrialização trouxe uma aglomeração dos trabalhadores fora do espaço de trabalho, quer dizer: a cidade.

Lefebvre (1999b) demonstra que este evento se deveu à dupla tendência centralizadora do capitalismo: a concentração da população e do capital. Esta relação foi tão forte que a indústria passou a produzir seus próprios centros urbanos dos mais variados tamanhos.

As grandes empresas não limitam seu controle ao perímetro da fábrica. Elas tentam estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores, através de todo um conjunto de instituições e uma política de ordenamento do espaço, chegando até à constituição de verdadeiras cidades industriais<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2001, p.71.

A idealização e a construção de cidades por parte da indústria veio a ser um eficiente mecanismo dos capitalistas, pois no interior das cidades industriais eram disseminados costumes e comportamentos, que o sistema idealizara para atingir seus objetivos de fixação, formação e dominação de sua força de trabalho.

Portanto, o planejamento de cidades industriais se tornou um aparelho de hegemonia do capital, onde as classes dominantes teriam a oportunidade de difundir sua ideologia não só nas relações de trabalho no interior da indústria, mas também na construção do cotidiano das relações sociais que se desdobraram no meio urbano, vigiando e controlando a vida de seus empregados.

### 1.1. CSN: A MATERIALIZAÇÃO DE UM SONHO NACIONALISTA.

Poucas fases da história do Brasil produziram transformações sociais e políticas tão significativas e duradouras como o Estado Novo (1937-1945), protagonizado pelo então presidente Getúlio Dornellas Vargas. Particularmente, não há como se tratar de Volta Redonda sem mencionar o contexto histórico e político, que envolveu toda sua gênese, diretamente ligada à figura do presidente Vargas e ao seu governo nos anos 1930, 1940 e 1950.

Os anos de governo de Getúlio Vargas foram marcados por um esforço em construir um projeto onde o Estado deveria assumir um papel central, comprometido com a complexa missão de afirmar um caráter de nacionalidade para o país (LOPES, 1993), através de alguns ideais, como: uma nova sociedade, um novo trabalhador, uma nova ordem produtiva e econômica e de uma nova ordem territorial e urbana.

No âmbito da política, o governo Vargas rompeu com a estrutura da República Velha, caracterizada pelo localismo, pelo regionalismo e pela base produtiva essencialmente cafeeira destinada à exportação, através da qual se obtinham as divisas necessárias à importação dos bens destinados a atender a demanda interna. (GARCIA, 2005). Toda a organização social e política encontrava-se estruturada em função dos interesses das oligarquias agrárias ligadas à produção.

Tratava-se, portanto, de uma economia agrária e de monocultura em que a produção não exportável pouco ultrapassava os limites do necessário ao autoconsumo de subsistência. O setor artesanal e fabril, destinado a atender à demanda de bens de consumo pelos assalariados, era precário e incipiente. A ideologia era determinada pelos interesses das classes hegemônicas e refletia, também, sua dependência face ao liberalismo econômico do capitalismo internacional. O “liberalismo”<sup>8</sup> pregava os princípios de livre comércio internacional, contra qualquer fórmula que implicasse na intervenção estatal (GARCIA, 2005).

Durante a República Velha, o poder político se concentrou nas mãos das oligarquias agroexportadoras, com a exclusão dos demais setores da sociedade, cujas demandas de participação foram reprimidas ou nem sequer chegaram a ser formuladas.

Nesse contexto, a burguesia industrial, pelos limites do próprio sistema econômico da República Velha, não chegou a se organizar como classe, com interesses autônomos. As classes médias urbanas, compostas por funcionários públicos, profissionais liberais, professores, militares, pequenos comerciantes e artesãos, eram mantidas afastadas do sistema. Constituíam um aglomerado heterogêneo, sem condições de visualizar interesses específicos, que possibilitassem sua organização como classe autônoma, e permitissem a formulação de qualquer projeto que superasse o modelo agroexportador vigente (GARCIA, 2005).

Os trabalhadores rurais, devido a pouca instrução e falta de conhecimento cultural, o isolamento nas fazendas e o controle pelo coronelismo, foram totalmente marginalizados a participação política. Os operários urbanos, na sua maior parte imigrantes ou filhos, viviam em condições precárias nas cidades (GARCIA, 2005).

Este era o cenário da sociedade brasileira, quando as crises internacionais dos anos 1920 exigiram que o Brasil passasse por um processo de diversificação

---

<sup>8</sup> O **liberalismo** defende principalmente a liberdade de comprar e vender ou produzir alguma mercadoria. Para os liberais, o Estado deve intervir da menor maneira possível, cabendo ao mercado (relações de compra e venda) o papel de regular a sociedade (GARCIA, 2005).

econômica. A solução dos problemas advindos com a crise de 1929<sup>9</sup>, por exemplo, exigiu a adoção de medidas que eliminassem os entraves à expansão das forças produtivas do Brasil, possibilitando a superação dos efeitos da dependência externa. Para tanto, foi necessário romper com o capitalismo “liberal” e reorientar o fluxo econômico para o mercado interno. Fortalecido, o Estado de Vargas, passou a intervir na economia adotando uma série de medidas, onde a orientação básica era o controle, a diversificação agrícola e a intensificação da industrialização substitutiva de importações.

O Estado Novo (1937-1945) constituiu o momento de controle político total de Vargas, em que se instauraram as instituições necessárias a permitir efetivamente que as mudanças idealizadas por Getúlio, desde a revolução de 1930, fossem viabilizadas. A estrutura de controle se dava através de uma série de órgãos, conselhos e comissões técnicas criadas ou reestruturadas após o golpe do Estado Novo. Entre os órgãos criados pelo governo, por exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era responsável por controlar os meios de comunicação da época e, assim, divulgar uma imagem positiva do governo. Já o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), remodelou a estrutura do funcionalismo público, prejudicando o tráfico de influências, as práticas nepotistas e outras regalias (GARCIA, 2005).

Com a reestruturação das instituições de governo e do controle administrativo, o Estado envolveu os diversos setores da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política.

A mobilização econômica forneceu as condições necessárias à instauração de uma nova ordem produtiva, através de um modo de acumulação voltado para o mercado interno e com maior ênfase no setor secundário. Mais que um projeto nacional - que tomou forma no final dos anos trinta - Vargas deteve uma orientação de governo centrada na ideia da implantação da indústria de base

---

<sup>9</sup> **A Crise de 1929**, também chamada por vezes de Grande Depressão Americana, foi uma grande depressão econômica mundial que teve início em 1929 nos Estados Unidos. Esta crise é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. Porém, em certos países pouco industrializados naquela época, como a Argentina e o Brasil, ao contrário, a crise acelerou o processo de industrialização (GARCIA, 2005).

(ou pesada), como ponto de partida para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (GARCIA, 2005).

Esta nova ordem produtiva era uma tendência que vinha se manifestando desde a década de 1930, mas não podia se realizar plenamente, sem a neutralização das tensões geradas com os conflitos entre os grupos heterogêneos (oligarquia agroexportadora, burguesia industrial, classes médias urbanas e trabalhadores rurais), alcançada com a centralização política e com o fortalecimento do Executivo no novo regime ditatorial do Estado Novo (GARCIA, 2005).

Nessa política de industrialização, o Estado foi responsável por apoiar o crescimento da indústria a partir da criação das indústrias de base. Tais indústrias deram suporte para que os demais setores industriais se desenvolvessem, fornecendo importantes matérias-primas. Foram criadas no período do Estado Novo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Companhia Nacional de Álcalis (LOPES, 1993).

A história da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que teve na Usina Presidente Vargas - UPV, em Volta Redonda, a sua principal unidade de produção, foi e é vista por diversos autores como um marco histórico nacional. Desde a virada do século XIX para o século XX a questão siderúrgica era apontada como um obstáculo à industrialização do Brasil. Com a criação da CSN se estabeleceu o início de um rompimento, senão com o Brasil agrário, ao menos com o Brasil rural, difundindo o industrialismo no cenário econômico e cultural do país.

As primeiras iniciativas de superação do problema da siderurgia travavam em questões políticas, financeiras e tecnológicas. Com o Estado Novo, que deu amplos poderes políticos a Vargas, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial<sup>10</sup> que possibilitou uma estratégia de apoio financeiro<sup>11</sup> ao projeto de

---

<sup>10</sup> **Segunda Guerra Mundial** foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo – incluindo todas as grandes potências – organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados (Estado Unidos, União Soviética e Reino Unido) e o Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados (GARCIA, 2005).

<sup>11</sup> **Getúlio Vargas** procurou manter o Brasil em posição de neutralidade e, com isso, tirar proveito da II Guerra Mundial para obter vantagens econômicas. Em seu ministério, havia tanto simpatizantes das potências do Eixo quanto defensores das potências Aliadas. A partir de 1941, o Brasil passou a fazer acordos apoiando os Aliados. Em troca de seu apoio, o governo Vargas conseguiu dos Estados Unidos grande parte do financiamento necessário para

construção de uma siderúrgica, foram viabilizadas as condições necessárias para a tomada de decisão em se construir uma grande usina no país.

Em 4 de março de 1940, foi editado pela Presidência da República, o Decreto-Lei nº 2.064, que instituiu a “Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional” e que teve como pontos principais “realizar os estudos técnicos finais para a construção de uma usina siderúrgica destinada à produção de trilhos, perfis comerciais e chapas”, e “organizar uma companhia nacional, com participação de capitais do Estado e de particulares, para a construção e exploração da usina”, sendo ainda, tal comissão considerada autônoma, funcionando “sob a dependência direta do Presidente da República” (COSTA, 2004).

A Comissão foi presidida pelo engenheiro Guilherme Guinle, além do Tenente-Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva, seu relator. O engenheiro ficou encarregado de apresentar a Getúlio os estatutos da Companhia Siderúrgica Nacional, elaborado pela Comissão. A criação da Companhia se deu através do Decreto-Lei 3.002 de Janeiro de 1941. No dia 9 de abril, do mesmo ano, data em que foram aprovados os estatutos da CSN, foi considerada a data oficial de fundação da Siderúrgica. Guilherme Guinle foi nomeado presidente da Companhia e Edmundo Macedo Soares e Silva, diretor técnico (CSN, 1942).

Uma vez definida a sua criação, o próximo passo da Comissão Executiva foi estudar a escolha da área para instalação da Usina. Alegando razões de ordem técnica e de segurança militar, o relatório final da Comissão sugeriu que a Siderúrgica fosse construída na região de Barra do Piraí - Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

Os estudos mais recentes, feitos por técnicos nacionais, americanos e alemães, localizavam a Usina no Distrito Federal (RJ). Considerações puramente de ordem comercial aconselhavam essa maneira de pensar. A comissão executiva se colocou num ponto de vista mais amplo e examinou outros fatores de grande importância: militares, sociais, climatéricos, etc. Teve a comissão, também, sempre em vista diminuir o capital necessário à implantação da usina [...] Levando em conta poderosas razões de ordem econômica geral, de ordem política, de ordem social e de ordem militar, procuramos

---

a construção da Usina de Volta Redonda. De sua parte, o Brasil comprometeu-se a fornecer borracha e minério de ferro para os Aliados e permitiu que militares norte-americanos se estabelecessem em bases militares do Nordeste (GARCIA, 2005).

afastar a usina o mais possível do porto do Rio, sem prejudicar o ponto de vista comercial, que é essencial; fomos, então, conduzidos, após longo estudo à escolha da região de Barra do Piraí-Barra Mansa<sup>12</sup>.

A partir de critérios de ordem técnica, (proximidade dos centros consumidores, boa ligação com o porto do Rio de Janeiro, água fluvial em abundância, disponibilidade de energia elétrica), econômica (baixo custos de fretes de matérias-primas e de mão-de-obra), de segurança militar (área distante o suficiente das costas marítimas) e políticas, a escolha da área para a instalação da Usina recaiu, como o indicado inicialmente pela Comissão, sobre o oitavo distrito do município de Barra Mansa: Santo Antônio da Volta Redonda, mais precisamente sobre as terras da Fazenda Santa Cecília.

Além dos critérios mencionados no parágrafo anterior, para a localização da Usina, não se pode perder de vista o motivo que esteve implícito nessa escolha: o fato de que em Santo Antônio da Volta Redonda existia o relativo isolamento (afastamento dos centros urbanos) para a formação do “novo trabalhador” e a falta de infraestrutura urbana necessária à decisão de se construir uma Vila Operária para os funcionários<sup>13</sup> da Siderúrgica, onde estaria representada a nova ordem territorial e urbana do Governo Vargas (construção da Usina: Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Construção da Usina 1942.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 2 - Construção da Usina.  
1942. Fonte:  
<http://www.portalvr.com/>

<sup>12</sup> COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL. **Parecer sobre a localização da Usina Siderúrgica**. Novembro de 1940, p. 131. Relator: Edmundo Macedo Soares e Silva.

<sup>13</sup> Ao mencionarmos a palavra “funcionário”, entenda-se como o conjunto total de empregados fichados da Usina da Companhia Siderúrgica Nacional, costumadamente separado em operários não especializados, operários e técnicos especializados, engenheiros e administradores. Com ainda algumas subdivisões.

Desta maneira, Volta Redonda, se tornou muito mais que uma simples unidade de produção, mas uma espécie do símbolo maior do que devia ser a nova ordem política, econômica e territorial e urbana do Estado Novo. Particularmente, a Vila Operária deveria ser construída para moldar a sociedade brasileira num estilo de vida moderno e urbano. O que fica claro nas leituras dos documentos oficiais da época.

A partir dos fatos apresentados a seguir, mencionados nos Relatórios Oficiais da CSN, percebemos alguns elementos que estiveram presentes na criação da Companhia e de Volta Redonda. Dividimos este texto em três pontos que mostram com clareza: a nova ordem produtiva com a Siderúrgica; a nova ordem política, com a ruptura com o sistema de governo da República Velha e, por fim, o surgimento de uma nova cidade e um novo trabalhador.

Dentro de alguns meses, a usina de Volta Redonda entrará em fase de produção. Primeiro, a coqueria. Depois, o alto forno. Em seguida será a aciaria. E mais tarde as unidades de laminação. Estará criado, já, na elite brasileira, o clima suficiente para compreender o quanto representa a grande usina da Companhia Siderúrgica Nacional nos quadros da nossa economia? Compreenderá o nosso povo o teor de sua independência econômica que teremos então assegurado? Efetivamente, confessemos: não há ainda preparação siderúrgica. Com a primeira corrida que se fizer do alto forno teremos assentado o marco definitivo da nossa industrialização. Pensemos alto e largo: importando máquinas para as nossas manufaturas, importando tratores e máquinas agrícolas, estaremos sempre marcando passo. Em dia com o progresso e a técnica num ano e em atraso no ano seguinte. Carecemos de fazer as nossas máquinas matrizes, máquinas de fazer máquinas. Volta Redonda tornará possível semelhante coisa<sup>14</sup>.

Verificamos nesta parte do texto a ideia inquestionável da industrialização como fator de independência e soberania nacional. A importância e o valor da Companhia e o que esta empresa veio representar para a economia nacional.

O empreendimento em si paira acima de qualquer pretexto político. É nacional, a gigantesca obra que se vê hoje no Vale do Paraíba, tão ligado, desde o Império, aos fastos de nossa economia. Por ele, outrora, esparramava-se a onda verde dos cafezais, entremeada com os ricos palácios da nobreza rural, ligada à terra pelas

---

<sup>14</sup> COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Volta Redonda, [ca. 1950].

próprias raízes dos seus cafeeiros. O café exauriu a terra e seguiu em busca da terra roxa. Os baronatos, condados e marquesados ruíram com a monarquia. Os palácios ficaram para a obra demolidora do tempo, restos de uma economia essencialmente agrícola. Volta Redonda é o símbolo de uma idade nova. O marco zero de uma nova era que se afirma como uma afirmação do próprio Brasil. Ali se encontrarão o minério rico das montanhas de Minas Gerais e o carvão arrancado do ventre da terra de Santa Catarina. Purificados pela fusão, fundidos num só corpo, correrão pelas calhas do alto forno como o sangue novo de nossa economia, não mais essencialmente agrícola, porém fundamentalmente agroindustrial. Volta Redonda é, além de tudo, um ponto de partida para a compreensão do que seja organização industrial<sup>15</sup>.

Percebemos aqui como a CSN e sua Vila Operária marcaram definitivamente a ruptura com um passado agrário, com o atraso e a dependência externa. As palavras descritas afirmavam a dimensão do empreendimento e reforçavam as ideias e o simbolismo de uma nova era para o Brasil.

Com a usina nasceu uma cidade, construída sob os rigores da técnica urbanística aplicada. Tudo é feito pela fixação do homem. E o homem em Volta Redonda, que dá o tributo da sua inteligência e do seu suor à sua obra, considerada aquilo um pouco seu, de concepção e de posse. Trata a usina com intimidade. Visitar Volta Redonda, compreender a sua significação no futuro brasileiro, deveria entrar no programa dos conscientes do Brasil, aqueles a quem cumpre transmitir à massa a legítima<sup>16</sup>.

Nesta última passagem se destacam dois aspectos: o novo homem trabalhador industrial que surgia para doar seu sangue e inteligência ao Projeto Nacional da CSN e a cidade que nascia para garantir a fixação do homem sob as mais avançadas técnicas urbanísticas para uma vida agradável e confortável para seus habitantes. Estavam assim criadas a CSN, Volta Redonda e o futuro do Brasil.

Por estes fatores, outro ponto importante da política varguista foi a política de organização territorial, produzida numa perspectiva geopolítica e econômica. Do ponto de vista econômico tinha que intensificar os fluxos e as trocas internas, integrando o mercado nacional. Por isso, investiu-se contra os

---

<sup>15</sup> COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Volta Redonda, [ca. 1950].

<sup>16</sup> Ibid.

“vazios” territoriais e a fraca interação da rede urbana. Cidades novas foram criadas enquanto renovavam-se as existentes (LOPES, 1993).

Neste sentido, Vargas valia-se de um nexos onde cada nova instalação territorial (colônia, vila, cidade), implantada num lugar, deveria assumir um caráter exemplar para o conjunto dos demais lugares do país. Por isso a preferência pelo urbanismo progressista, pois este se articulava numa concepção do indivíduo humano como tipo independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis (LUSTOZA, 2004). Neste ponto, o Estado poderia definir as necessidades-tipo que a ele convinha para a relação homem-espaço, dominado pela ideia de progresso.

A cidade progressista, assim como os ideais de Vargas, recusava qualquer herança artística do passado, e se submetia as leis de uma geometria “natural”. Arranjos novos, simples e racionais, substituíram as disposições e ornamentos tradicionais (CHOAY, 2010). A ordem da cidade progressista era expressa com precisão de detalhes e uma rigidez que eliminavam a possibilidade de variantes ou de adaptações a partir de um mesmo modelo, ponto que se tornou fundamental na ideologia do Estado Novo de controle da esfera social nas relações entre capital e trabalho.

Ainda sobre os ideais de Vargas, nos falta mencionar uma das principais características de sua gestão: a relação entre o governo e as classes trabalhadoras. Os anos 1930 e 1940 foram verdadeiramente revolucionários, no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, foi elaborada toda a legislação que regulamentou o sistema trabalhista do país, bem como se estruturou uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional e sua desmobilização política.

Com o progresso da indústria, cresceu o número de operários e, ao mesmo tempo, o receio por parte do Estado de que os trabalhadores tomassem consciência de que era preciso lutar por seus direitos. Percebendo a crescente força - em número - da classe operária, Getúlio Vargas elaborou uma política

trabalhista, que tinha dupla função: conquistar a simpatia dos trabalhadores e exercer domínio sobre eles.

Foi criada, nesse período, a Justiça do Trabalho e elaboradas inúmeras leis trabalhistas que asseguraram, ao operário, direitos básicos, como a carteira de trabalho, salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, estabilidade no emprego, etc. Em 1943, essas leis foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que representou um marco importante na história da legislação trabalhista do Brasil (LOPES, 1993).

Neste sentido, tomado por uma orientação populista, o governo preocupou-se em conquistar a simpatia dos trabalhadores por meio de concessões e leis de amparo e, assim, obter o controle sobre esta classe, uma vez que tais medidas desmobilizaram os movimentos sindicais da época, e suas ações foram controladas por leis. Nesse período, os sindicatos se transformaram em um espaço de divulgação da propaganda governista e seus líderes, representantes da ideologia varguista.

De um lado, o populismo de Vargas reconheceu as necessidades e desejos dos trabalhadores e, por isso, fez concessões ao operariado. De outro, o governo utilizou essas concessões como um meio de controlar os trabalhadores, impedindo mudanças mais profundas. Para os empresários, o governo Vargas representou uma garantia de ordem pública e estabilidade social, pois pregou a conciliação nacional entre trabalhadores e patrões, e colocou o governo como juiz supremo dos conflitos entre eles (GARCIA, 2005).

Ainda sobre a questão do trabalho, é importante mencionar duas inovações que se desenvolveram no campo das ideias: as relações que se estabeleceram entre trabalho e riqueza e entre trabalho e cidadania.

É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar — em especial durante o Estado Novo (1937-45) — toda uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas socioeconômicos do país, cujas

causas mais profundas radicavam-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida. Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação<sup>17</sup>.

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais esteve, desta forma, no centro de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passou a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão (GOMES, 1999).

Sua vida era ilustrada pelo ideal de ascensão social pelo trabalho, que dignificava o homem e possibilitava um melhor padrão de vida. Por isso, ele deveria conseguir, ao longo de sua vida e por seu esforço próprio, uma situação mais confortável para si e/ou para seus descendentes. O trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem bom e honesto. Suas dificuldades e sua pobreza não deviam ser associadas a falhas morais, mas às condições estruturais do sistema socioeconômico, que podiam ser vencidas<sup>18</sup>.

A ascensão social do trabalhador estava, portanto, relacionada à intervenção e na dependência do poder do Estado, única força capaz de superar os enormes problemas que condicionaram e impediram a realização pessoal desta classe. O trabalho passou a ser intensamente valorizado e elevado à condição de atividade dignificante. Com a valorização do papel da mão-de-obra, o governo convocou as classes subordinadas a colaborar, com seu trabalho, numa intensa campanha de mobilização econômica. Os operários foram requeridos ao trabalho para seguir o exemplo de Vargas, “o maior trabalhador”, e para recompensá-lo pelos benefícios que havia dado aos trabalhadores. (GARCIA, 2005)

Desta maneira, apoiado no avanço das leis trabalhistas, a propaganda política do governo apresentou Getúlio Vargas como o grande protetor dos

---

<sup>17</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho do Estado Novo*. In: PANDOLF, 1999, p. 152.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 153.

trabalhadores, uma espécie de “pai dos pobres”. Vargas procurou sustentar essa imagem por meio do seu estilo populista de governo, que pode ser observado nos depoimentos de ex-funcionários da CSN:

Quase sempre Getúlio estava aqui, sempre estava aqui, passeando com a gente aqui, passeando... visitando a usina, ele tinha orgulho da CSN e dos trabalhadores também. Ele demonstrava o orgulho, ah, pelo modo como ele tratava a gente, ele tratava o trabalhador como amigo, [...] ele vinha com o carro aberto, com a capota arriada [...]. Getúlio tratava os trabalhadores muito bem, com carinho, dava atenção às pessoas. Ele chegava: “Oi, oi”, dava a mão, mas dava atenção com um sorriso alegre, sentia que ele estava orgulhoso no meio do operário. Não andava escolta do lado dele, andava só um vigia dele. Um homem de terno, não ficava polícia atrás dele pra vigiar nem coisa nenhuma<sup>19</sup>.

Foi o maior governo né, o homem foi muito bom para os pobres [...]. Ele era muito querido, ele era, ele vinha na usina, eu lembro como se fosse o dia de hoje, ele gostava de terno cinza, ele saía daí de dentro da usina que era puro carvão, de tanto operário abraçar ele, operário tudo cheio de carvão. Saía daí todo sujo, ele vinha aí, ele é... não vinha polícia, não vinha nada com ele não, vinha só aquele guarda-costas dele, o tenente Gregório, [...] só vinha os dois, não tinha polícia, não tinha nada pra acompanhar eles, era um homem livre, todo mundo amava ele uai, não precisava ninguém escoltar ele não, andava sozinho aí, rodava essa usina aí, [...] era um homem muito simples coitado...<sup>20</sup>

O que percebemos com os depoimentos é a construção de uma imagem carismática de Vargas, o que acabou por produzir um verdadeiro culto à pessoa do homem público, que Getúlio se tornou. Cuidadosamente, a imagem de Vargas foi sendo moldada para caracterizá-lo como um ser dotado de qualidades excepcionais, e ao mesmo tempo, humano, simples e acessível. Getúlio Vargas se tornou, assim, uma espécie de gênio político: qualidade que justificou sua liderança e legitimou suas decisões.

Portanto, podemos perceber, pelo exposto neste texto, que o complexo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN seria a síntese da ideologia varguista diante das relações entre capital-trabalho, ficando claro o valor e o que

---

<sup>19</sup> Depoimento de Jouvaci Milheiro. 2000 apud DINAMARCO, P.S.M. **Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração**. 2004, p. 136.

<sup>20</sup> Depoimento de Geraldo Carlos dos Santos. 2000. *Ibid.*, passim.

representou o surgimento da CSN nos níveis político, social e econômico para o Brasil.

## 1.2. O “HOMEM-NOVO” – DO CAMPO AO URBANO-INDUSTRIAL

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional e da sua Vila Operária constituiu um esforço na história da sociedade brasileira em transformar o homem do campo em cidadão-trabalhador urbano. Para a realização deste objetivo foi indispensável por em prática, no complexo industrial implantado em Volta Redonda, as mudanças sociais indispensáveis para a concepção desse “homem novo”, que seria exaltado no seu trabalho e submisso diante de um sistema político nacionalista.

O complexo industrial da CSN teve início em 1941. A primeira operação da Usina foi iniciada em 1946, levando cinco anos a construção da área industrial, período no qual surge a primeira geração de operários da Companhia, recrutados para a construção das suas imensas instalações fabris.

Para chegar a essa geração de trabalhadores, foi indispensável à busca e a atração de um grande contingente de pessoas para Volta Redonda, pois não havia mão-de-obra suficiente para suprir a necessidade do empreendimento a ser implantado. A área escolhida para a construção da Usina Siderúrgica de âmbito nacional, mostrou a ausência de tradições históricas profundas no tecido social, o que permitiu que a implantação do projeto do complexo industrial não encontrasse obstáculos da herança oligárquica rural, e nem de heranças de organizações sindicais e lutas operárias. Por outro lado, houve o problema da ausência de um contingente de mão de obra qualificada ou sem qualificação.

A mobilização dessa mão-de-obra implicou na criação de métodos com políticas novas e desafiadoras. As primeiras políticas de pessoal da Companhia consistiram, por um lado, na persuasão - apontando novas perspectivas de vida - de uma parcela da população da zona rural dos estados próximos, principalmente, Minas Gerais e Espírito Santo, além do próprio interior fluminense; e, por outro lado, atrair mão-de-obra qualificada e técnica de São Paulo e Rio de Janeiro.

A mobilização coletiva, baseada na persuasão, foi realizada através de dois métodos fundamentais, conhecidos como: a política de contratação pelos

“agenciadores” e a política de segurança nacional em Estado de Guerra. O primeiro método – contratação pelos “agenciadores” - consistia em percorrer o interior do país recrutando trabalhadores não qualificados. Esses agenciadores recebiam comissão por cada homem que chegasse para o trabalho nos canteiros da Usina. No depoimento de um ex-funcionário da CSN, verifica-se a conduta dos agenciadores:

Ah... Muitas pessoas vinham aqui [...], que na época tinha agenciador, agenciador em São Paulo, Bahia, toda região da... do Brasil. Havia agenciador, então vinha aquele caminhão grande né, é... Coberto de lona ou sem lona, então às vezes tinha uns camaradas trabalhando na lavoura, que a lavoura castiga o trabalhador né, até hoje, então o agenciador olhava assim na lavoura, tinha quatro, cinco, seis ou mais, o agenciador chamava, então todo mundo naquele caminhão chegava ali, estranho né, aquele caminhão vermelho da Companhia, cor de abóbora né, aí: “Vamos!”, vinha três, quatro ou cinco, aí chegava [...] era assim, então chegava o caminhão cheio de gente aqui<sup>21</sup>.

O segundo método – relacionado à segurança nacional – tratava de transformar os trabalhadores empregados da construção da CSN em servidores da nação. Isso acabou facilitando para a Companhia a atração da mão-de-obra, pois as pessoas empregadas em fábricas, consideradas de interesse militar – como era o caso da CSN, obtinham dispensa do serviço militar. De acordo com Morel (1989b): “Trabalhar em fábricas de interesse militar correspondia a servir às forças armadas e colaborar para a defesa da pátria como soldados operários”<sup>22</sup>. O DIP era o responsável pela divulgação maciça dessa campanha nas rádios e nos meios de comunicação impressos.

Ao desembarcar em Volta Redonda, os operários de origem rural eram “ambientados” ao novo padrão de vida que os esperava. Eles eram vistos pelos dirigentes da companhia como “peças brutas” que precisavam passar pelo processo de aprendizado das regras disciplinares de obediência às hierarquias, de cumprimento das tarefas determinadas, de obediência ao horário, de produtividade, de eficiência, além do espírito de colaboração e vontade de

---

<sup>21</sup> Relato de Nelson Penichi da Silva. 2000 apud DINAMARCO, P.S.M. **Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração**. 2004, p. 78.

<sup>22</sup> MOREL, Regina. **Os Soldados do Trabalho: formação e disciplinamento de trabalhadores na Companhia Siderúrgica Nacional**. 1989b, p.53.

aprender a fazer, pois, para a CSN esses trabalhadores se caracterizavam por uma massa analfabeta ou semianalfabeta, inexperiente e desqualificada.

Nas palavras de Macedo Soares e Silva (1979), citados por Souza (1992):

Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre mal tratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. Em geral, só conheciam quatro ferramentas: a foice, a enxada, o machado, e o facão. Como produtores de energia, além deles sabiam que existiam o boi, o cavalo, e os muares; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do interior do país<sup>23</sup>.

As características dos trabalhadores, considerados simples e dóceis, da primeira fase de funcionamento da CSN foram extremamente importantes para o projeto de Vargas de se “construir” um trabalhador industrial. Seria muito mais eficiente moldá-los em sua simplicidade de hábitos, uma vez que estas pessoas viam na Companhia a única possibilidade de mudança de vida.

Com isso, foi no canteiro de obras que se organizou a transfiguração do camponês em um moderno operário do complexo industrial. O canteiro de obras foi uma etapa marcante para estes operários, uma vez que foi a fase de mudanças dos hábitos culturais do trabalho rural solto e sazonal para o trabalho urbano rígido e regulado pelo relógio (MOREIRA, 2012).

Percebemos que esse processo de transfiguração do camponês para o cidadão urbano, trabalhador da indústria, se mostrava de imediato. O procedimento de contratação dos operários, segundo Bedê (2007) consistia no seguinte: desembarque do caminhão ou trem; encaminhamento para exame de saúde no hospital central – o exame médico era uma questão fundamental, permitindo separar doentes e irrecuperáveis daqueles nos quais valia a pena a Companhia investir; registro documental (a maioria sem documento) pelo serviço de pessoal; recebimento de uniforme – o que fazia destas pessoas heterogêneas um grupo unificado – e alojamento, verificação da experiência anterior, habilidade, teste de alfabetização e distribuição das tarefas e turmas de obra.

---

<sup>23</sup> SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo espaço da cidade**: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. 1992, p. 24.

[...] caminhão saía e ia buscar os homens, recebendo por cabeça, como se dizia naquele tempo... O caminhão chegava cheio de homem, lotadinho de homem, tudo sentado, chegava ia lá no hospital central, no prédio antigo, quase na estrada da usina e descia um por um do caminhão, e dava o nome. Quem não sabia o nome, eles batizavam. Muitos não sabiam seus endereços, não sabiam o nome do pai nem da mãe, o agenciador é que dava o nome<sup>24</sup>.

Assim chegaram milhares e milhares de pessoas a Volta Redonda. Os homens desciam, passavam pelo médico, tiravam a roupa que era lavada e guardada num saco, tomavam banho, cortavam os cabelos e recebiam uma roupa nova da CSN (VEIGA; FONSECA, 1990). Era sem dúvida um verdadeiro ritual de passagem para a criação de “novos homens em um novo mundo”: o mundo industrial.

Para receber a massa trabalhadora, a administração da CSN reuniu na área do complexo industrial em construção uma estrutura de trabalho tanto hierárquica quanto diferenciada: da América do Norte trouxe 55 engenheiros, das universidades e das Forças Armadas 127 engenheiros, quase todos com estágios nos Estados Unidos, das escolas técnicas do país vieram 100 jovens entre 13 e 17 anos, destinados aos cargos de operários especializados e das áreas rurais a massa dos que seriam os trabalhadores manuais (Figuras 3, 4, 5 e 6) e de execução da Usina (MOREIRA, 2012).



Figura 3 – Trabalhadores da CSN. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 4 – Trabalhadores da CSN. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>

<sup>24</sup> MOREL, Regina. **A Ferro e Fogo: construção e crise da “família siderúrgica” - o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. 1989. p. 352.



Figura 5 – Trabalhadores da CSN.  
s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 6 – Trabalhadores da CSN. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>

Para os engenheiros, a CSN reservaria os cuidados especiais do cargo superior. Para os demais, uma ordem disciplinar estabelecida nos alojamentos da companhia e, posteriormente, na Vila Operária.

O Acampamento Rústico (Figuras 7 e 8) foi construído numa área em anfiteatro e recebeu este nome por ter sido constituído de casas de pau-a-pique “barreadas e rebocadas” (CSN,1942). Segundo o Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 [...] (1942):

“suprimem-se, assim, as frechas comuns a este tipo de construção, e que as tornam geralmente anti-higiênicas. Nas construções, porém, nesses acampamentos, e que são pavimentadas a tijolo, esses inconvenientes estão de todos afastados”<sup>25</sup>.



Figura 7 – Acampamento Rústico.  
Construção de casa de pau-a-pique. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>

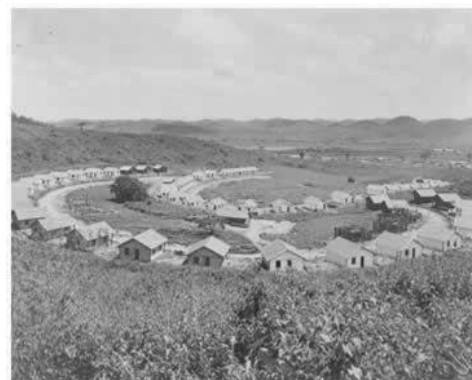


Figura 8 – Acampamento Rústico.  
s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>

<sup>25</sup> CSN. Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 pelo escritório de obras, apresentado ao Sr. Presidente da CSN... . 1942, p. 28.

Ao tratar do Acampamento Principal (Figuras 9 e 10), acreditamos ser importante ressaltar algumas de suas características. O Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 [...] (1942) assim o descreve:

Como era natural, dedicamos logo de início toda a nossa atenção ao estudo e organização de projetos das habitações para os operários da construção, instalações de serviços, escritórios e oficinas. Foram então projetados diversos tipos de casas para operários especializados e de alojamentos para operários braçais, bem como dois restaurantes e refeitórios para operários, restaurante para engenheiros e auxiliares, instalações sanitárias, escritórios, instalações para tratamento d'água e amplos edifícios para hospital, centro de saúde, isolamento da lavanderia e alojamento para auxiliares. Foi também projetada uma capela para ao acampamento<sup>26</sup>.

E ainda,

Em local convenientemente escolhido foi construído o Acampamento Principal [...]. Compõe-se ele de construções de madeira sobre pilares de alvenaria, executadas de acordo com os projetos a que nos referimos e dispostas em ruas ensaibradas, arborizadas e iluminadas<sup>27</sup>.



Figura 10 – Acampamento Principal. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 9 – Acampamento Principal. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>

Percebemos na descrição acima, a existência de estratificação social nos acampamentos de construção da Usina. Nas páginas do referido Relatório, no que diz respeito ao acampamento principal, sempre há uma distinção ora entre

<sup>26</sup> CSN. Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 pelo escritório de obras, apresentado ao Sr. Presidente da CSN... . 1942, p. 17.

<sup>27</sup> Ibid., p. 27.

“operários especializados” e “operários braçais”, ora entre “engenheiros” e “operários”. Nas habitações, foi evidente a segregação quanto ao tipo de instalação e comodidades empregadas para cada estrato, como as casas que foram destinadas aos operários especializados com instalações sanitárias individuais, enquanto os alojamentos, direcionados aos operários braçais, dispunham de instalações sanitárias coletivas. Além disso, as regras de controle foram fortemente militarizadas, facilitadas pelo caráter coletivo dos acampamentos:

Para garantir a boa ordem do acampamento, onde se reuniam milhares de operários, suspeitos de promiscuidade, alcoolismo e hábitos desordeiros, foi criada uma milícia interna, chefiada em 1942 por um oficial reformado da Força Pública de Minas Gerais. Parte desse corpo policial atuava no interior da Usina, enquanto outro contingente era destinado a controlar os locais de moradia, vigiando os trabalhadores mesmo nas horas de folga<sup>28</sup>.

Ficaram evidentes, na descrição acima feita por Morel (1989), a necessidade de controle e vigilância do trabalhador e a educação de seus novos hábitos para o convívio numa sociedade moderna. Para a garantia desse processo de aprendizagem, a CSN combinou estratégias que envolveram mecanismos subjetivos de representação dos primeiros trabalhadores reconhecidos como “pioneiros”, “heróis das trincheiras” dos canteiros de obras, “soldados-operários” da pátria e benefícios reais de inserção no mercado de trabalho com direitos sociais garantidos: carteira profissional, salário mensal, moradia, refeição, assistência médica, proteção e possibilidade de melhorar a vida pessoal e de sua família (MOREL, 1989). Esses benefícios são fortes exemplos de concessões feitas pelo Governo Vargas para com os trabalhadores, reconhecendo suas necessidades e desejos, impedindo mudanças e revoltas.

Apesar de alguns benefícios serem reais, alguns trabalhadores não se adaptaram à nova realidade e desistiram do trabalho na Usina, querendo retornar a vida rural, onde não eram controlados por superiores hierárquicos dentro das suas funções, por máquinas e pelo próprio tempo de trabalho. Como a CSN era considerada obra de interesse nacional, o direito de demissão era negado e muitos

---

<sup>28</sup> MOREL, Regina. **A Ferro e Fogo: construção e crise da “família siderúrgica”** - o caso de Volta Redonda (1941-1968). 1989, p. 30.

destes trabalhadores apelavam ao recurso da fuga<sup>29</sup>. A dificuldade na demissão pode ser percebida através do depoimento, abaixo, de um ex-funcionário que com a morte precoce de sua mulher no parto de sua primeira filha queria pedir a dispensa dos serviços na CSN:

[...] foi a primeira filha, aí eu aborreci, pedi conta. Aí eu era tão bom operário naquela época do Getúlio, eles não quiseram me dar conta, falaram assim: “Você é tão bom operário, não tem falta, não tem nada [...] a Companhia vai te dá um mês pra você ir pra Minas, pra sua terra, pra você refrescar a cabeça, depois você volta, você não vai perder nada, a Companhia vai te pagar”, aí naquela época não tinha ônibus, não tinha nada, era só trem, aí peguei o trem fui lá pra Porto Novo, pra minha terra, cheguei lá, fiquei esperando o tempo passar [...] a hora que o trem apontou ali na curva (ao voltar a Volta Redonda) que buzinou, meu coração doeu, falei : “Ah... não fico aqui não”, aí no outro dia, parti pro Escritório Central, cheguei lá e falei : “Ó, eu quero que vocês me deem o que venceu, eu não vou ficar não, vou embora”, “Ah não vai, não vai”, eu falei: “Ó, eu vou de qualquer jeito, se vocês querem dá na minha carteira dá, se não quiser eu vou assim mesmo”, mas eu era tão bom operário que me pagaram o direito todinho, igualzinho se eles me tivessem mandado embora [...]<sup>30</sup>.

Além da dificuldade da demissão conferida aos trabalhadores, este relato mostra também como ao fim a CSN procurava manter de forma subjetiva sua relação de profunda boa vontade e cooperação para com seus operários.

Já para os trabalhadores que bravamente aguentavam os tempos difíceis de Volta Redonda nos primeiros anos da construção de “um novo país”, era fundamental seguir firmemente todas as regras e normas estabelecidas pela CSN. Estes trabalhadores faziam tudo que fosse necessário para não serem demitidos, pois estar vinculado à Companhia os permitia sonhar com a melhoria das condições de vida, por isso, depositavam o futuro na CSN.

Porém, o sonho de uma vida melhor significava para os trabalhadores um processo pedagógico de obediência a um código disciplinar, respeito às normas de higiene pessoal e sanitária, atendimento a autoridade da Companhia no espaço de moradia dos operários, cumprimento de todos os deveres e obrigações no trabalho e fora dele e aprendizado da hierarquia, reconhecida como:

---

<sup>29</sup> Morel (1989) colheu depoimentos que relatam fugas até a nado pelo Rio Paraíba.

<sup>30</sup> Depoimento de Geraldo Carlos dos Santos. 2000 apud DINAMARCO, P.S.M. **Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração.** 2004, p. 66.

DIREÇÃO ⇨ CHEFIA ⇨ SUPERVISORES ⇨ ENCARREGADOS ⇨ OPERÁRIOS ⇨ SERVENTE

Com isso, é importante reforçar que esse processo pedagógico ultrapassou os canteiros de obras e as instalações da Usina Siderúrgica, e envolveu a vida social da massa operária, no seu espaço de convívio fora do horário de trabalho. Para tanto, as atenções e a vigilância não estavam voltados apenas ao espaço fabril, mas também, e principalmente, em todo o contexto industrial.

Para ocultar essa condição de vigilância em que o Complexo CSN submeteu seus trabalhadores, um ponto fundamental foi a construção de uma ideia de que os trabalhadores tinham uma relação de extrema positividade com a Companhia, porque ela os resgatava para a vida – uma vida cheia de promessas, de prosperidade e êxito – ao tirá-los do campo e introduzi-los no espaço urbano-fabril. Exemplo disso está na construção no imaginário do operário, de um “sonho do progresso nacional” que se expressava no orgulho de “ser funcionário da CSN” e, portanto, parte do esforço no trabalho estava dirigida ao progresso nacional.

Logo, na construção do complexo da CSN, o imenso interesse e adesão da massa trabalhadora que aos milhares afluíram para Volta Redonda, entre 1941 e 1946, demonstrou um forte poder mobilizador do Estado e sua força ideológica nacional-industrial, que garantiu ao trabalhador, que o sacrifício inicial seria recompensado pelo emprego na Companhia, além de inúmeros benefícios sociais.

Portanto, a construção da CSN foi a materialização da modernização capitalista no Estado Novo articulada à valorização social do trabalho operário pela garantia de suas necessidades básicas, e ao mesmo tempo, a subordinação do trabalho às necessidades do regime de produção capitalista. Assim era o novo modelo de trabalhador industrial e urbano – o “homem novo” moldado e disciplinado para produzir e aceitar sua condição de trabalhador. Ao mesmo tempo este “homem novo” foi preparado para habitar e conviver em uma sociedade, onde a doutrina e o sistema ditatorial faziam parte da vida cotidiana retratada na proposta da Vila Operária em Volta Redonda. Surgiu assim uma

sociedade, não mais ritmada pelo ambiente agrário, mas onde o tempo do relógio e a produtividade tornaram-se primordiais.

### 1.3. VOLTA REDONDA: O MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL - O PROJETO ORIGINAL DE ATTÍLIO CORREA LIMA.

No Brasil, a instalação de fábricas em conjunto com suas vilas operárias foi verificada desde o final do século XIX e início do século XX. Neste período, os conjuntos de moradias erguidos por empresas difundiram-se em larga escala, em diferentes estados e regiões. Tal prática deu origem a comunidades habitadas principalmente por empregados de uma única companhia que possuía parte substancial do mercado imobiliário e das casas e com, frequência, também detinha o controle sobre os equipamentos e serviços coletivos.

Nas referências internacionais, esses lugares surgem com várias designações, como *company-town*, *industrial village*,  *cité ouvrière* e *cottage system*. Em um estudo sobre a constituição e a forma de tais lugares nos Estados Unidos, a pesquisadora Margaret Crawford usa o termo *company-town* como uma forma genérica, enfatizando, entretanto, como ao longo da trajetória da industrialização americana, uma série de mudanças na indústria e na geografia gerou uma sucessão de tipos de *company-towns* (CORREIA, 2001).

Nas primeiras décadas do século XX, as vilas operárias brasileiras surgiram como modelo privilegiado de reforma da habitação, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As vilas operárias definiram-se como um padrão de moradia, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de uma ordem espacial interna. Sugeriu, também, casas de famílias de trabalhadores estáveis (CORREIA, 2001).

Em contrapartida aos benefícios, existia o controle das fábricas sobre a vida econômica e política local e, sobretudo, o monopólio da propriedade imobiliária. As vilas operárias eram uma estratégia, para mobilizar a adesão de trabalhadores, além disso, uma forma satisfatória de controle da mão-de-obra por parte dos capitalistas, em termos de comportamento, pontualidade, assiduidade e disciplina dentro e fora do local de trabalho.

Ao observar que as vilas operárias foram uma resposta histórica dada pelo capitalismo industrial, para suprir a necessidade de fixação e controle da mão-de-obra, percebeu-se que as especificidades encontradas no caso de Volta Redonda, fossem elas históricas, políticas ou sociais, deram a esta Vila Operária uma importância especial dentro do urbanismo na Era Vargas.

O que nos chamou a atenção na “Cidade do Aço”<sup>31</sup>, como também é conhecida Volta Redonda, foram as decisões de proporções monumentais tomadas para a construção da Usina e da Vila Operária, tanto objetivas (caráter técnico e físico) quanto sociais (caráter político e econômico). Vimos que para a CSN chegar a existir e entrar em funcionamento, um longo e cansativo processo de negociações políticas teve de ser empreendido. O projeto da Usina Siderúrgica da CSN, e principalmente, o da Vila Operária foram diferenciados, com a intenção de servir de modelo para a sociedade urbana e industrial a ser erigida no país nos anos de 1940.

Deste modo, desde questões como o financiamento até a questão locacional e tecnológica foram exaustivamente debatidas, para finalmente chegar ao projeto implantado da Usina e ao Projeto Original da Vila. Este último, concebido por Atílio Correa Lima (urbanista contratado pela Comissão Siderúrgica para fazer o projeto geral da Vila, planejar a apropriação do espaço, os tipos de moradias e os equipamentos urbanos necessários à cidade) em 1941, sob influência da CSN.

O projeto da Vila Operária surgiu pela necessidade de implantar – próximo ao local de instalação da Siderúrgica - condições básicas para a fixação dos funcionários e suas famílias. Por conseguinte, a cidade de Volta Redonda nasceu subordinada à CSN. A Companhia, então, foi responsável não só pela construção da Usina e da infraestrutura diretamente ligada ao empreendimento, mas igualmente pela implantação da Vila Operária (urbanização, moradia, saneamento, equipamentos urbanos e a manutenção de serviços, como: segurança, transporte, saúde, educação e lazer).

---

<sup>31</sup> Esta foi a maneira como Volta Redonda ficou conhecida regionalmente no Estado do Rio de Janeiro por “**Cidade do Aço**”, devido à implantação da Siderúrgica Nacional e a produção de aço, sendo a grande fonte de renda da região.

Após apresentar um primeiro anteprojeto<sup>32</sup> em fevereiro de 1941 a Guilherme Guinle, presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Atílio Correa Lima desenvolveu um segundo projeto – ao qual chamaremos de Projeto Original (Figura 11) – pois o primeiro anteprojeto foi feito com base num levantamento topográfico falho, se revelando inadequado para implantação no local.

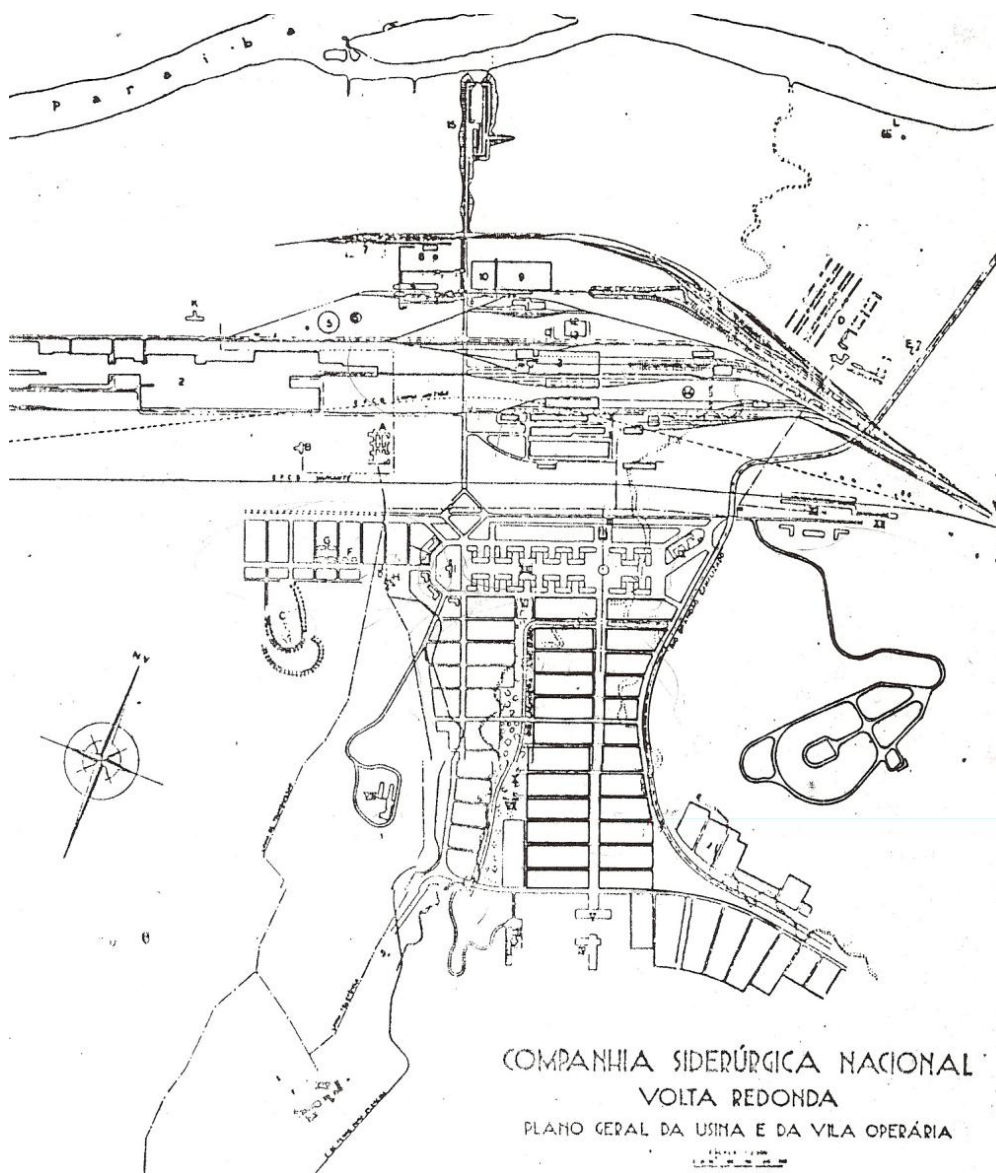


Figura 11 – Plano Geral da Usina e da Vila Operária. Fonte: LOPES, 1993.

<sup>32</sup> Correa Lima elaborou um **primeiro anteprojeto**, apresentado em 1941 e encaminhado através de um relatório do engenheiro Ary Torres, em março do mesmo ano, a Guilherme Guinle, Presidente da Comissão. Esse primeiro estudo, somente da parte central da cidade, foi elaborado a partir de um levantamento topográfico expedido e foi apresentado com uma planta anexa, um desenho do que deveria ser o edifício da prefeitura da cidade e outro desenho de um hotel (LOPES, 1993, p. 80).

Ao começar nossa descrição do Projeto Original da Vila Operária, precisamos mencionar que este contou com os pressupostos do modelo do urbanismo progressista e foi baseado na ideologia da Cidade Industrial (1901) de Tony Garnier. Frente às informações apresentadas, cabe aqui identificar que o urbanismo progressista foi a principal corrente do urbanismo moderno. Em seu livro intitulado “O Urbanismo”, Françoise Choay (2010) descreveu que o urbanismo progressista se baseou numa concepção abstrata do homem, indivíduo mutável no tempo e no espaço. A ciência devia permitir a definição exata de um modelo urbano perfeito, que conviesse a todo grupo humano.

O urbanismo progressista foi pautado na modernidade: a cidade do século XX devia ser de seu tempo, ou seja, afirmar a contemporaneidade de tudo àquilo que se traduzia como avanço da técnica: a indústria, o automóvel, etc.

Além disso, houve uma grande preocupação com a higiene, que se concretizou nas exigências de melhorias para os problemas de insolação e ventilação existentes nas edificações. Este modelo também se fundamentou na análise das funções urbanas acompanhadas de zoneamento, deste modo, cada área da cidade seria separada de acordo com sua função: habitação, trabalho, lazer, circulação (CHOAY, 2010).

O principal modelo de cidade inspirada nesta corrente foi, exatamente, a cidade industrial de Tony Garnier. De acordo com Choay (2010), essa cidade foi definida pela separação das funções urbanas, exaltação aos espaços verdes e utilização de materiais novos como o concreto armado. No conjunto verificava-se a ênfase nas questões de higiene, na luz e no espaço aberto.

Já esclarecidos estes pontos, retomemos ao projeto de Volta Redonda: segundo o Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 [...] (1942), inicialmente a Vila Operária foi planejada para um total de quatro mil empregados e vinte mil habitantes, porém teve seu plano elaborado para a metade desta população. Ainda conforme documento citado, para a elaboração do Plano Geral da Vila Operária,

[...] de conformidade com o pensamento da Diretoria e seguindo a orientação que nos parece mais consentânea com os hábitos de vida de nossa gente, fixamos o critério de habitações

individuais para o projeto em apreço, confiando sua elaboração ao conhecido urbanista Atílio Correa Lima<sup>33</sup>.

No trecho acima citado percebemos como os interesses políticos do Estado, no caso, a preferência por habitações térreas e unifamiliares, se sobrepujam as ideias essenciais do urbanista, pois, segundo Lopes (1993), Correa Lima resistiu a essa regra de implantação de residências unifamiliares, pois defendia "*apaixonadamente*<sup>34</sup>" os edifícios multiresidenciais.

O urbanista em seu plano para a cidade operária da Fábrica Nacional de Motores (FNM)<sup>35</sup> (plano posterior ao de Volta Redonda) em Duque de Caxias, R.J., atacou a tradição e o preconceito que sustentou a ideia de que o brasileiro não se adaptaria à vida em residências coletivas. O desenvolvimento científico e industrial, e principalmente, os presságios do urbanismo progressista, que indicavam o uso de edifícios de apartamentos, não justificavam mais para Correa Lima o uso do "*velho sistema de quintal*" (LOPES, 1993).

Mesmo assim, no caso do projeto de Volta Redonda prevaleceu o interesse do Estado, "que atrelado aos interesses da igreja, justificava a preferência pelas casas individuais como garantia da unidade da família"<sup>36</sup>. Acreditamos que a decisão por casas térreas e individuais tenha sido, talvez, o melhor exemplo do esforço do Estado modernista de Vargas em recodificar o passado, ao invés de impedir sua existência no tempo.

Além do requisito sobre casas térreas e individuais para a elaboração do projeto da Vila Operária, outros requisitos também foram relacionados pela direção da CSN, que, ao contrário, iam ao encontro do pensamento de Atílio:

- Restringir a área do lote ao seu mínimo admissível, para recuperar em espaços livres comuns essa área suprimida individualmente;

---

<sup>33</sup> CSN. **Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 pelo escritório de obras, apresentado ao Sr. Presidente da CSN...** . 1942, p. 19.

<sup>34</sup> LOPES, Alberto Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. 1993, p. 87.

<sup>35</sup> Este trabalho constitui um parecer, datado de 24 de agosto de 1943 e encaminhado ao Brigadeiro Antônio Guedes Muniz, sobre os princípios que deveriam nortear o plano da cidade operária da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Foi publicado sob o título *A Cidade Industrial* (LOPES, 1993).

<sup>36</sup> MELO, 1990 apud LOPES, Alberto Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. 1993, p. 88.

- Restringir ao mínimo as vias públicas para tráfego de veículos e dispor 70% das habitações em áreas arborizadas com pistas exclusivamente para pedestres;
- Ocupar o terreno relativamente plano.

O urbanista adotou, além dos requisitos citados acima, outras ideias norteadoras para o projeto, baseadas na *Cite Industrielle* de Tony Garnier, como: utilização de amplos espaços livres comuns com áreas arborizadas, preservação da vegetação das encostas, vias hierarquizadas com separação dos fluxos e o higienismo, que implicou tanto em cuidados com as construções, quanto em padrões e regulamentos de usos dos espaços públicos e privados (LOPES, 1993). Segundo o Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942 [...] (1942), além das residências, foram previstas construções de pensões e hotéis para os trabalhadores solteiros e visitantes.

Ao tratarmos das primeiras leituras espaciais do Projeto Original de Correa Lima a partir da Figura 12 – A Vila Operária por Atílio Correa Lima - nos detivemos nos estudos de Lamas (2010) sobre a morfologia urbana através do qual o espaço urbano é dividido em unidades (elementos morfológicos).

Como afirma o autor:

O meio urbano pode ser objeto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análise utilizados. No essencial, os instrumentos de análise vão fazer ressaltar os fenômenos implicados na produção do espaço. As inúmeras significações que se encontram no meio urbano e na arquitetura correspondem aos inúmeros fenômenos que os originaram<sup>37</sup>.

Afirma ainda,

A leitura disciplinar, se bem rica de conteúdos e esclarecimentos sobre o objeto, não o explicará totalmente, quer na sua configuração quer no seu processo de formação. Só no cruzamento de diferentes leituras e informações poderá explicar um objeto tão complexo como a cidade. No entanto, é frequente que, na produção das formas urbanas, exista um fenômeno que seja

---

<sup>37</sup> LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2010, p. 37.

determinante e, portanto que assuma maior preponderância em qualquer análise. De igual modo, o arquiteto ao ‘produzir’ o seu espaço, poderá dar maior ênfase a este ou aquele aspecto, o qual se revelará mais evidente em análise posterior<sup>38</sup>.

Para Lamas (2010) a concepção e compreensão das formas urbanas ou do território foram colocadas em diferentes níveis, diferenciados pelas unidades de leitura e concepção. Em seus estudos o autor estabeleceu uma classificação para a forma urbana em três escalas ou dimensões, a saber:

- dimensão setorial – escala da rua; trata de uma porção do espaço urbano, com forma própria, representada por uma rua ou praça
- dimensão urbana – escala do bairro; uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. As partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia ou da própria cidade.
- dimensão territorial – escala da cidade; esta estruturada através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades se define pela distribuição dos elementos estruturantes, como: arruamentos e bairros, zonas habitacionais, centrais, que se articulam como suporte geográfico.

Diante das observações feitas por Lamas (2010), as discussões a seguir estiveram pautadas na análise da forma urbana, na percepção e na interpretação do “novo” homem e da “nova” sociedade formados pelos ideais getulistas no Estado Novo.

Na concepção do Projeto Urbano para a área da Vila, Atílio Correa Lima foi influenciado pelo traçado já elaborado no Projeto da Usina<sup>39</sup> (1941). A via localizada na parte central da Usina no sentido vertical, tendo ao sul a entrada principal da área industrial, influenciou a concepção dos primeiros traços do Projeto Urbano. Interpretamos este eixo como tendo sido a gênese da distribuição

---

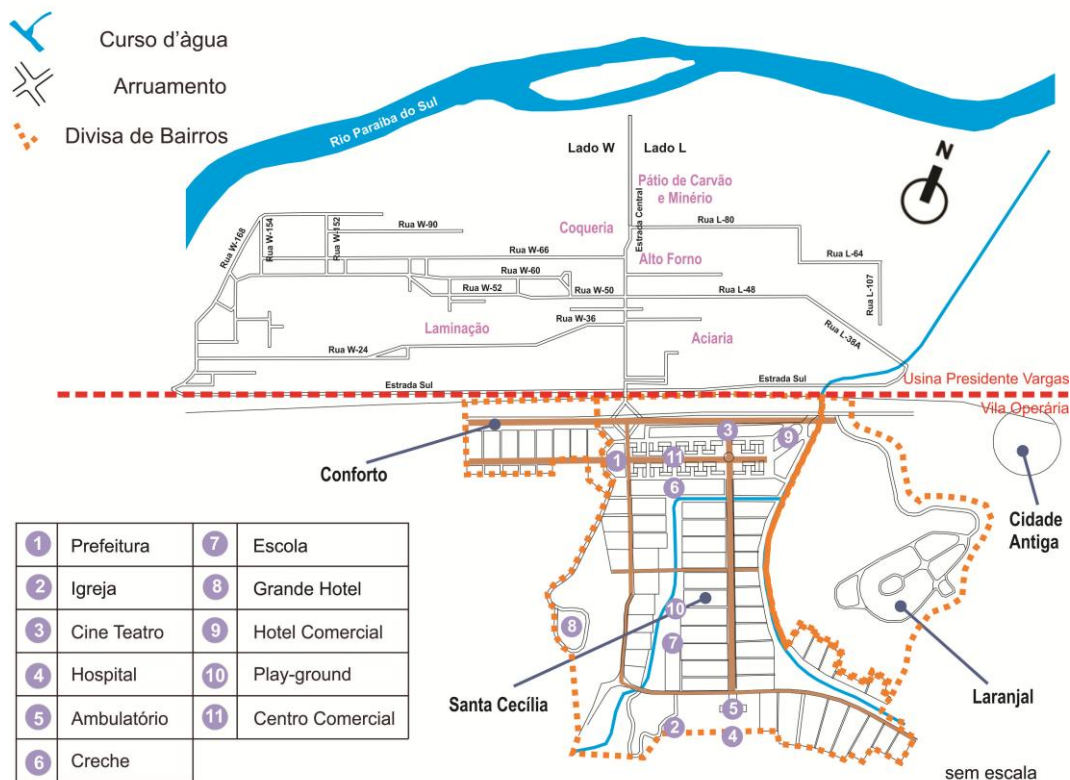
<sup>38</sup> LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2010, p. 37.

<sup>39</sup> O projeto da Usina foi elaborado pela Arthur G. McKee & Co. (1941). Em sua planta, a CSN é separada em lado W e L. O sentido de produção do aço na CSN é da direita para a esquerda. Neste sentido, as instalações de preparo estão do lado L e as de finalização de produção do lado W. As ruas receberam numeração, porém antes do número está a letra L ou W indicando qual o lado de sua localização.

do sistema de vias urbanas e dos primeiros bairros. Assim, o acesso ao local de trabalho era facilitado pelo traçado urbano da Vila (Figura 12).

## A VILA OPERÁRIA POR ATTÍLIO CORREA LIMA

PLANO GERAL DA USINA E DA VILA OPERÁRIA - 1941



Fonte: Mapa-base: Plano Geral da Usina e da Vila Operária. Arquivo CSN. 1941. In: LOPES, A. C. 1993. Elaborado por: ASSIS, R. O. 2013.

Figura 12 - A Vila Operária por Attílio Correa Lima.

O Projeto da Vila foi marcado pela criação de três bairros – Conforto, Santa Cecília e Laranjal. A proposta de ordenamento destes bairros deixou clara suas especificidades estruturais (características físicas do sítio, forma, e traçado), além de explicitar na sua planificação uma hierarquia social. A Figura 12 apresenta a disposição dos bairros. A partir do centro comercial foi localizada de um lado a Usina, e do outro, o bairro “Santa Cecília” (parte residencial – técnicos e operários especializados); à esquerda, o “Conforto” (operários não especializados) e, a direita no alto de uma colina, o “Laranjal” (engenheiros e

administradores). Esta disposição permitiu que os três bairros residenciais tivessem fácil acesso ao centro comercial e à Usina.

Os bairros residenciais (Figuras 13, 14, 15 e 16) propostos no Projeto Urbano da Vila Operária foram diferenciados quanto aos lotes em termos de área; taxa de ocupação e às tipologias habitacionais. As moradias destinadas aos trabalhadores eram caracterizadas por casas baixas e geminadas duas a duas, com exceção do bairro Laranjal. Essas moradias foram planejadas segundo as categorias salariais e funcionais de cada empregado, variando a localização, a área construída, a tipologia e as comodidades, como por exemplo, a quantidade de quartos disponíveis (MOREL, 1989).



Figura 13 – Bairro Conforto. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 14 – Bairro Santa Cecília. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 15 – Bairro Laranjal. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 16 – Bairro Santa Cecília. s/d.  
Fonte: <http://www.portalvr.com/>

As características comuns aos tipos de habitações foram baseadas na *Cité Industrielle* de Tony Garnier, dentre estas características podemos mencionar o recuo de dez metros da parte frontal em relação à via pública (áreas ajardinadas),

ausência de muros ou portões, ampliando a integração com os espaços verdes. O recuo visava garantir que as moradias fossem arejadas de acordo com os preceitos de “higiene” do urbanismo progressista, através da insolação e da ventilação.

Sobre o traçado das vias, o Projeto de Attílio apresentou um desenho que evidenciou o traçado ortogonal através das vias em linhas retas propostas para criar perspectivas de importantes eixos, que deram ao mesmo tempo destaque a alguns monumentos expressivos para a CSN. Da mesma maneira esta tipologia de traçado facilitou o fluxo do trânsito na malha urbana. Nesse aspecto, as ruas nos bairros Conforto e Santa Cecília apresentaram um sistema de vias principais paralelas e retilíneas que se destacaram no traçado (mais largas em marrom) e permitiram o acesso de veículos, além de vias transversais, consideradas secundárias e exclusivas aos pedestres, completando a estrutura do sistema viário. (Figura 12).

Ainda sobre as vias, o bairro Santa Cecília recebeu um traçado em forma de grelha/trama com duas setorizações distintas: o comercial paralelo à Usina e o residencial que foi articulado por um eixo vertical principal - formado por uma via entre o cine-teatro e o ambulatório - e suas transversais (Figura 12). O Conforto foi planejado com características estritamente residenciais e de forma mais linear. Já o Laranjal, também com função residencial, por não ter sido localizado em área plana, seu traçado foi mais sinuoso, acompanhando as curvas de nível, o que permitiu a conformação de áreas mais pitorescas (Figura 12).

Desta maneira, o traçado urbano proposto por Attílio pode ser classificado como simples por se tratar de linhas retas perpendiculares; e não harmônico ao considerarmos que os traçados nos bairros não se complementam, não possuem grandes possibilidades de ligações entre eles, uma vez que a topografia da área apresenta barreiras para isso e, por outro lado, esse fato se tornou positivo para a materialização da ideologia capitalista de segregação social.

Os equipamentos urbanos propostos por Correa Lima para a Vila em Volta Redonda, que doravante passamos a discutir, demonstraram a existência de “contradições” com relação ao modelo de cidade industrial proposto por Tony Garnier.

Primeiramente, de acordo com Lopes (1993), este “desencontro” se mostrou devido a “certos progressos de ordem social”, que no modelo de Garnier eram pressupostos considerados reais, e em Volta Redonda, a reprodução do modelo foi realizada para uma sociedade organizada de forma autoritária. “Garnier advertiu que o modelo de cidade industrial só teria sentido se fosse admitido a conquista de certos progressos de ordem social. [...] A terra, na sua *citè*, é socializada”<sup>40</sup>.

Um fator explícito na diferença entre os dois projetos foi a importância dada no projeto de Garnier à estação ferroviária na esfera social. Acreditamos que a falta de destaque dado no projeto de Volta Redonda para a estação é resultado de um pensamento voltado para a produção da Usina (transporte de carga) e não para a vida cotidiana da Vila (transporte de passageiros), pois a estação ferroviária já existente em Santo Antônio de Volta Redonda, construída em 1864 foi demolida em 1940 (COSTA, 2004).

Outra diferença está no fato de que na cidade de Garnier não havia templos religiosos, porém a presença da igreja católica na cultura e na vida política do Brasil explica a indicação por parte de Correa Lima de uma igreja, situada no bairro Santa Cecília (Figura 12).

Na questão da segurança urbana, as contradições entre os projetos não se apresentou, pois igualmente à cidade de Garnier, no projeto original da cidade industrial de Atílio não houve a previsão de polícia e/ou presídio. Tony Garnier citado por LOPES (1993), menciona que na sua *cite industrielle* existiria uma sociedade organizada de forma socialista e, assim, segundo esta visão, não existiriam na *urbe* comportamentos criminosos. Apesar da organização da Vila em Volta Redonda ser subordinada a um sistema capitalista de produção, Correa Lima não fez menção a esses equipamentos de segurança. Um outro ponto convergente entre os projetos foi a localização do edifício da prefeitura indicado por Atílio junto à entrada principal da Usina, esta concepção acompanhou a proposta de Garnier para a cidade industrial francesa.

Destacamos, por fim, a indicação de outros equipamentos e os locais de implantação dos mesmos (Figura 12). Os serviços de saúde, como: hospital e

---

<sup>40</sup> LOPES, Alberto Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. 1993, p.67.

ambulatório foram situados no extremo sul do projeto proposto. Um cine-teatro, um hotel comercial e uma creche foram indicados junto ao centro comercial, no último caso, esta localização atendia facilmente as mulheres que trabalhavam na Usina. A escola foi prevista próxima ao parque (play-ground). A ausência de indicação, por parte do urbanista, de instalações esportivas para a Vila nos chamou a atenção, pois, a prática de esportes e a recreação foram amplamente difundidas pela CSN ao passar dos anos. Neste mesmo sentido podemos citar a escola-profissional, pois, apesar de não indicada no Projeto Original, começou a funcionar logo nos primeiros anos de implantação da cidade.

O último aspecto analisado na leitura espacial do projeto concebido por Correa Lima, foi a relação da localização/proximidade da Vila à Usina. Tomando a figura do Plano Geral da Usina e da Vila Operária percebemos que o projeto se desenvolveu paralelamente à Usina na área ao sul da mesma.

A primeira justificativa dada a essa localização foi a direção dos ventos dominantes da área, que levaria (dicionava) a fumaça das chaminés da Usina para o norte. A cercania da Vila à Usina também foi justificada pelo menor tempo que o operário gastaria para chegar ao trabalho.

Porém, o que realmente percebemos é que esta proximidade física pode ser interpretada como o primeiro de muitos aspectos de representação simbólica usados no projeto e no decorrer do desenvolvimento da Vila Operária que ratificavam a postura da CSN de disciplina e controle sobre o uso do espaço urbano e, conseqüentemente, sobre a vida social dos operários ligados à Companhia.

Ou seja, a proximidade com a esfera social dos operários garantia à Companhia o poder de vigiar e disciplinar a vida de seus empregados, se tornando, portanto, uma técnica disciplinar analisada por Foucault (1987): a vigilância hierarquizada que tem no panoptismo seu modelo basilar.

O panóptico seria uma relação de poder invisível que permite ver tudo permanentemente sem ser visto. Além disso, nas palavras do próprio autor, o modelo panóptico,

[...] é polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os

escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado<sup>41</sup>.

A CSN, através da proximidade com a Vila Operária, podia ser vista de qualquer local da cidade. “O efeito panóptico é evidente e reforçado pela onipresença dos imensos galpões da usina em todas as perspectivas da cidade”<sup>42</sup>. A partir desse efeito se unia às formas tradicionais e violentas de sujeição, a adoção de formas disciplinares mais amplas e eficientes (FOUCAULT, 1987). Seria uma redefinição do conceito de disciplina por sua inversão de funções, considerando que a necessidade inicial da disciplina era de afastar os perigos, evitar que se cometesse o erro, evitar o uso de correção e repreensão, passando assim, a exercer a faculdade de moldar indivíduos cada vez mais responsáveis (trabalho, produção...) dentro da Usina Siderúrgica.

Portanto, pelo conjunto de itens apresentados e discutidos, percebemos primeiramente, que a “Cidade do Aço” se inseriu desde sua concepção na categoria de *Company-Town*, ou seja, a cidade como extensão da indústria, onde o espaço urbano é projetado para garantir o controle social e a hegemonia do sistema capitalista de produção. Por isso, podemos afirmar que a constituição da Vila Operária em Volta Redonda além de responder ao duplo interesse capitalista, que diz respeito à concentração da população e do capital, procurou garantir um controle ampliado sobre a força de trabalho.

Por questões políticas e pela realidade sócio espacial em que foi implantado o projeto, algumas diferenças entre os projetos de Correa Lima para Volta Redonda e de Tony Garnier ficaram explícitas. *La cité industrielle* influenciou diretamente a concepção da Vila Operária em Volta Redonda, ora fielmente, ora se contrapondo a ela para atender aos interesses políticos deste período. À medida que a Vila Operária foi sendo construída, foram surgindo

---

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 1987, p.181, grifos nossos.

<sup>42</sup> LOPES, Alberto Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. 1993, p.94.

necessidades de expansão do projeto. Concomitantemente o Projeto Original foi sendo modificado em alguns aspectos que serão apresentados e discutidos no Capítulo II.

As reflexões a respeito das relações entre trabalho-sociedade levaram a compreender o ideário do governo de Getúlio Vargas com o surgimento do “homem novo” e uma “nova sociedade” em Volta Redonda através da implementação da CSN e a Vila Operária. O entendimento sobre o período desenvolvimentista brasileiro, o urbanismo progressista, e o Projeto do urbanista Atílio Correa Lima, mostraram as intenções do Estado Novo na produção do espaço urbano.

Procuraremos a seguir desvendar as relações sociais de produção capitalista, considerando a variável espaço nas relações estabelecidas entre o social e as forças produtivas.

## | CAPÍTULO II - HARMONIA E ORDEM: A USINA NA CIDADE

A teorização e as indagações a respeito das relações sociais e o sentido de organização do espaço, no que diz respeito à expansão territorial do sistema capitalista, surge no pensamento de Lefebvre (1901-1991) a partir das reflexões e leituras do filósofo sobre a obra de Marx. A construção teórica de Lefebvre, tratada neste trabalho<sup>43</sup>, fundamenta-se no princípio de que “o espaço é um produto social”.

Segundo Lefebvre (1973) o conceito de ‘produção’ não possui um único sentido, ou seja, há uma dupla determinação e, portanto sentidos diferenciados.

A dupla acepção do termo decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos<sup>44</sup>.

A cidade, segundo Lefebvre (1999) retrata com clareza a dupla dimensão do conceito de “produção”. Em primeiro lugar, diz o autor, a cidade “é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres<sup>45</sup>”. Em segundo lugar, concentra funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos e ainda agrega mediações de convergências entre o movimento da totalidade e suas partes.

No conjunto da obra de Lefebvre, a cidade adquire um valor conceitual de extrema relevância para fundamentação teórica da concepção da produção do espaço e da reprodução das relações sociais. A cidade revela, em certo sentido, a unidade das relações capital-trabalho e da história da aventura humana no domínio sobre a natureza. De acordo com o autor, a cidade “é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, mais vasto dos meios, o mais importante.

---

<sup>43</sup> A escolha por Lefebvre se deve, principalmente, ao fato de que o autor trouxe uma importante contribuição para a renovação do conceito de espaço através de uma teoria crítica que integra a sociedade e o espaço sob a ótica de uma dialética materialista e histórica.

<sup>44</sup> LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. 1973, p.79-80.

<sup>45</sup> Id. **A cidade do Capital**. 1999, p. 85.

A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade<sup>46</sup>”.

Para Lefebvre (1999) a “produção” envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o lado filosófico: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades. Porém, como diz o autor, “quem diz ‘produção’, diz ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida.<sup>47</sup>” Neste sentido, a abordagem de Lefebvre da produção do espaço urbano pelo aspecto social analisa as relações sociais em sua dimensão espacial, considerando indissociável a relação entre elas.

No que diz respeito à questão do espaço, vimos que Lefebvre (1999) parte de quatro aspectos fundamentais para a compreensão desse espaço como estrutura social. O primeiro aspecto refere-se ao *design espacial*, que constitui um aspecto fundamental das forças produtivas da sociedade. Com isso evita reduzir o espaço à dimensão da produção, pois reduzir o espaço a tal pressuposto é amputar a estrutura social às condições da própria reprodução e funcionamento.

O segundo aspecto refere-se à *práxis* como uma atividade possível em escala local, que busca uma ação na organização social. Para Lefebvre (1999) é através do espaço produzido que a sociedade se reproduz em sintonia determinada pelas relações capitalistas de produção e que está intimamente ligada ao primeiro aspecto. Este contexto o autor denominou de reprodução das relações sociais de produção.

As relações sociais de produção são relações que se estabelecem entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. A reprodução social no sistema capitalista reproduz, também, a estratificação social que caracteriza a formação social. Desta maneira, a reprodução de certo sistema de hierarquias exige que se mantenham os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os indivíduos, ao longo do processo produtivo (LEFEBVRE, 1973).

As relações de dependência e de subordinação deverão ser reproduzidas, como fator imprescindível à reprodução do modo de produção dominante, por

---

<sup>46</sup> LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. 1999, p. 85-86.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 39.

isso, a reprodução social exige, não só a reprodução das forças produtivas, isto é, a força de trabalho e os meios de produção, mas também a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1973). Em todo este processo de reprodução social, a ideologia tem um papel fundamental.

Gottdiener (1993) menciona o terceiro aspecto abordado por Lefebvre:

[...] onde o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também um produto dessas relações. Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo do espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo<sup>48</sup>.

Por fim o quarto aspecto vem a ser a problemática do conflito de classes sociais, cuja origem se encontra na contradição das relações entre capital e trabalho que se estilhaçam mediante a pulverização gerada pelo princípio da propriedade privada dos meios de produção (LEFEBVRE, 1999).

Desta maneira, o espaço para Lefebvre não poderia ser concebido como algo passivo, vazio, como tendo apenas o sentido, como os outros “produtos” da troca, do ser consumido, do desaparecer. No livro “A produção do espaço” de Lefebvre (1991) analisado por Lustoza (2004), pode-se perceber que:

O espaço aparece, se forma, intervém em níveis diferentes. Ora no trabalho e nas relações de dominação (propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas relegaria os aspectos da prática. Lefebvre menciona ainda que o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele se transforma com as “sociedades”<sup>49</sup>.

Além disso, Lustoza (2004) menciona que Lefebvre (1991) analisa o espaço não reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, uma vez que este espaço representa uma diversidade de preocupações sócio materiais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só

---

<sup>48</sup> GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 1993, p. 129.

<sup>49</sup> LUSTOZA, Regina E. **Apontamentos sobre as teorias de Marx, em especial sobre valor de uso e valor de troca**. 2004, p. 9.

representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social).

Do mesmo modo, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da economia (LUSTOZA, 2004).

Assim sendo, Lefebvre (1991 apud LUSTOZA, 2004) colocou num mesmo plano o espaço urbano e as relações sociais de produção, sem com isso, atribuir um papel transformador a esse espaço, como fica claro na seguinte passagem:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em 'si mesmo', nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo, entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço<sup>50</sup>.

Lefebvre (1991 apud LUSTOZA, 2004), portanto, não conferiu ao espaço um papel transformador, mas condicionador, regulador. Com isso sua teoria conquistou uma dimensão maior do que a proposição de Manuel Castells (1983), que reduziu o espaço urbano a um *locus* da reprodução da força de trabalho, ou seja, o espaço urbano vinculado somente à produção.

Na análise de Castells (1983) o urbano seria uma forma específica da sociedade moderna e os aspectos das relações sócio espaciais seriam dominados por fatores econômicos, visto que estes determinam a dinâmica do modo capitalista de produção. Podemos observar que Castells procura substituir sua preocupação em explicar como o espaço é produzido, por uma preocupação sobre a forma pela qual se produzem os problemas urbanos.

Em resumo, Castells (1983) desenvolveu uma teoria a respeito dos problemas urbanos e não do espaço em si. Deixou evidente que os movimentos

---

<sup>50</sup> LUSTOZA, Regina E. **Apontamentos sobre as teorias de Marx, em especial sobre valor de uso e valor de troca.** 2004, p. 11.

sociais deviam ser o foco das políticas urbanas, o que representou o deslocamento da luta de classes da área de trabalho para o espaço da vida cotidiana. Contudo, ele resumiu o espaço aos domínios de produção, consumo e troca, ignorando as relações sociais desdobradas no espaço urbano.

A vinculação do espaço urbano apenas à produção, segundo Lefebvre, implicaria apenas na reprodução dos meios de produção referentes à força de trabalho e seria adequada a uma análise do capitalismo competitivo do século XIX e não o capitalismo desenvolvido no século XX. Este último garantiu, além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, efetivada através da totalidade do espaço, na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, em diferentes tempos históricos (GOTTDIENER, 1993).

Harvey (1980) defende uma análise do espaço urbano convergente a realizada por Lefebvre, onde entendeu que a cidade é a grande expressão tangível do urbanismo e a questão crucial para entender seu papel no processo de desenvolvimento, refere-se à importância dos modos de produção e da organização social sobre as diferentes formas que o espaço urbano pode assumir. Desta maneira, Harvey (1980), similarmente à análise realizada por Lefebvre, procurou evidenciar em seus estudos a importância de relacionar os processos sociais à sua forma espacial, ou seja, a necessidade de integrar à análise as questões sociológicas e geográficas.

Para Gottdiener (1993), entre os teóricos aqui relacionados, Lefebvre foi aquele que melhor propôs uma estratégia de análise da articulação complexa entre forças econômicas, políticas e culturais no espaço urbano. Da mesma forma que Gottdiener (1993), destacamos a importância fundamental da “Teoria do Espaço” de Lefebvre para o desenvolvimento deste trabalho, pois, a nosso ver, é um modo alternativo de pensar as questões urbanas: engloba os conflitos e interesses de classe e a questão espacial: peças-chaves para nosso estudo em questão.

Neste trabalho ao tratarmos das relações sociais de produção entre CSN e operários, reconhecemos a Companhia como a detentora dos meios de produção e os operários como os indivíduos, detentores da força de trabalho.

A reprodução e a estratificação social contidas no sistema capitalista pode ser refletida nas hierarquias estabelecidas na distribuição espacial da população em Volta Redonda, que mostrou os diferentes tipos de relações que se estabeleceram entre os indivíduos. Relações de dependência e subordinação que foram reproduzidas no espaço urbano.

Portanto, a partir das observações de Lefebvre pretendemos evidenciar neste capítulo, que o espaço urbano em Volta Redonda não se limitou a ser um *locus* passivo das relações sociais. Pelo contrário, seu espaço urbano, como veremos adiante, desempenhou um papel ativo na construção destas relações ao assegurar a dinâmica do capital. Em outras palavras, a dinâmica do capital e o capitalismo influenciaram as práticas relacionadas ao espaço em Volta Redonda por meio da distribuição de investimentos e da divisão do trabalho, estabelecendo relações sociais hierárquicas que tiveram origem no cerne do processo de produção, neste caso, a Usina Siderúrgica da CSN.

## 2.1 VOLTA REDONDA: O MODELO DE CIDADE INDUSTRIAL - AS MODIFICAÇÕES NO PROJETO ORIGINAL FEITAS PELA CSN.

A partir das reflexões feitas sobre trabalho-sociedade vistas pela ótica marxista, e as relações sociais de produção tratadas por Lefebvre, tomando a CSN e a cidade de Volta Redonda como objetos de estudos, continuaremos a refletir sobre nosso objeto, procurando conjugar as relações sociais de produção e a análise da forma urbana, tomando a dimensão urbana do bairro, que, segundo Lamas (2010), corresponde ao espaço abrangido por uma estrutura de ruas, quarteirões e praças ou formas de escalas inferiores.

Os projetos urbanos contribuíram na formação das cidades, que sempre tiveram a necessidade de ordenar seus territórios urbanos. O Projeto Urbano da Vila Operária (1941) da CSN, elaborado por Attílio Correa Lima contemplou, como vimos, soluções de ordem técnica (vias, habitações, topografia, etc.) e materialidades simbólicas no espaço urbano idealizadas pela instituição e pelo Estado Novo. A partir deste texto, observaremos que com a morte prematura de Correa Lima em 1943, diversas alterações no Projeto Original foram formuladas. Essas mudanças se caracterizaram tanto por proposições de ordem técnicas,

quanto naquelas que se expressavam de maneira mais simbólica, ficando, estas últimas, mais explícitas e evidenciadas a partir das modificações.

Começaremos pelas mudanças de ordem técnica, ocorridas principalmente pela necessidade de expansões na Vila Operária, na tentativa de solucionar o problema de déficit habitacional<sup>51</sup> (a ser analisado no item 3.1 no próximo capítulo), que vinha se manifestando desde os primeiros anos de construção da Usina, até mesmo em seus alojamentos; e alterações na localização dos equipamentos urbanos propostos. A Figura 17, mostra uma visão geral das áreas que foram projetadas por Correa Lima em 1941 e o que realmente foi produzido pela CSN durante os anos 1940.

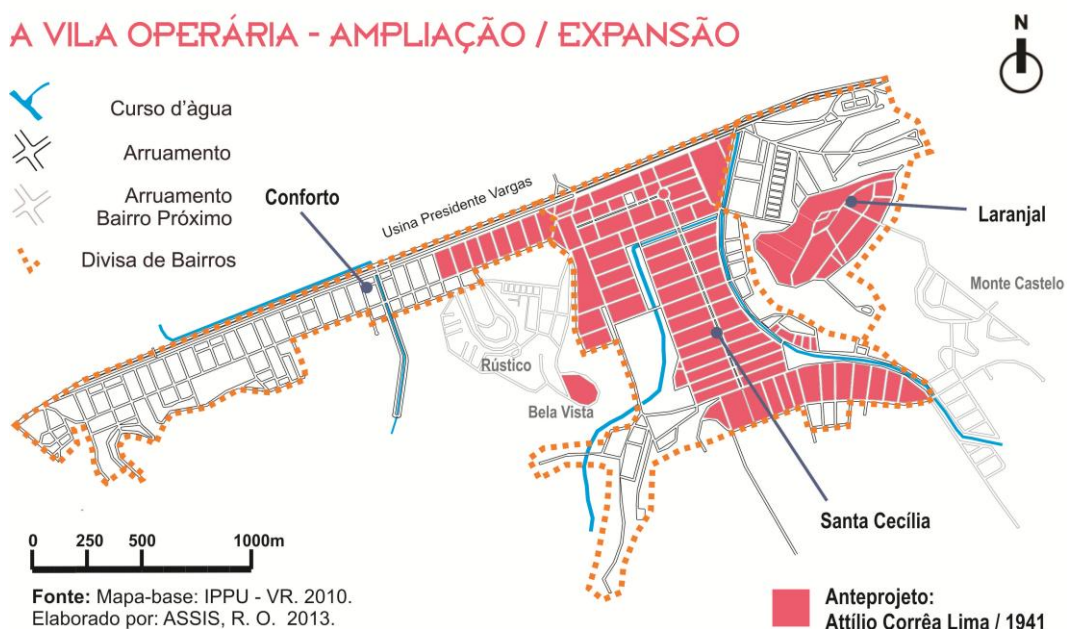


Figura 17 – A Vila Operária – ampliação/expansão.

Na figura anterior se percebeu que o bairro Conforto, ocupado pelos operários não especializados, sofreu a principal ampliação em direção ao oeste, mantendo o traçado e a modulação originais do Projeto do urbanista Atílio.

[...] nós pegamos a modulação do Atílio e levamos em direção ao Conforto, até o fim do Conforto. Na rua 247 [última rua

<sup>51</sup> Desde a construção da Vila Operária pela CSN, a instituição conviveu com sérios problemas de déficit habitacional, o que gerou uma fase de constantes ampliações e modificações do Projeto Original, além da implantação do sistema de habitações coletivas, antes rejeitado pela Diretoria da Companhia.

das quadras ao oeste] tem o Morro da Viúva, levamos a mesma modulação que o Atílio havia concebido para as primeiras quadras, então aquilo foi uma repetição [...]”<sup>52</sup>.

Assim, as oito quadras projetadas por Correa Lima para o referido bairro se transformaram em trinta e duas, com pequenas construções de outras quadras mais ao sul e expansão do loteamento no extremo oeste (Figura 18<sup>53</sup> – loteamento CSN fl. 5/14). No bairro Santa Cecília aconteceu uma expansão menor de área ao lado esquerdo, ao sul do projeto. (Figura 18 – loteamento CSN fl. 9/14). No bairro Laranjal surge a "parte baixa"<sup>54</sup>, caracterizada pela construção de edifícios residenciais multifamiliares.

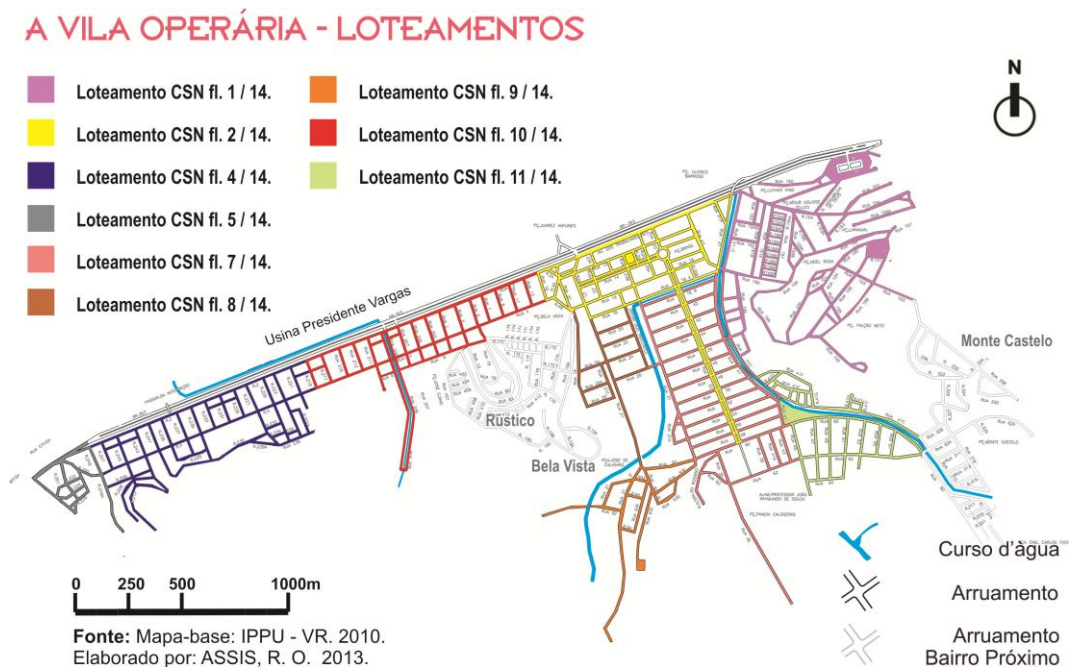


Figura 18 – A Vila Operária – loteamentos.

Além dos três bairros citados, surgiram nos anos 1940 e 1950 os bairros vizinhos: Rústico, Bela Vista e Monte Castelo. Os três loteamentos foram de responsabilidade da Companhia. O Rústico foi caracterizado, como vimos, por um bairro-acampamento. O Bela Vista ficou assim conhecido por abrigar o hotel de mesmo nome localizado no alto de uma colina. Este hotel foi inaugurado em 1943

<sup>52</sup> R.T., arquiteto da CSN. Depoimento concedido ao "Projeto História Oral de Volta Redonda", 1984. Vol. I, p. 73.

<sup>53</sup> A Figura 18 mostra todos os loteamentos produzidos pela CSN nos anos 1940 e 1950.

<sup>54</sup> Localização das vias nas curvas de nível de valor mais baixo (ver Figura 20).

e abrigou os técnicos e engenheiros americanos durante a construção da Usina, e o bairro Monte Castelo, predominantemente de uso residencial.

Sobre os equipamentos urbanos na Vila Operária, notamos várias mudanças em relação ao Projeto Original. A Figura 19 expõe os equipamentos realmente construídos pela CSN e sua localização.

## A VILA OPERÁRIA - EQUIPAMENTOS URBANOS

DÉCADAS DE 1940 E 1950

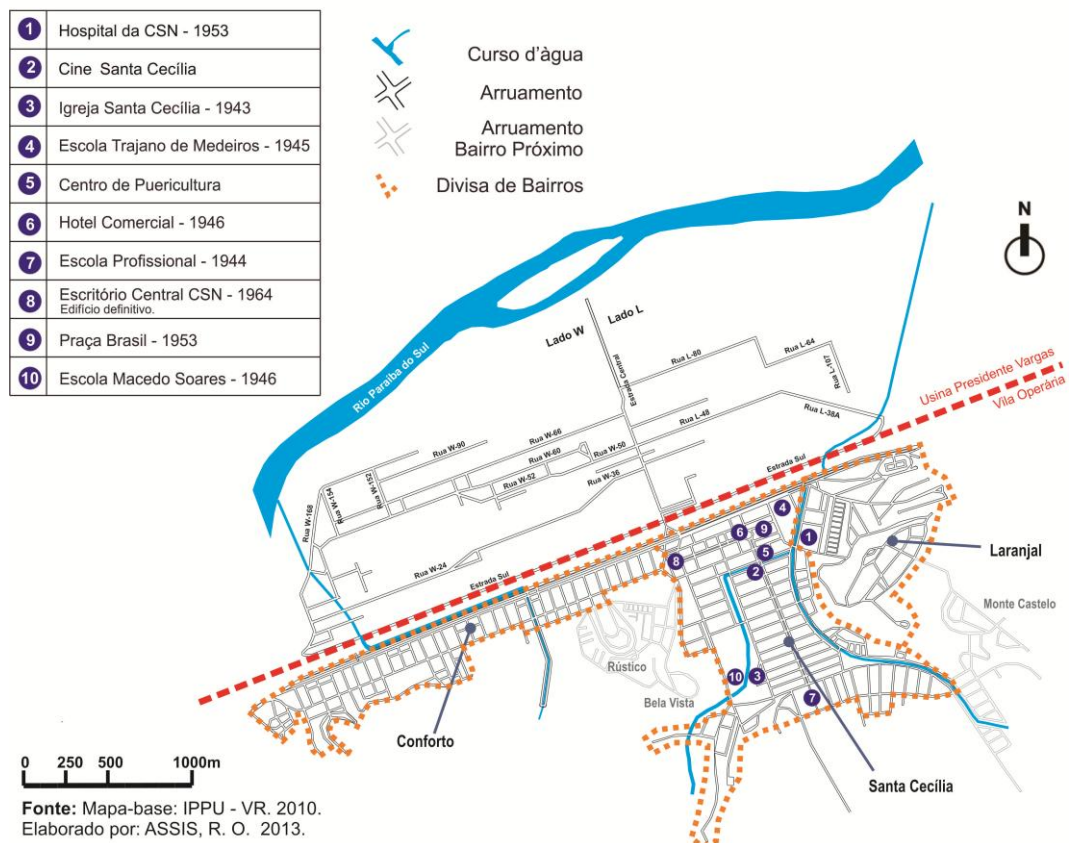


Figura 19 – A Vila Operária – equipamentos urbanos.

Ao se comparar a Figura 12 com a Figura 19 percebemos, que apenas o Hotel Bela Vista foi mantido no local indicado por Attílio no Projeto Original, pois o mesmo já estava sendo construído no período dos primeiros traços do urbanista. A construção de alguns dos equipamentos do Projeto inicial não foi concretizada na Vila, como: a creche, o ambulatório e a prefeitura.

O hospital da CSN, inaugurado em 1953, foi implantado na "parte baixa" do bairro Laranjal, diferentemente da localização proposta por Correa Lima. Em

contrapartida, o local indicado pelo urbanista para a implantação dos equipamentos de saúde (ambulatório e hospital) foi a zona escolhida pela Companhia para abrigar o edifício da Escola Profissional da CSN (1947).

Segundo Medeiros (2004), a Escola Profissional surgiu com objetivo máximo de qualificação dos trabalhadores inseridos na Usina sob a responsabilidade dos engenheiros. A metodologia utilizada na Escola foi a montagem de oficinas e laboratórios, onde os alunos tinham condições de simular práticas de operações a serem desenvolvidas na Usina. Posteriormente a Escola passou a aceitar alunos sem necessariamente serem operários da CSN e, assim, passou a ser vista pelos moradores de Volta Redonda, como um “passaporte” para o trabalho dentro da Companhia. Com isso, a Escola capacitou não só os profissionais dos quais a empresa necessitava, mas também, contribuiu para o seu desenvolvimento, e principalmente, segundo as palavras de Medeiros (2004):

[...] educa-os no espírito da empresa, para que os mesmos estivessem “sintonizados” com a cultura da CSN, facilitando a integração destes nos diversos postos de trabalho que certamente iriam compor ao saírem da escola<sup>55</sup>.

Os trabalhadores que tinham a oportunidade de fazer algum curso nesta Escola passaram a formar uma camada diferenciada do operariado. Estes recebiam um ofício especializado, tinham salários melhores e gozavam de benefícios, como por exemplo: o acesso facilitado à moradia.

Passemos agora a análise das proposições que expressaram simbolismos de forma mais explícita. No Projeto Original de Correa Lima já havia sido inseridas algumas dessas proposições como a proximidade da Vila à CSN que, ao mesmo tempo, mesclou Usina e Cidade, como se estas fossem únicas, como vimos no item 1.3 do Capítulo I.

Os demais elementos observados no Projeto Original que ainda nos faltam destacar para essa análise são: a setorização e disposição dos bairros propostos, o traçado das vias, a nomenclatura dos bairros e das ruas e as áreas verdes. Esta última ideia – “áreas verdes” – sempre apareceu no discurso da

---

<sup>55</sup> MEDEIROS, Simone Alves de. **A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940 – 1973)**. 2004, p. 27.

Companhia como forma de apresentar uma qualidade ambiental satisfatória. Procurava demonstrar e reforçar que havia uma vida agradável e bucólica na Vila Operária. O discurso de “área verde” e aquilo que esta representatividade proporcionava, ousamos dizer que remetia os indivíduos a uma volta ao passado rural, onde o tempo tinha uma velocidade diferente do “relógio de ponto”, o ar não era pesado pela fumaça da Siderúrgica e as relações eram interpessoais.

Este aspecto simbólico foi nitidamente retratado nas citações que seguem: “Aqui há ruas cheias de árvores floridas e belas casas”<sup>56</sup>. E ainda:

[...] me parece que ele (Attílio Correa Lima) recomendou que se fizesse o projeto [...] onde o verde fosse bem marcante, onde tivesse muito jardim e nada de cerca. Não existia cerca em Volta Redonda separando as casas. As ruas eram um verdadeiro jardim, aquele verde exuberante, de modo que foi feito o estudo dessa maneira e foi construído [...]<sup>57</sup>.

A paisagem urbana recebeu destaque através da beleza e da amenidade conferidas pela topografia suave, pela arborização das vias, pelos jardins das casas e pelo conforto proporcionado pelas construções. Tudo isso formava, na linguagem da CSN: “um cenário de agradável presença, como um convite à felicidade”<sup>58</sup>.

Esse discurso, tantas vezes repetido pela empresa, objetivou controlar ideologicamente o trabalhador. O clima repousante, de tranquilidade e acolhimento da cidade era utilizado como o contraponto do trabalho duro, do ritmo intenso e do ambiente opressor das atividades na Usina. Casa e trabalho, vila e fábrica, formavam no discurso da empresa uma totalidade indissociável.

Outro aspecto de representação simbólica foi a adoção de números para nomear as vias da Vila Operária. Isso se tornou uma característica das áreas sobre o domínio da CSN, onde essa escolha contribuiu para despessoalizar essas áreas, ratificando a maneira pela qual a cidade foi planejada, sem ter raízes passadas ou qualquer influência externa para além dos limites da Companhia.

Falta-nos esclarecer, então, os elementos que podem ser interpretados de maneira simbólica adotados nas características e na disposição dos bairros (Santa

---

<sup>56</sup> Jornal “O Lingote”. Ano I, nº 13. apud CALIFE, M.N. 2005, p. 10.

<sup>57</sup> R.T., arquiteto da CSN. Depoimento concedido ao “Projeto História Oral de Volta Redonda”, 1984. Vol. I, p. 73.

<sup>58</sup> Jornal “O Lingote”. Ano I, nº 13. apud CALIFE, M.N. loc. cit.

Cecília, Conforto e Laranjal). Se nos setores da CSN a produção do aço era sistemática e sequenciada, essa mesma leitura pode ser feita com relação ao espaço urbano, que foi idealizado de forma disciplinada, rígida e ritmada, com lotes e quadras ordenados e geometricamente bem traçados, e as edificações implantadas cuidadosamente nos lotes.

A organização do trabalho com uma hierarquia funcional e salarial, que acontecia no interior da Usina, foi retratada no espaço urbano, que ao ser projetado marcou uma subordinação às atividades produtivas da CSN, ao observarmos as diferentes tipologias das áreas residenciais.

A proposta de urbanização para a implantação do complexo siderúrgico da CSN trouxe uma configuração de um espaço urbano disciplinado para Volta Redonda, que procurou ordenar os indivíduos no espaço, para subordiná-los a um sistema de produção capitalista. Para tanto, Foucault (1987) explica que o espaço urbano é trabalhado,

[...] de maneira mais flexível e mais fina. E em primeiro lugar segundo um princípio de localização imediata ou de quadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas, analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa, tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico<sup>59</sup>.

Desta maneira, para garantir a disciplina, na visão da Companhia, os bairros residenciais foram ocupados pelos funcionários de acordo com a posição assumida no interior da Usina. A setorização residencial de Volta Redonda é apresentada na Figura 20, a seguir.

---

<sup>59</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 1987, p. 131.

## A VILA OPERÁRIA - SETORIZAÇÃO

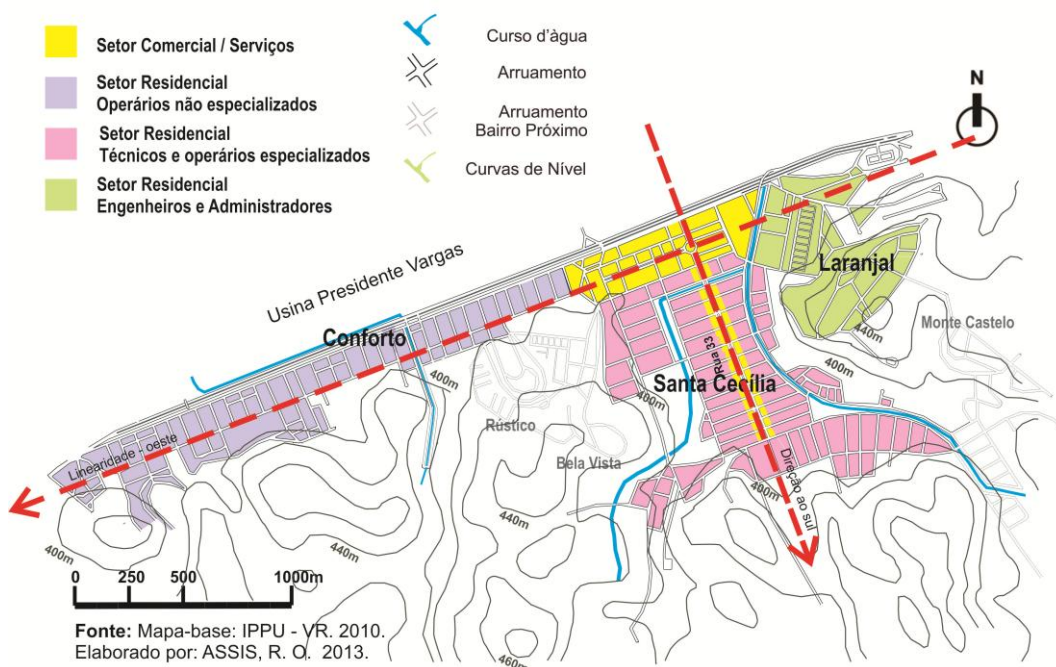


Figura 20 – A Vila Operária – setorização.

O bairro Laranjal foi destinado aos engenheiros e administradores da CSN, o bairro Santa Cecília aos técnicos e operários especializados, e o Conforto aos operários não especializados. Dentro do bairro Conforto havia também padrões estratificados de casas para mestres, contramestres, operários oficiais e serventes.

As atividades comerciais foram localizadas em uma área central da Vila, separando os demais bairros. O que percebemos foi que o espaço urbano da Vila foi organizado segundo a estrutura de classes e a correlação de forças que se estabeleciam entre elas. Na concepção do Projeto Original da Vila Operária em Volta Redonda e até mesmo antes do projeto, cada classe social teve o seu próprio lugar pré-definido no espaço urbano. A setorização dos bairros da Vila identificou visualmente a influência da “Usina na Cidade”.

Por este aspecto, a disposição dos bairros pode ser analisada através de dois critérios. O primeiro é a separação física dos bairros residenciais, pois espacialmente estes não se “tocam”, com isso, os percursos realizados por cada estrato da sociedade, teoricamente, não se cruzariam, ou seja, cada classe social

poderia ir ao centro, onde se localizavam as atividades de comércio da Vila ou à Usina, sem necessariamente precisar passar por outro bairro (Figura 20).

O segundo critério está relacionado à localização com relação a divisão topográfica da Vila: a separação das classes sociais foi visível no Projeto de Volta Redonda até mesmo na distribuição dos bairros de acordo com a topografia do local. O bairro Laranjal ocupou a parte alta da topografia (Figura 20). Destinado à residência dos altos cargos da CSN, este bairro foi localizado mais distante da Usina, numa tentativa de proteção para a poluição do ar e o ruído. Num sentido mais simbólico, a localização deste bairro no alto de uma colina reforçou a ideia de vigilância, no imaginário da população. A posição do ser humano em um ponto mais elevado denota muitas vezes relações de poder, a possibilidade de uma visibilidade maior de determinada área, demonstra o controle e a vigilância contínua. Observamos que a postura do indivíduo com relação ao espaço interfere no seu comportamento social e em suas atitudes com o meio. De certa forma, os outros dois bairros, ao se localizarem numa área mais baixa do relevo, se condicionavam numa posição de “submissão”.

Outro aspecto de ordem simbólica percebido está relacionado à denominação do bairro dos operários não especializados: o Conforto. Este foi o único dos três bairros a ser denominado por um substantivo com uma carga simbólica mais representativa, procurando representar o conforto que a Usina deu a seus trabalhadores que chegaram do interior e supostamente vinham de situações de vida precária e deficiente em termos habitacionais (moradias com problemas sanitários, construções deficientes e falta de infraestrutura urbana).

O nome “Conforto” enfatizou a ideia de que o “novo” homem diante da “nova” sociedade devia trabalhar com mais afinco e responsabilidade para não perder a vida confortável proporcionada pela CSN. Diferentemente, os nomes dos outros dois bairros, destinados a classes consideradas superiores, trouxeram simbolismos com uma carga menor de representatividade para a “nova sociedade”. O Laranjal recebeu esse nome por ser localizado num local onde havia um grande plantio de laranjas e o bairro Santa Cecília, por ser planejado próximo a sede da Fazenda Santa Cecília.

O último ponto que trataremos sobre os simbolismos contidos no Projeto original se refere ao traçado dos bairros. De um modo geral é instigante observar um fato curioso no desenho das vias que conformam as áreas dos três bairros descritos. No traçado verificamos que o desenho “coincidiu” com a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos funcionários dentro da Usina, através da setorização das classes sociais proposta nos bairros. O traçado em linhas retas, modulado, rígido e monótono [repetido] encontrado nos bairros Conforto e Santa Cecília pode ser associado ao ritmo contínuo, automatizado, repetitivo e disciplinado desempenhado pelo operariado da Usina nos diferentes setores de produção. O traçado orgânico, acompanhando as curvas de nível com sinuosidade, apresentado no bairro Laranjal pode ser relacionado ao trabalho não repetitivo e nem automatizado desempenhado pelos administradores e engenheiros da Companhia.

Ainda sobre o traçado, ao analisá-lo no projeto implantado da Vila Operária (ver Figura 21), notou-se a existência de dois eixos principais na vertical: um principal da Usina (traçado da Estrada Central - vermelho) e um principal da Vila paralelo a este, à direita (amarelo). O eixo vertical principal da Usina (vermelho) refletiu no traçado da cidade como o eixo norteador da concepção do projeto.

Ao visualizar os dois eixos verticais na Figura 21, percebemos que entre eles encontra-se a localização do setor comercial. Ainda entre estes dois eixos, estava localizado o alto forno. Este equipamento tinha uma representação simbólica por sua altura e por sua importância no processo de fabricação do aço, ganhando, assim, *status* de “alma da usina” (Figura 21). Nessa “coincidência” se pode afirmar um aspecto de representação simbólica na localização do comércio, e posteriormente dos equipamentos de cultura e lazer, pois mesmo em diferentes momentos, exercendo outras atividades fora do trabalho ou com a família, todos poderiam avistar o alto forno e se lembrar das regras de comportamento que a instituição estabelecia e aplicava. Como veremos a seguir, esse efeito visual em 1964 foi transferido para o edifício do Escritório Central da CSN, construído neste ano.

Como pôde ser observado, o projeto de Attílio trouxe para a discussão preocupações que diziam respeito à localização, a conformação física do sítio e a

representatividade formal dos bairros através de simbolismos expressos de diferentes maneiras. A proposta do Projeto Original foi trabalhada procurando adequar às necessidades políticas e sociais características do Estado Novo.

## A VILA OPERÁRIA - EIXOS

DÉCADAS DE 1940 E 1950

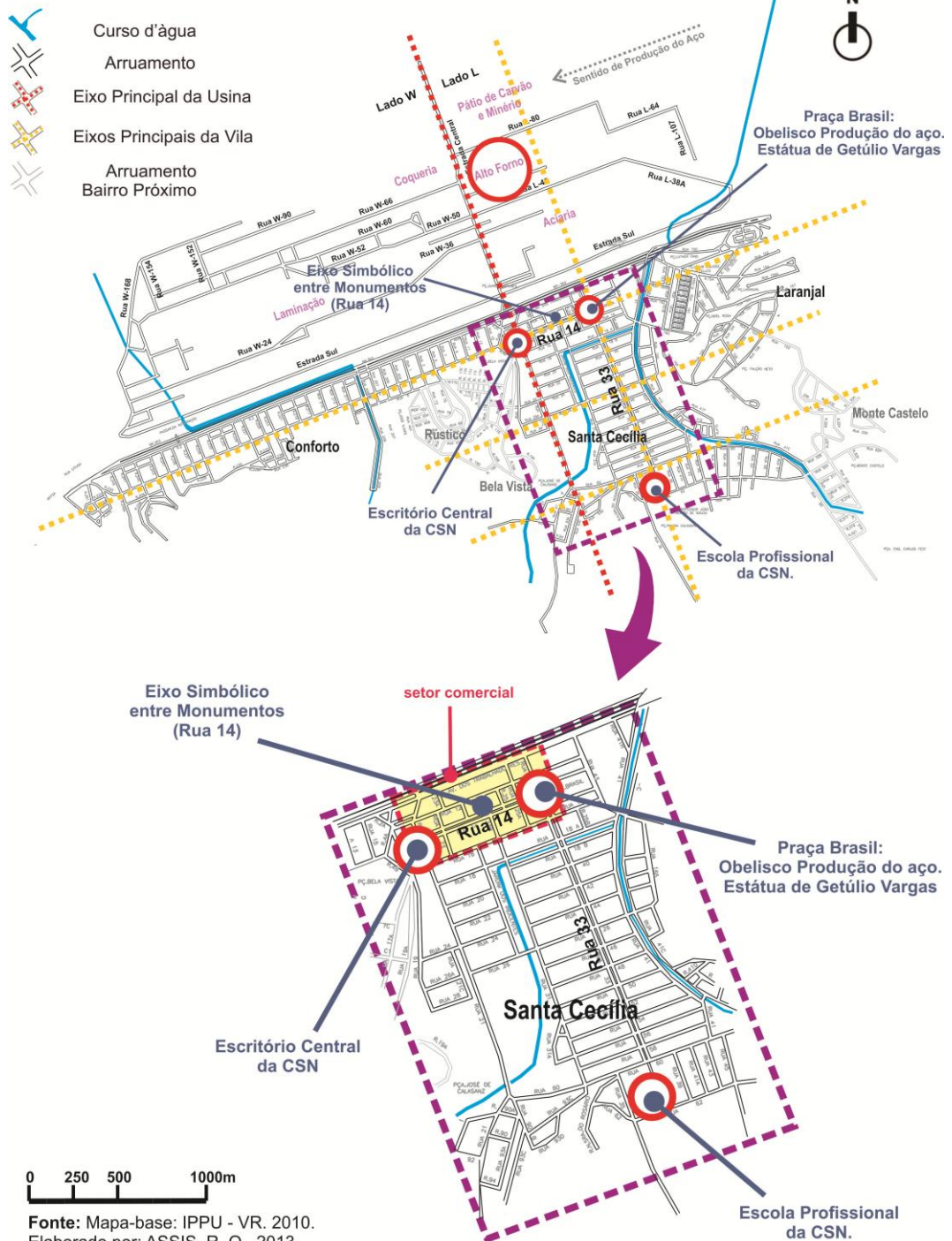


Figura 21 – A Vila Operária – eixos.

A manutenção da hegemonia da CSN perante a classe trabalhadora e seus familiares, os desejos e anseios do presidente Getúlio Vargas, no sentido de controlar e articular o “novo” homem e uma “nova” sociedade, foram ainda mais explicitados e identificados nas modificações do Projeto Original e nas novas ideias implantadas pela CSN em sua Vila Operária, através de elementos materiais de representação simbólica, que fizeram e fazem parte do/no espaço urbano, sejam eles no traçado viário, na localização das edificações que faziam menção as atividades de lazer e cultura, ou na conformação de certos elementos da morfologia urbana, como: ruas, praças e monumentos. Veremos como estas proposições se destacaram pela carga de ideologia empregada.

No local previsto para a construção da prefeitura foi implantado o Escritório Central da CSN em 1964 (Figura 22). O edifício foi elaborado com 16 pavimentos e apresentou características modernistas, como: linhas retas, estrutura metálica, fachada envidraçada, escadas rolantes e dimensões monumentais. O Escritório se tornou um marco referencial na Vila Operária, devido a sua altura (era o edifício mais alto da cidade) e a sua localização. Como se pode perceber na Figura 22, a edificação ocupou toda a área da quadra que não acompanha a repetição do alinhamento das demais, o que o coloca em posição de destaque, reforçando a representação de poder que a Companhia exercia na área urbana.



Figura 22 - Escritório Central da CSN. 1965. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 – IPPU-Volta Redonda. 2010.

Neste sentido, podemos considerar que o Escritório Central passou a simbolizar, no imaginário da população de Volta Redonda, a torre do estabelecimento panóptico que Foucault (1987) discute em seu livro “*Vigiar e Punir*”. Segundo o autor:

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens [...]<sup>60</sup>.

Do prédio grande e monumental era possível enxergar toda a cidade, muito embora da cidade não fosse possível enxergar quem está no edifício, nem sequer se há alguém na “torre”. O exemplo do efeito causado pelo Escritório Central aos habitantes de Volta Redonda seria, então, baseado na vigilância. O efeito merecedor de destaque dessa situação era um estado de “consciência” de vigilância constante, o que garantia certo automatismo na manutenção das relações de poder pela CSN, pois o fundamental era que o cidadão se sentisse vigiado e não que realmente o fosse, como explicou Foucault (1987) em seus estudos. Seria uma aposta numa submissão espontânea ao poder pelos cidadãos pela simples impressão da vigilância constante.

Sendo um tipo de relação de poder, a vigilância precisava estar em toda parte no âmbito do trabalho e da família, para que fossem garantidos deste modo, os efeitos de poder da instituição CSN até nos mais distantes componentes da sociedade que ela própria, intencionalmente, moldava. Isso não afastou completamente a necessidade de policiamento dentro da Vila. A própria CSN manteve dentro da área da Usina uma polícia interna criada para o controle disciplinar dos acampamentos erguidos para a construção da Siderúrgica, que mais tarde teve esse policiamento estendido para toda a Vila Operária.

Além das questões discutidas sobre a representação do Escritório Central no contexto da Vila Operária em Volta Redonda, podemos destacar outro aspecto dentro desse conjunto de elementos empregado na Vila: o “eixo simbólico” entre monumentos (Rua 14) - Escritório Central da CSN e Praça Brasil (Figura 21).

A Rua 14 recebeu um destaque simbólico na Vila Operária, como mostrado na Figura 21: de um lado (esquerdo da figura) o Escritório Central (marco do controle administrativo da CSN – a localização e a imponência retrataram isso), do outro lado (direito da figura), a Praça Brasil que trouxe a legitimidade simbólica à população local, pois nesta Praça foram alocados

---

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 1987, p.169.

monumentos (obelisco, escultura do novo trabalhador e estátua de Getúlio Vargas) significativos para a gênese de Volta Redonda e para os ideais do Governo Vargas. É no contexto do imaginário construído pelo Estado, que localizamos os elementos que remetem a simbolismos na Praça Brasil,

[...] cuja organização é marcada de características e especificidades, tanto pelos objetos, monumentos e estátuas que aí se encontram, quanto pela maneira de apropriar-se, utilizar-se e considerar esse conjunto de elementos. O espaço não é somente uma área geográfica, mas também uma forma de relação com os objetos estruturados numa cultura e, sobretudo, uma rede relacional de representações coletivas em que os membros de uma mesma coletividade concedem significados, geralmente reconhecidos, a elementos e características de seu espaço<sup>61</sup>.

O objetivo primeiro da Praça Brasil (Figuras 23, 24 e 25) foi homenagear Getúlio Vargas, personagem que se tornou símbolo unificador da nova era industrial, com uma estátua em bronze de sua imagem, representando o Estado.



Figura 23 – Obelisco Getúlio Vargas. Seu alto relevo representa os quatro setores da CSN: a coqueria, o alto-forno, a aciaria e a laminação. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 - IPPU-Volta Redonda. 2010.



Figura 24 – Duas estátuas compõem o monumento do obelisco. Uma simbolizando a agricultura. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 - IPPU-Volta Redonda. 2010.

<sup>61</sup> D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil.** 2001. p. 119.



Figura 25 - E a outra estátua feminina simbolizando a indústria. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 – IPPU-Volta Redonda. 2010.

A representação da CSN foi localizada no centro da Praça Brasil em um obelisco com vinte e sete metros de altura e com quatro faces, onde cada uma delas retratou o processo de produção do aço, que tem início na coqueria e num processo contínuo, passa pelo alto forno, aciaria e laminação. Colocado ao centro, simbolicamente ele representou muito mais que o processo produtivo, mas também um novo modelo específico de estilo de vida e comportamento. Colocado atrás do obelisco apareceu a escultura em homenagem ao novo trabalhador. Com roupas pesadas, utilizadas nas atividades do alto forno, o trabalhador da CSN foi o símbolo do “novo” trabalhador da indústria, então, precursor de uma “nova era” para o país.

A composição da praça se completou com dois símbolos, mulheres nuas que rodeiam o obelisco: de um lado, uma mulher simbolizando a indústria deitada e recostada em uma roda dentada “símbolo da mecânica”, de outro lado, outra mulher que tinha nas mãos alguns produtos agrícolas, sugerindo o projeto político-econômico do Estado Novo: o campo articulado, porém submisso, ao desenvolvimento industrial, reforçando a centralidade da indústria. A localização desses monumentos está representado na Figura 26.

Perguntamo-nos sobre o porquê de na representação da indústria ser usado a figura de uma mulher. Ao pensarmos na ideologia inserida na política da época de construção da CSN e sua Vila, ficou evidente que Getúlio Vargas assumiu a figura do “pai”, do protetor, do educador. Os trabalhadores, então, representavam os filhos, faltando neste contexto a figura da “mãe”, da mulher progenitora. Acreditamos que, desta maneira, a mulher representando a indústria faria dela a matriarca, quem cuida dos filhos trabalhadores, quem mantém e administra a “casa”, trazendo a ideia de “família completa”.



Figura 26 – Croqui esquemático dos monumentos na Praça Brasil. Elaborado por: ASSIS, R.O. 2013.

Percebemos a carga simbólica dada ao eixo da Rua 14: por um lado, a representação da disciplina e controle gerados pelo edifício do Escritório Central; por outro lado, a reprodução das relações de poder do Estado na figura de Getúlio Vargas e da nova ordem econômica, social e territorial de seu governo.

O lugar é simbólico na medida em que pode ser um espaço geograficamente unido, sedimentado por meio de sentimentos simbólicos; a configuração da paisagem, das construções e das pessoas tem sido investida com memórias coletivas que possuem suficiente poder emocional, para gerar um senso comunal. Certos lugares podem ser revestidos de um determinado status emblemático, como os monumentos nacionais, e usado, para representar uma forma de laço simbólico, que se sobrepõe e encarna as várias afiliações locais que as pessoas assumem<sup>62</sup>.

Um aspecto não tão expressivo como o “eixo simbólico” da Rua 14, porém de importância, pode ser observado (Figura 21) ao sul da Rua 33: a localização da Escola Profissional da CSN. Nestes três pontos do espaço urbano da Vila - Escritório Central, Praça Brasil e Escola Profissional – foi representado as relações de poder do Estado, da indústria e da “formação” e educação da classe operária, confirmando, assim, que o trabalho e a educação profissionalizante

<sup>62</sup> FEATHERSTONE, Mike. *O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. 1997, p. 151.

tiveram, de fato, o papel de demonstrar a ascensão social, tão afirmado pela política do Estado Novo de Vargas (Figura 27).



Figura 27 – A Vila Operária – três pontos.

Ficou evidente, portanto, a partir da análise do projeto implantado pela CSN, que o planejamento da Vila Operária em Volta Redonda contribuiu para a internalização da hierarquia da empresa por parte de seus habitantes, segregados segundo ocupação, sexo e estado civil. Além disso, o rebatimento da organização fabril no espaço urbano marcou a subordinação da Vila à atividade produtiva, em busca de uma eficácia mais ampla – a construção do "homem novo", o cidadão trabalhador brasileiro, produtivo economicamente, mas "dócil" e "submisso".

Desta maneira, ao que se pode chamar "outra face do planejamento", não revelada nos documentos oficiais, a cidade projetada segundo as mais modernas normas de urbanismo, a que se referiram os documentos oficiais da CSN, foi fortemente marcada desde o seu Projeto Original pela produção de inúmeros objetos carregados de simbolismos que atestaram uma cidade rigidamente administrada.

Logo, o símbolo da construção da modernidade - a figura do mito Getúlio Vargas, a indústria estatal do aço e a Vila Operária em Volta Redonda articularam

a identidade dos habitantes do lugar, que se viu como unitária, concreta e inabalável: o projeto de Volta Redonda favoreceu o modelo de dominação, possibilitando a gestão da vida do trabalhador fora da Usina e, assim, o controle da quase totalidade de seus atos.

## 2.2. PELO ESPAÇO DA CIDADE: A IDENTIDADE SOCIAL DA “FAMÍLIA SIDERÚRGICA” E O PATERNALISMO DA CSN.

A Usina Siderúrgica da CSN e sua Vila Operária formaram a partir dos anos 1940 um só complexo. Este complexo foi transformado numa estratégia política-ideológica do Estado Novo com o intuito de legitimar o projeto político ditatorial frente à opinião pública. De certa maneira, o complexo veio para atuar como um grande laboratório de experiências, que foram necessárias para a constituição da sociedade brasileira. Estas experiências se desdobraram em dois momentos: construção e consolidação do Complexo.

A construção da CSN e sua Vila Operária (1941-1946) foi o momento da “aproximação” dos brasileiros com uma sociedade urbano-industrial, ou seja, o momento da sociedade habituar-se à vida urbana e ao trabalho industrial, incorporando os valores desse novo mundo. A identidade com a CSN se deu através dos ritos de admissão dos seus trabalhadores que permitiram o enquadramento na empresa e a ruptura com a história pessoal. A distribuição dos uniformes fez dessas pessoas um grupo homogêneo que passou pelo aprendizado do tempo, do horário rígido, da hierarquia funcional e de regras de higiene e saúde. Tomando como base o projeto “modernizador” e “civilizatório” de construção nacional de um Brasil progressista, Vila e Usina se integraram e se complementaram, cresceram juntas buscando uma unidade única de espaço, de valores e de comportamentos.

A configuração do segundo momento – a consolidação do Complexo contou com experiências desenvolvidas no conjunto Vila + Usina, ou simplesmente, espaço urbano e fabril. Aconteceu, quando a CSN proprietária de todos os equipamentos urbanos de saúde, educação e lazer, visou educar, vigiar e controlar o trabalhador fora da Usina, garantindo a manutenção de sua hegemonia.

Segundo Gramsci (1980), toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. A manutenção da hegemonia pressupõe a disseminação de determinada concepção de mundo e para isso, é necessário efetivar-se na sociedade uma relação pedagógica ampla para a construção de um conjunto de valores e costumes que deverá estar presente na esfera da produção e da “reprodução” desta sociedade.

A conquista da hegemonia nas relações entre o capital e os trabalhadores no complexo siderúrgico da CSN, e a consolidação de seu espaço urbano foi alcançada através da disseminação de um processo de identificação e comprometimento do operário com a Companhia, apoiada pela existência de vários benefícios reais: moradias amplas e modernas, cidade salubre, espaços verdes de recreação, equipamentos de lazer, assistência social, etc.

Esse processo de identificação e comprometimento dos trabalhadores com a CSN se propagou através da imagem da “família siderúrgica”, expressão que aparecia com frequência nos discursos oficiais e nos documentos internos da CSN. A “família siderúrgica” teve seu auge nos anos 1940 e 1950, período no qual a Vila Operária em Volta Redonda seguiu o modelo de *Company-town*.

No discurso da “família”, os trabalhadores seriam protegidos pelo presidente, o “pai dos pobres”, marcando, assim, a relação de paternalismo e tutela, possibilitando ao Estado controlar os movimentos populares, como greves, passeatas, manifestações públicas, marchas, etc. Baseada nesta mesma conduta, a CSN, em seus documentos, se refere à “família siderúrgica”, aludindo aos laços afetivos sociais que deviam aproximar chefes e empregados, reforçando a ideia de uma instituição acima das classes, que conferia benefícios e cuidava de seus trabalhadores.

A “família siderúrgica” da CSN visou à construção de uma identidade social<sup>63</sup> entre empresa e sociedade, instituindo um espírito de colaboração mútua. Essa identidade foi efetivada na Vila Operária, pois se acreditou que só era possível ao homem manter sua auto identificação num padrão pré-estabelecido de comportamentos e valores em um meio que confirmasse tal identidade. Por isso,

---

<sup>63</sup> Entenda-se como **identidade social** a posição de uma pessoa, em relação à posição dos demais dentro da sociedade, pode ser atribuída e adquirida. É atribuída, quando não se pode fugir dela, e é adquirida, quando é conseguida pelo esforço próprio, com vontade, inteligência e talento. Identidade é um conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é. Fonte: Usina de Letras.

por exemplo, toda a minúcia conferida à composição da Praça Brasil, a localização e grandiosidade do projeto do Escritório Central da CSN ou a construção de um “eixo simbólico” (Rua 14) no setor comercial da Vila. Todos esses itens, que já mencionamos e analisamos neste trabalho, fazem parte da tentativa de formação e conservação da identidade da “família siderúrgica”, determinada pela estrutura social.

Os processos sociais presentes na Vila Operária em Volta Redonda contribuíram para a construção da identidade do coletivo formado por trabalhadores da CSN junto aos seus familiares. As cerimônias organizadas pela CSN promoviam a construção dos laços afetivos com seus trabalhadores, simbolizando a união da “família siderúrgica”.

Tudo era motivo de comemoração e de reforço das relações sociais com a Companhia. A consagração da “família siderúrgica” era comemorada no dia Nove de Abril, data da fundação da CSN, onde era realizada a entrega de prêmios e distintivos de mérito por bom comportamento, missa campal seguida de discursos e desfile escolar (SILVA, 2010).

Além da comemoração da data de sua fundação, a CSN conferia a seus funcionários a confraternização de Natal, onde se reunia toda a “família siderúrgica”. Na ocasião se distribuía presentes para os filhos dos empregados e sorteios de prêmios. Também a CSN mantinha o “Almoço da Amizade”, uma das tradições da empresa, no qual eram reunidos chefes e empregados, onde o presidente da empresa tinha a oportunidade de proferir discursos “afetivos” à massa trabalhadora (SILVA, 2010). Uma oportunidade eficiente do chefe superior mostrar que não havia inconvenientes em se sentar à mesa com alguns dos trabalhadores não especializados da Companhia.

Fora às comemorações patrocinadas pela CSN, não podemos deixar de mencionar que o Estado Novo foi um tempo de comemorações e comícios de massa, especialmente no 1º de Maio, em que, reunidos em estádios ou praças públicas, os trabalhadores recebiam informações sobre novos ganhos e benefícios. Em 1942, por exemplo, os trabalhadores da CSN, uniformizados, desfilaram diante de Vargas, homenageando-o no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época (MOREIRA, 2012).

Além das comemorações, a CSN mantinha uma série de premiações, mantendo a tutela dos trabalhadores e tendo como principais critérios de bonificação para a premiação o tempo de serviço, assiduidade no trabalho e bom comportamento dentro e fora da Usina.

A partir de 1948, de acordo com o artigo 48 de seus Estatutos, a CSN, passou a distribuir um prêmio em dinheiro a todos os empregados, na forma de participação dos lucros da Companhia, que eram um tipo de abono salarial concedido aos funcionários, distribuídos proporcionalmente de acordo com “pontos de salários”. Esses pontos seguiam critérios quantitativos pré-estabelecidos pela própria Companhia e levavam em conta os seguintes fatores: importância dos vencimentos, tempo de serviço, assiduidade no exercício e encargo de família (CSN, 1950).

Nos anos 1950, a empresa procurou adotar outras medidas para o sistema de prêmios. O Prêmio Quinquenal foi uma gratificação em dinheiro distribuída aos funcionários a cada cinco anos consecutivos de bons serviços prestados, nas seguintes condições: “dois meses de salário ao empregado que não houvesse sofrido qualquer penalidade e não houvesse tido nenhuma falta ao serviço, nem licença” e “um mês de salário àquele que não houvesse sofrido qualquer penalidade e tivesse tido no máximo 30 faltas ao serviço, justificadas, ou 30 dias de licença” (CSN, 1951). O Adicional de Tempo de Serviço, que a Companhia concedia ao empregado que durante três anos consecutivos não tivesse conseguido nenhuma promoção por merecimento ou antiguidade, consistia num adicional de 15% sobre os seus vencimentos (CSN, 1951).

Além das bonificações mencionadas, a CSN adotou no ano de 1950 um incentivo à produção, visando estimular o aumento da produtividade, motivando os trabalhadores à dedicação e à frequência no trabalho. De acordo com a Resolução da Diretoria número 2.197 de 1º de Julho de 1950, o bônus total era calculado por tonelada excedente na meta da produção e distribuído para o conjunto de trabalhadores, de forma proporcional à função desempenhada. Mestres e encarregados do controle e planejamento da produção chegavam a obter o percentual de 25% do prêmio, enquanto os menos qualificados como ajudantes e

serventes poderiam ganhar 0,02% do mesmo. As faltas poderiam minorar a participação nos prêmios, ou chegavam a extingui-la.

O objetivo da CSN com esta prática de gratificação em dinheiro aos seus trabalhadores fica claro na passagem a seguir, extraída do Relatório da Diretoria – 1953 (1954):

A política que a Companhia vem adotando com salários justos e equânimes, esforçando-se cada vez mais atentamente para a solução dos problemas sociais características das comunidades em formação, tem produzido, como resultado, um ambiente de cooperação e harmonia com as classes trabalhadoras. A ausência de greves e litígios, o contato estreito com o sindicato dos trabalhadores, diminuindo dívidas, atendendo aos problemas coletivos e individuais, revela animadoras possibilidades para um trabalho contínuo e produtivo. [...] A crescente participação dos empregados nos lucros da Companhia e a adoção de planos de incentivos para a maior produtividade se anunciam como elementos valiosos para que seja levada a bom terreno a obra comum<sup>64</sup>.

A CSN, através das gratificações, pretendia assegurar o controle tanto sobre o processo técnico da produção quanto sobre o coletivo dos trabalhadores ao motivar a assiduidade e o bom comportamento no trabalho e, simultaneamente, valorizar o tempo de serviço, como uma demonstração da importância da política de fixação dos trabalhadores. Todos os incentivos marcaram a tentativa de manutenção da “família siderúrgica”, quando juntamente com os prêmios por tempo de serviço, por exemplo, o trabalhador recebia do Presidente da CSN um diploma e um distintivo de mérito nas cerimônias do dia Nove de Abril.

O que nos parece claro é que com tais medidas a CSN visava, através de métodos menos coercitivos, fixar os trabalhadores e assegurar sua cooperação na implementação das regras de comportamento na esfera social e das metas de maior produtividade na esfera fabril. A exaltação da “família siderúrgica”, constituída pelo presidente “pai do pobre”, a “mãe” CSN e os “filhos” trabalhadores, celebravam os laços corporativos entre Estado, empresa e trabalhadores.

Com o mesmo intuito, a CSN se utilizava de uma “estratégia de intervenção”, que se estabelecia por meio da intervenção da Companhia na vida

---

<sup>64</sup> COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **Relatório da Diretoria – 1953** [s.l.]. 1954, p. 6.

social dos operários em todos os níveis, desde educação, saúde, esporte, lazer e policiamento, até em atos corriqueiros do dia-a-dia como uma briga entre vizinhos. Por essa “estratégia de intervenção”, conquistava-se, ampliava-se e aprofundava-se a cidadania operária, através da política de bem-estar social da CSN.

A presença marcante da CSN na esfera social durante o período de 1941 à início dos anos de 1960 foi estabelecida através da política assistencialista de construção e consolidação de uma forte relação de dependência paternalista de seus trabalhadores para com a Companhia.

A política assistencialista da CSN era evidenciada reiteradas vezes pela Companhia por meio de seus veículos de comunicação<sup>65</sup> com os trabalhadores, difundindo o compromisso moral e intelectual dos empregados em torno da política de bem-estar social da CSN. As medidas de amparo ao trabalhador e à sua família estavam baseadas no fato de que o trabalhador, se sentindo seguro, trabalharia melhor e se sentiria mais ligado à instituição.

Desta maneira, em 1951 foi criada pela CSN a Superintendência de Serviço Social responsável pela atuação do capital fora do setor produtivo, ou seja, a construção do espaço urbano de reprodução da força de trabalho. A Superintendência exercia a função de elaborar e organizar a política assistencialista da Companhia, dentre os quais estava a assistência médica, educacional, alimentar, habitacional e obras sociais (CSN, 1954).

É importante salientar que desde 1943 foi mantida pela CSN uma política de auxílio para seus empregados, através do Serviço de Saúde e do Serviço de Subsistência, além de ter iniciado no referido ano, a distribuição de moradias a seus funcionários. Estes serviços garantiram desde o início da construção do Complexo CSN um caráter de valorização do trabalho e de reabilitação do trabalhador nacional, mediante a dependência social para com a instituição empregadora devido aos auxílios oferecidos. Todos os benefícios sociais oferecidos pela Companhia no período de 1943 a início dos anos 1960 estão relacionados no Quadro 1.

---

<sup>65</sup> O jornal de circulação interna “**O Lingote**”, lançado em 1953, assim como a **Rádio Siderúrgica**, de propriedade da CSN, fundada em 1955, pretendiam funcionar como elos da “família”, meios de divulgação das atividades assistenciais e de conquista da cooperação do trabalhador (SILVA, 2010).

QUADRO 1 – Política de Assistência Social da Companhia Siderúrgica (continua).

**1943 – 1949**

<i>Serviço de Subsistência</i>	<i>Distribuição de refeições aos funcionários e seus familiares a preços módicos, através de seis refeitórios e dois armazéns de propriedade da CSN.</i>
<i>Serviço de Saúde</i>	<i>Hospital, ambulatório de clínica médica cirúrgica e odontológica e serviço de admissão de pessoal.</i>
<i>Distribuição de Moradias</i>	<i>Distribuição de residências aos empregados segundo critérios estabelecidos com alugueis a preços baixos, além de investimentos na manutenção da Vila e das casas.</i>
<i>Auxílio Enfermidade</i>	<i>O empregado licenciado para tratamento de saúde recebe a diferença entre a parte paga pelo Instituto e seu salário, nas seguintes condições:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 mês, se contar de 1 até 2 anos de serviço;</li> <li>- 2 meses, se contar de 2 até 5 anos de serviço;</li> <li>- 3 meses, se contar de mais de 5 e menos de 20 anos de serviço;</li> <li>- 6 meses, se contar de mais de 20 anos.</li> </ul>
<i>Serviços Médicos</i>	<i>Assistência médica aos empregados, cônjuge e filhos:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>- tratamento em ambulatório e aplicação fisioterápica;</li> <li>- realização de exames complementares para a elucidação de casos clínicos;</li> <li>- cobertura de despesas com tratamento especializado, em consultório, para especialidades como: olhos, otorrino, pequena cirurgia, ginecologia, urologia e outras, desde que consideradas necessárias e controladas.</li> </ul>
<i>Hospitalização</i>	<i>Concessão de hospitalização por um ano aos seus funcionários portadores de tuberculose, câncer ou cegueira, em estabelecimento próprio ou sanatório particular; Aos empregados com mal de Hansen, a Companhia providencia a sua transferência para as colônias de cura, dando-lhes toda a assistência de que necessitam até a efetiva internação.</i>
<i>Auxílio Funeral</i>	<i>Pagamento de um quantitativo de Cr\$1.500,00 e mais um mês de vencimentos aos herdeiros em caso de falecimento de empregado, sem prejuízo do vencido na data do falecimento.</i>
<i>Gala e Nojo</i>	<i>Concessão de 5 dias de dispensa aos serviços, com todos os vencimentos, aos funcionários que contraíssem matrimônio e 8 dias, por motivo de nojo, no caso de falecimento de cônjuge, filho ou irmão que vivia na dependência do empregado.</i>

**1953 – início dos anos 1960**

<i>Assistência Médica</i>	<i>Serviços médicos prestados pelo Hospital da CSN aos seus empregados e suas famílias: clínica médica, clínica cirúrgica, clínica traumatológica e ortopédica, clínica obstétrica e ginecológica, clínica radiológica e fisioterápica, clínica oftalmológica, clínica otorrinolaringológica, clínica pediátrica e clínica odontológica.</i>
---------------------------	--

QUADRO 1 - Política de Assistência Social da Companhia Siderúrgica Nacional (continuação).

<i>Assistência Alimentar</i>	<i>Fornecimento de gêneros alimentícios e refeições a preços baixos aos empregados. Fornecimento gratuito de lanches aos operários em serviço e leites entregues no local de trabalho.</i>
<i>Assistência Habitacional</i>	<i>Distribuição de residências aos empregados segundo critérios estabelecidos com alugueis a preços baixos, além de investimentos na manutenção da Vila e das casas.</i>
<i>Assistência Educacional</i>	<i>Estabelecimento de Ensino Primário, Profissional e Secundário, mantidos pela CSN aos seus empregados e dependentes.</i>
<i>Obras Sociais</i>	<i>Investimento em obras de equipamentos de lazer e recreação na Vila Operária.</i>
<i>Auxílio Funeral</i>	<i>Pagamento de um quantitativo de Cr\$1.500,00 e mais um mês de vencimentos aos herdeiros em caso de falecimento de empregado, sem prejuízo do vencido na data do falecimento.</i>
<i>Festas de Natal</i>	<i>Aquisição de brinquedos pela CSN distribuídos para os filhos dos seus empregados na época do Natal.</i>
<i>Dispensa à Amamentação</i>	<i>Direito às funcionárias de 1 hora a cada 4h trabalhadas para a amamentação.</i>
<i>Assistência Pré-Natal</i>	<i>Assistência à mulher gestante e à infância, com a distribuição de mamadeiras no centro de Puericultura.</i>
<i>Empréstimos</i>	<i>Empréstimos sem juros, até o valor de um mês de vencimentos para desconto em seis prestações mensais.</i>
<i>Adiantamentos</i>	<i>Adiantamento para desconto integral nos vencimentos do mês de quantias menores que o salário.</i>
<i>Salário-Família</i>	<i>Cr\$ 252,00 por mês e por dependente.</i>

Fonte: CSN. Relatórios da Diretoria - 1943, 1951 e 1953. Elaborado por: ASSIS, R.O. 2013.

Dentre todas as assistências contidas no Quadro 1, ressaltamos a Assistência Habitacional e Obras Sociais, uma vez que percebemos que a habitação e o lazer se destacaram significativamente na construção da identidade dos moradores da Vila Operária, pois o uso destes dois benefícios estimulava o vínculo de pertencimento à CSN, importante estratégia para a manutenção da “família siderúrgica”.

O plano de construção de residências para a Vila Operária em Volta Redonda contou inicialmente com um programa de 3064<sup>66</sup> casas a serem construídas. As primeiras habitações concedidas aos funcionários foram entregues em 1943. Desde esse ano a Companhia mantinha um regulamento para a

<sup>66</sup> Esse número foi alcançado somente depois de 1950.

distribuição das casas na sua Vila Operária, contudo, a partir de 1951 a Superintendência de Serviço Social ficou encarregada da regulamentação, tanto da concessão como da troca de casas, segundo critérios formais, onde prevalecia o princípio de antiguidade no serviço (CSN, 1954).

O tipo de moradia seria determinado pelas possibilidades financeiras do empregado, ou seja, o empregado só podia receber a residência cujo valor de locação fosse condizente aos seus vencimentos. Para a distribuição das casas eram organizadas listas de classificação, por grupos de empregados, nas quais constavam as seguintes informações: nome do funcionário, cargo que ocupava, salário, data de admissão e sua classificação na “espera”. Os grupos de empregados mencionados eram definidos de acordo com o documento denominado Regulamento de Distribuição de Casas do Setor de Volta Redonda (1953), do seguinte modo:

- 1º Grupo – empregados que recebiam salário até Cr\$<sup>67</sup> 2790, inclusive o descanso semanal;
- 2º Grupo – constituído de empregados que recebiam salário de Cr\$ 2791 para mais, excluídos aqueles pertencentes aos do 3º Grupo;
- 3º Grupo – a este grupo pertenciam os profissionais de nível universitário, chefe e subchefes de departamentos e chefes daquelas divisões cujos ocupantes exerciam cargo semelhante aos titulados em universidades.

Os padrões das residências também seguiam a estes três grupos. Cada grupo representado por um bairro. A tipologia de habitações do 1º Grupo se encontrava no bairro Conforto, do 2º Grupo no bairro Santa Cecília e do 3º no Laranjal, o que deixava claro, mais uma vez, a estratificação social da Vila Operária.

---

<sup>67</sup> O **Cruzeiro** (Cr\$) foi a moeda do Brasil de 1942 a 1967, de 1970 a 1986 e de 1990 a 1993. Sua adoção se deu pela primeira vez em 1942, durante o Estado Novo, na primeira mudança de padrão monetário no país, com o propósito de uniformizar o dinheiro em circulação. O Cruzeiro passou por uma reforma monetária durante a presidência de Castelo Branco, sendo temporariamente substituído pelo Cruzeiro Novo. A moeda voltou a ser substituída no governo do presidente José Sarney, com o Plano Cruzado. O Cruzeiro voltou a vigorar no governo Collor e foi definitivamente substituído pelo Cruzeiro Real em 1993. Fonte: Casa da Moeda.

Além de organizar a concessão e a distribuição das residências na Vila, a Superintendência se encarregava da manutenção das casas, desde a colocação do trilho para a cortina ou a substituição do porta-toalha do banheiro, até desentupimentos e pintura. Todos os reparos eram cobrados com base numa tabela pré-fixada, que não era incluída no valor do aluguel, este último representava menos de 10% do salário. A CSN ainda cuidava do fornecimento de água e luz, que gerava uma pequena taxa adicional aos locatários (SILVA 2010).

A Companhia procurava demonstrar aos seus trabalhadores que as taxas cobradas de aluguel e manutenção das residências eram módicas, visando caracterizar o fato de que a construção das habitações foi uma obra de assistência social, pois bastava considerar que a CSN gastava mais com os serviços de manutenção, do que o total da renda arrecadada com as referidas taxas.

Neste sentido, a casa na Vila Operária da CSN tornou-se um eficiente meio de controle e subordinação do empregado para com os princípios da Companhia. Conseguir a habitação representava não ficar a margem da infraestrutura oferecida pela instituição, e em contrapartida o dever de aceitar as regras imposta de comportamento dentro e fora das residências. Por exemplo, o inquilino da CSN não podia reformar as casas, nem sequer mudar a cor da fachada, ficando sobre forte punição/repreensão caso as ordens fossem descumpridas, como nos mostra o depoimento de um ex-funcionário:

As casas da CSN sempre obedeceram a um determinado traçado, a uma determinada ética de construção e não se podia mexer em nada vezes nada das casas da Siderúrgica, e, simplesmente, uma bela tarde de Sábado, eu comprei madeira e cerquei a minha varanda, fiz uma grade, uma grade artística, bonitinha e cerquei a varanda, botei portinha, botei uma cortina por dentro e essa coisa quase deu demissão pra mim da Siderúrgica, mas foi eu o primeiro que fez isso, quase deu cana, quase deu demissão. Por fim o Engenheiro Ravache, imagina, um engenheiro para ver uma cerquinha que fiz em volta da varanda, quer dizer, fiz mais um cômodo na casa, aproveitando a varandinha, que só tinha colunas. Por fim, deixou, porque não quebra a estética, nem a arquitetura, etc, etc... Depois aquilo ali ficou sendo molde, todo mundo fez. Quase deu demissão também, quando fiz uma garagem, na grama, em frente a casa, eu fiz uma garagem para guardar o meu carro<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> C. J. M., operário, professor e músico da CSN. Depoimento concedido ao “Projeto História Oral de Volta Redonda”, 20/09/1984, Vol. I, p.166/167.

Em todos os espaços de sociabilidade do mundo do trabalho da Vila Operária em Volta Redonda manifestaram-se as intervenções hegemônicas da CSN. Para isso, é importante mencionar que a Companhia mantinha na Vila um centro de assistência social denominado Nossa Senhora das Graças que atuava em três esferas: serviço social da família, serviço social de grupo e serviço social de comunidade. Com esse centro social a empresa atuava diretamente nos problemas sociais da vida cotidiana: doenças diversas, mortes, separações, abandonos do lar, habitações, alcoolismo etc. (BEDÊ, 2007).

É evidente que essas medidas adotadas pela CSN implicavam principalmente na tentativa de disciplinamento dos trabalhadores, por isso a presença fabril se prolongou nos lazeres de fim de semana, destinados a organizar o cotidiano extrafábrica nas normas e regras éticas do trabalho intrafábrica, através do investimento em equipamentos coletivos de lazer e recreação, o que a CSN tratava como Assistência de Obras Sociais.

A CSN promovia competições esportivas, subvencionava shows de artistas consagrados e bandas de música, em locais por ela construídos, como o Clube dos Funcionários (Figura 31), o Clube Umuarama (destinado aos engenheiros da CSN), o Aero Clube e o Recreio dos Trabalhadores (Figuras 28, 29 e 30) que era destinado a todos os empregados para a prática de esportes, onde reunia à grande massa de trabalhadores em seu grande pavilhão coberto.



Figura 28 - Ginásio coberto do Recreio dos Trabalhadores. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 – IPPU-Volta Redonda. 2010.



Figura 29 – Vista área do Recreio dos Trabalhadores. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>



Figura 30 - Recreio dos Trabalhadores. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 – IPPU-Volta Redonda. 2010.



Figura 31 – Sede Social do Clube dos Funcionários da CSN. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>

Isso caracterizou a preocupação do Estado Novo com o corpo do trabalhador, que visava não só a proteção da saúde física, mas também, se preocupava com sua adaptação psíquica ao trabalho que realizava, na tentativa de aumentar sua capacidade de produção. A sociedade moderna-industrial viu no esporte um recurso para o condicionamento dos corpos às exigências do novo ritmo de trabalho mecanizado.

A CSN ainda ajudou na construção da Sede do Grêmio Artístico Cultural Edmundo Macedo Soares e Silva (GACEMSS) e Cine Nove de Abril (Figura 32), onde a comunidade da Vila Operária assistia a filmes dos circuitos de grandes centros do país.



Figura 32 – Cine Nove de Abril. s/d. Fonte: Caderno de Bairros nº 02 – IPPU-Volta Redonda. 2010.

A carga simbólica e afetiva de todas essas experiências culturais dos cinemas e clubes propiciadas pelo projeto civilizatório da CSN é clara. Podemos

citar dois exemplos: em primeiro lugar destacamos a alusão ao Complexo da CSN em todos os nomes dos equipamentos de lazer mencionados.

Em segundo lugar percebemos, através da Figura 33, que com exceção do Recreio do Trabalhador, todos os outros equipamentos se concentravam no “eixo simbólico” da Rua 14, o que reforçava a ideia de vigilância dos trabalhadores nos momentos de lazer.



Figura 33 – A Vila Operária – Equipamentos de lazer.

Como o Recreio dos Trabalhadores estava localizado em uma área mais isolada na Vila, Macedo Soares e Silva, coronel administrador da Usina, assistia pessoalmente todos os domingos os torneios de futebol no Recreio, reforçando a ideologia do Complexo Siderúrgico como espaço de uma só “família siderúrgica” (MOREIRA, 2012).

Como podemos verificar, no que diz respeito às relações de assistência social em termos de vantagens materiais para os trabalhadores da Companhia, sempre houve o “outro lado da moeda”, ou seja, os benefícios reais oferecidos pela CSN para sua massa trabalhadora estavam atrelados a garantia de adesão dos trabalhadores ao compromisso ético-moral da CSN (disciplina no trabalho,

dedicação aos serviços e respeito à chefia) pois o seu descumprimento geraria a perda dos benefícios e auxílios.

Contudo, isso não excluiu o policiamento entre as áreas da Vila. Este era feito de maneira mais coercitiva e reprimia qualquer ato que não se enquadrava ao comportamento ideal para uma sociedade do trabalho, caso não fosse cumprido, haviam sanções, como relata um ex-funcionário da CSN:

[...] dia de serviço não podia beber não, a Companhia controlava. Os guardas passavam nos bares, chegavam – isso eu vi, isso eu cheguei a ver. O cara estava bebendo. “Que horário você está trabalhando?” Aí o cara disse: “Ah! Eu vou pegar agora às 4 horas”. “Você está bebendo por quê?” Tabefe, tabefe na orelha: “Vai trabalhar, seu sem vergonha!” O cara ia né<sup>69</sup>.

A garantia do controle era absoluta, pois a CSN detinha a propriedade dos meios de produção e dos equipamentos urbanos, mantendo o controle político, social, cultural e econômico local. Tinha sob seu domínio um corpo policial próprio que não estava circunscrito somente ao espaço da Usina, pois abrangia também a esfera urbana, tendo à sua disposição uma unidade do Exército Brasileiro (DIAS, 2003). Dentro desse espaço vigiado, não se possibilitou nenhuma espécie de movimento popular que pretendesse introduzir novos valores, ideias ou padrões de conduta.

Portanto, pode-se perceber a consolidação do espaço urbano em Volta Redonda a partir das reflexões estabelecidas pelas discussões feitas no Capítulo I sobre trabalho-sociedade, incorporando as análises e leituras da forma urbana através da percepção do conjunto CSN + Vila Operária.

Como vimos, o espaço urbano em Volta Redonda pensado para propiciar um arranjo ordenador dos trabalhadores fora da Usina. O espaço urbano de caráter privado (habitações) ou público apontava para o mesmo fim: educar a população operária na ideologia do progresso e do trabalho da Usina e na filosofia identitária da CSN enquanto Projeto Nacional.

É marcante a influência da Companhia na vida de seus empregados, seja pela posição centralizadora no espaço urbano, seja pelo domínio e controle que a

---

<sup>69</sup> P.P. Depoimento retirado do periódico “Privatização, não obrigado!”, 1990. Citado por: MEDEIROS, S. A. **A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973)**. 2004, p. 256.

mesma exerceu na Usina e na Vila Operária. Contudo, essa presença marcante na vida social de seus trabalhadores se desenvolveu até início da década de 1960, pois neste período a posição paternalista da CSN para com a sua Vila começou a mudar.

A partir de 1964, a CSN adotou medidas de contenção de gastos, sobretudo, no que se referia à esfera social da sua força de trabalho, atendendo às exigências políticas instauradas neste período no país. Com isso a política social da empresa deixou de assumir uma postura paternalista e a “família siderúrgica” começou a se desestruturar. Este momento ficou marcado por um período de grandes mudanças e contradições na produção social do espaço urbano em Volta Redonda.

### | CAPÍTULO III - CONFLITO E CRISE: A CIDADE NA USINA

A discussão sobre a produção social do espaço urbano e sua complexidade envolve diferentes aspectos, como os diferentes processos de produção da cidade e as contradições que surgem destes processos. O pensamento de Lefebvre sobre a produção social do espaço urbano, como afirma Godoy (2008), procurou resposta para as indagações sobre a reprodução das relações sociais e a organização do espaço diante das lutas de classes e da expansão do sistema capitalista. Neste sentido, as indagações e respostas de Lefebvre são fundamentais para a discussão que passaremos a tratar neste capítulo, uma vez que o autor colocou como questão chave para o entendimento e superação do modo de produção do sistema capitalista, a necessidade de se discutir os impactos de sua economia política na produção do espaço urbano, que a seu ver era contraditória.

Como ponto de partida, Lefebvre (1973) concebeu que o capitalismo, como modo de produção, sobreviveu pela utilização do espaço como reforçador das relações sociais necessárias a sua sobrevivência.

[...] o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o exprimam. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço<sup>70</sup>.

Vemos que, segundo Lefebvre (1973), o que possibilitou o desenvolvimento do próprio capitalismo, está diretamente associado à ocupação do espaço e à produção social do espaço pelo capital. Isso se desenvolveu através da subordinação do que o autor chamou de espaço social – espaço de valores de uso, produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana – ao que ele denominou de espaço abstrato – externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o Estado.

Desta maneira, entendemos que o ponto de partida e de chegada da análise metodológica lefebvriana sobre as contradições da sociedade urbana capitalista não é o espaço como produto, mas sim o processo de produção social

---

<sup>70</sup> LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das relações de produção**. 1973, p. 21.

do espaço e a correspondente transformação do espaço social em espaço abstrato pela sociedade capitalista.

Para Lefebvre (1973), o espaço abstrato capitalista é aberto a inúmeras contradições por ser, a seu ver, uma totalidade não consumada. Em outros termos, o autor vê o sistema capitalista de produção como um projeto histórico inacabado, ainda em transformação, portanto, suscetível a conflitos, crises e contradições. Com suas próprias palavras, o capitalismo deve ser concebido “como totalidade nunca sistematizada, nunca acabada; nunca perfeita, mas que, contudo, se vai consumando, se vai realizando<sup>71</sup>”. Ou, ainda, de forma mais precisa:

Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um “todo” que absorveu as suas condições históricas, assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava. É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias<sup>72</sup>.

Por esta razão, o sistema capitalista não só possui uma lógica na necessidade de aglomeração que tem o capital, mas também na necessidade de ocultar suas contradições sociais. Mascarar as suas próprias contradições, inclusive a do espaço, é, assim, uma importante estratégia de classe para a reprodução das relações sociais de produção. As contradições do espaço, mesmo que dissimuladas, ocultas, não percebidas e apreendidas, são existentes e fundamentam a política do espaço, segundo Lefebvre:

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o

---

<sup>71</sup> LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. 1973, p. 5.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 9.

espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. [...] No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço<sup>73</sup>.

Neste sentido, vemos que as contradições dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, enquanto totalidade social, se desenvolvem através da divisão sócio espacial do trabalho e da acumulação e dominação capitalistas.

Desta maneira, Carlos (2011) enfatiza que as formas de apropriação produzidas pelo capitalismo passaram a se fundamentar na propriedade privada e no processo de valorização em busca do lucro. Sendo assim, os produtos da sociedade, entre eles o espaço da reprodução da vida, serão distribuídos ao conjunto da sociedade de forma hierarquizada, de acordo com a organização das classes sociais. Com isso, Carlos nos alerta destacando que a produção do espaço capitalista possui uma contradição fundamental: a produção social se contrapõe à apropriação privada.

Nessa perspectiva, o capital passou a direcionar a *práxis* humana e social e o espaço capitalista se reproduziu a partir, sobretudo, das necessidades de acumulação e do lucro, tornando-se mercadoria. Como consequência, o espaço é alienado do sujeito que o produz e, dessa forma, aliena-se também o direito à reprodução da vida em todas as suas dimensões, recriando a paisagem sob a forma da segregação (CARLOS, 2011).

Segundo a autora, os processos de expropriação do espaço e do direito à reprodução da vida, ampliados pela lógica da propriedade privada imposta ao conjunto da sociedade, não se faz sem que haja resistências (CARLOS, 2011). Nesse sentido, “as lutas de classe, que se realizam em torno da distribuição da riqueza social gerada pelo produto social do trabalho, desdobram-se em lutas pelo espaço<sup>74</sup>”. Assim, o espaço é produzido através dos conflitos que ocorrem na reprodução das relações sociais.

---

<sup>73</sup> LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 2008, p. 57.

<sup>74</sup> CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. 2011, p. 51

Neste sentido, procuramos apreender a forma como a cidade de Volta Redonda caminhou para a existência de conflitos de maiores proporções entre interesses gerados em torno do espaço social - local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações sociais no espaço - e em torno do espaço abstrato – concebido pela CSN e pelo Estado. Em meio a estes conflitos – desemprego, déficit habitacional, emancipação de Volta Redonda, greves – a Companhia foi deixando de ser “dona” da Cidade: até então, a Cidade era uma preocupação para a CSN, a partir de agora a CSN será uma preocupação para a Cidade.

### 3.1. O DÉFICIT HABITACIONAL E A CONSTITUIÇÃO DA “CIDADE VELHA”

O processo de urbanização do Brasil, fruto de uma industrialização tardia, trouxe uma série de problemas sociais normalmente relacionados a falta de acesso da maioria dos habitantes das cidades a uma infraestrutura adequada e até mesmo a própria moradia. O problema da habitação no Brasil sempre esteve ligado, desde suas origens, a perspectiva do custo/benefício. Assim, as determinações do mercado, de uma maneira geral, e de modo específico, do mercado imobiliário, historicamente, traçaram a política habitacional brasileira desde o começo do século XX.

Desta maneira, podemos afirmar que as relações capitalistas comandaram a produção de habitação social e, ainda, a aquisição da terra urbana, em todo o território brasileiro. Ao se colocar os interesses do mercado imobiliário acima dos interesses e necessidades dos cidadãos, negligenciaram os direitos desse grupo a uma moradia adequada bem como suas necessidades de deslocamento, de lazer, de cultura e de trabalho (VASCONCELOS FILHO; SOARES, 2003).

O processo espaço-temporal da produção da moradia social no território brasileiro sempre esteve permeado por um discurso político que enfatizou uma pseudopreocupação com o tema. No final do século XIX e na primeira metade do século XX, a moradia ganha notoriedade quando passa a ser tratada como um caso de saúde pública, notadamente no período do urbanismo higienista (VASCONCELOS FILHO; SOARES, 2003).

A política higienista, entretanto, não tratou a questão da moradia como um problema social, e não sendo um problema social e sim de saúde, a resolução não estava em produzir moradia de qualidade para essas pessoas, mas acabar com os focos infecciosos que eram disseminadores de moléstias à cidade e, deste modo, à sociedade urbano-industrial. Foi assim que a problemática da moradia foi enfrentada pela emergente elite urbana que ia se constituindo em várias cidades do país (VASCONCELOS FILHO; SOARES, 2003).

Além disso, a partir de 1930, com a efetivação do processo de urbanização brasileira, podemos verificar a presença da intervenção estatal na problemática urbana. As intervenções deste período priorizavam a revitalização da paisagem nas regiões centrais das cidades, de modo a amenizar o aspecto de pobreza, pois como afirma Oliveira (2009), o processo de modernização conservador que aconteceu no Brasil, a partir dos anos 1930, transferiu para as cidades a pobreza que assolava o ambiente rural, e se agravou pelo fato do Estado brasileiro ter concentrado seus investimentos na consolidação da industrialização emergente, renegando as necessidades urbanas mais imediatas da população.

A industrialização da segunda metade do século XX acelerou o processo de urbanização no território brasileiro, onde se registram significativas ondas migratórias que deixavam o campo em direção às cidades. As cidades como novo *locus* de moradia não possuíam infraestrutura necessária para absorver milhares de moradores. Deste modo ocorreu uma urbanização aleatória, sem regras, desestruturada e precária. Surgia assim, uma nova sociedade urbana no Brasil, mas não urbanizada, sem os traços de uma urbanização qualitativa.

O Brasil se constituiu, de tal modo, com cidades desiguais e segregadas, onde as populações mais privilegiadas se concentram em bairros com boa infraestrutura e serviços, enquanto que as classes menos favorecidas vivem em condições precárias, periferias pobres e desprovidas de serviços básicos.

O processo de construção da Companhia Siderúrgico Nacional e sua Vila Operária em Volta Redonda, apesar de pensadas como modelo, uma empresa exemplar para o resto do país, onde deveria “surgir” um novo tipo de trabalhador, saudável, capaz e disciplinado, não se consolidou sem as contradições e os problemas da sociedade brasileira, historicamente concentradora e excludente.

A estrutura excludente em Volta Redonda já acontecia desde os acampamentos de construção da Usina, com a diferenciação da qualidade dos alojamentos. Posteriormente, esta estrutura foi estendida para a Vila Operária com a setorização em classes, por meio da separação em bairros dos trabalhadores de acordo com a função desempenhada dentro da Usina. A estrutura social excludente e a falta de moradia caminharam lado a lado no Complexo Usina e Vila e se acentuaram com o aumento da população local, com o passar dos anos.

Esses problemas foram impulsionados, em grande parte, pelos Planos de Expansão de produção e de reestruturação da planta industrial da CSN, pois estes determinavam os investimentos que seriam realizados na Usina e nas áreas urbanas da empresa. Além disso, com o término de cada estágio de expansão, um número elevado de trabalhadores era dispensado, acarretando, com isso, toda uma série de consequências sociais (inchaço de favelas, fechamento de estabelecimentos comerciais surgidos na fase de expansão, etc.).

Praticamente todos os problemas enfrentados nas relações da Companhia com a força de trabalho e com a Vila se confundiram com estes Planos, na medida em que a CSN era o centro de decisão. O Quadro 2 nos apresenta os Planos da Companhia, bem como sua periodização:

QUADRO 2 – Os Planos da Companhia Siderúrgica Nacional.

Planos	Previsão Inicial		Conclusão	
	Data	Produção de Aço Líquido	Data	Produção de Aço Líquido
Plano A	1941/1946	270.000	1948	146.000
Plano B	1950/1953	750.000	1955	804.000
Plano C	1956/1960	1.000.000	1965	1.268.000
Intermediário	1961/1963	1.400.000	1968	1.305.000
Plano D				
Estágio I	1969/1973	1.700.000	1975	1.490.000
Estágio II	1973/1976	2.500.000	1977	2.008.000
Estágio III	1975/1981	4.600.000	1984	2.335.000

Fonte: CSN. Dados sobre a evolução da CSN, 1946-1984. 1986.

O Plano A representou a fase inicial de investimentos de construção da planta da Usina Siderúrgica (laminação, coqueria, aciaria, alto forno, pátio de carvão e de minério), dos acampamentos, das instalações de serviços e da infraestrutura necessária para a Vila Operária. Inicialmente o Plano A contava com um programa de construção de 3064 unidades residenciais (CSN, 1942), número, este, elevado para 3700 unidades em 1946 (CSN, 1947).

A Vila Operária, no ano de conclusão do Plano A em 1948 dispunha de: 2885 casas construídas e habitadas, faltando 179 para o complemento do plano inicial e 815 habitações para a nova meta, além de dois grupos escolares, um centro de saúde, uma escola de instrução militar, uma escola de admissão, uma escola profissional, um posto meteorológico, dois hotéis, dois clubes sociais, uma quadra de edifícios comerciais e 12 hotéis para empregados solteiros (CSN, 1949).

Na década de 1950, a CSN empreendeu dois planos de expansão: o Plano B e o Plano C. O Plano B previa a construção do alto-forno 2, de mais 21 fornos na coqueria e de dois fornos *Siemens-Martins*, além de melhorias nos fornos-poços e nas laminações. Com isso, a empresa calculava poder garantir a expansão de sua capacidade produtiva para 750 mil toneladas/ano de aço (MOREIRA, 2005).

Na esfera social, o Plano B deu maior destaque as políticas assistenciais da CSN (Auxílio Enfermidade, Serviços Médicos, Hospitalização, Auxílio Funeral, Gala e Nojo). Na Vila Operária, o Plano garantiu a manutenção dos serviços urbanos e de utilidade pública<sup>75</sup>, uma ampliação no número total de habitações a serem construídas na Vila em quase 600 unidades, passando de 3027 em 1950 para 3601 em 1954 e grandes investimentos em obras de equipamentos de lazer e recreação (CSN, 1955).

Em fevereiro de 1954, uma importante meta do Plano B foi alcançada: após ser oficialmente inaugurado pelo presidente Vargas, entrou em funcionamento o segundo alto-forno em Volta Redonda. Contudo, o andamento do Plano B foi afetado desde o início por problemas decorrentes de guerras

---

<sup>75</sup> O Boletim de Serviço nº. 2 da CSN de 07/01/1948 lista os serviços urbanos e de utilidade pública mantidos pela Companhia: conservação de estradas e ruas, manutenção e conservação de parques e jardins, horto florestal e reflorestamento, limpeza urbana, manutenção de redes de água e esgotos, manutenção das redes de energia elétrica, transportes coletivos, polícia, bombeiros e banda de música.

internacionais, pois as encomendas da CSN sofreram atrasos provocados pelo esquema de prioridades estabelecido pelo governo norte-americano. As longas negociações com o banco credor dos Estados Unidos, os atrasos nas encomendas, mas principalmente, o crescente aumento da demanda interna, levaram à diretoria da CSN, ainda em 1951, a antecipar estudos para uma nova etapa de expansão, o Plano C (MOREIRA, 2005).

Em linhas gerais, o Plano C previa a ampliação da planta industrial da Usina, a construção de novas casas em Volta Redonda, aumentando o número de habitações concluídas para 5866 unidades em 1965 ano de conclusão do Plano C e, também, ano do término de investimentos na construção de residências para os funcionários. Em 1961, a CSN já havia dado início à implantação de um Plano Intermediário que se concentrou em investimentos para aumentar sua capacidade de produção, pela crescente demanda do mercado interno (MOREIRA, 2005).

O Plano Intermediário já não previa investimentos na área urbana, tampouco em políticas de assistência social. Devido às dificuldades de financiamento internacional, que viabilizassem os investimentos em políticas sociais, a CSN passou a priorizar os investimentos em sua planta industrial, fato que também marcaria as características do Plano D. Neste último caso, a ausência de investimentos em políticas sociais também se deveu às mudanças no cenário político nacional, marcado pelo “golpe militar” de 1964.

Em decorrência de cada plano implementado pela CSN houve a introdução de novos conjuntos de habitações e na mudança do número total de empregados da Usina. Este último, sempre foi superior ao número de moradias existentes na Vila Operária, o que acabou se configurando no maior problema enfrentado pela Companhia com relação a sua política assistencialista: o déficit habitacional. As contradições concernentes à questão habitacional existiram continuamente na Vila Operária desde seu período de implantação. De um lado, os bairros diferenciados de acordo com cada função exercida na Usina, marcando uma política de desigualdade e privilégios, e de outro, os empregados que não conseguiam moradia pela Companhia, ficando à margem de sua infraestrutura.

Os números no quadro a seguir nos mostram o déficit na política habitacional da CSN:

QUADRO 3 – Relação entre número de empregados e número de habitações construídas em Volta Redonda pela CSN .

Ano	Nº de empregados em Volta Redonda (acumulado)	Nº de habitações em Volta Redonda (acumulado)	% de empregados atendidos pela política habitacional
1941	1500	-	-
1942	6164	-	-
1943	11038	544	4,9
1944	13064	1200	9,2
1945	10921	2084	19,1
1946	11719	2648	22,6
1947	8177	2841	34,7
1948	8916	2885	32,4
1949	9420	3003	31,9
1950	9092	3027	33,3
1951	8870	3116	35,1
1952	10038	3304	32,9
1953	10931	3541	32,4
1954	11184	3601	32,2
1955	11089	3956	35,7
1956	10911	3944	36,1
1957	10714	4029	37,6
1958	10635	4157	39,1
1959	10026	4184	41,7
1960	11619	4698	40,4
1961	12862	4797	37,3
1962	13812	4898	35,5
1963	13419	5163	38,5
1964	14282	5696	39,9
1965	14375	5866	40,8

Fonte: Dados de 1941 à 1954: CSN. Relatórios da Diretoria. Dados de 1955 à 1965: SOUZA, 1992. Elaborado por: ASSIS, R. O. 2013.

Em 1943 são entregues as primeiras 544 unidades habitacionais. Neste ano, o número de empregados da CSN já atingia a 11038 e o percentual atendido com as residências somente alcançava 4,9%. Até 1946, ano de finalização da construção da Usina, este índice não ultrapassava os 22,6%, sendo que este período (1941-1946) foi o de maior intensidade na construção das habitações, com uma média de 441 unidades/ano.

No período de 1947 a 1959 o ritmo de finalização e entrega das casas aos empregados foi lento. Em 1949 e 1950, especificamente, o número de residências finalizadas não ultrapassou a 30 unidades/ano. A média desse período foi de 118 unidades/ano, considerada baixa em comparação ao déficit que se estendia a cada ano, aumentando as longas filas de espera dos empregados com a tão sonhada moradia, agravando substancialmente o problema da habitação. Contudo, houve, nesta época, um pequeno aumento de atendimento, porém, não ultrapassando a média de 35% de trabalhadores atendidos, chegando ao seu auge no ano de 1959 com 41,7% de empregados atendidos pela política habitacional da CSN.

O objetivo do plano inicial de construção de 3700 residências só foi alcançado em 1955, ou seja, 13 anos após o início de construção da Vila Operária. A Companhia encerrou a construção de residências para seus funcionários em 1965 com um total de 5866 unidades entregues e um déficit de cerca de 60%.

Ainda sobre a questão do déficit habitacional, é importante ressaltar que além das residências na Vila Operária, a CSN instalava alguns de seus empregados nos antigos alojamentos provisórios e nos hotéis de solteiros, porém ainda assim, o número total de vagas, incluindo as dos alojamentos e hotéis, não cobria a totalidade dos empregados da empresa. Por exemplo, em 1961, somando-se todas as vagas disponíveis em casas, alojamentos e hotéis para solteiros, a CSN atingiu apenas 51,6% do total de funcionários, índice que variou muito pouco durante os outros anos.

Na realidade, o que essa relação entre número de empregados e número de habitações nos mostrou é que a política habitacional da CSN não contemplou todos os funcionários e, assim, a divulgação da empresa na qual todos os empregados receberiam moradia (principalmente na política de atração e fixação de mão-de-obra, nos anos 1940) nunca foi real, ficando restringida apenas ao

contexto de discurso oficial. De certa maneira, o déficit habitacional acabou sendo usado pela Companhia para condicionar a entrega da moradia de acordo com critérios de produtividade, bom comportamento e para a fixação de categorias de funções estratégicas dentro da Usina.

Este último pode ser observado no quadro a seguir, retirado de uma Ata de Reunião da Diretoria da CSN de 1966, que expõe a proporção da distribuição de residências frente ao total do efetivo atendido e não atendido por grupos de inquilinos<sup>76</sup>:

QUADRO 4 – Trabalhadores atendidos pela política habitacional da CSN (1966).

Grupo de Habitações	Total de empregados	Total de inscritos	Empregados atendidos	Aguardando atendimento
1º	6.506	4.419	2.108 (47,7%)	2.311 (52,3%)
2º	5.792	3.594	1.667 (46,4%)	1.927 (53,6%)
3º A	1.281	808	583 (72,2%)	225 (27,8%)
3º B	378	300	294 (98,0%)	6 (2,0%)
4º	518	387	387 (100,0%)	0 (0,0%)
Total	14.475	9.508	5.039 (53%)	4.469 (47,0%)

Fonte: Extrato da Ata da Diretoria, 1.270 sessão extraordinária, realizada em 31 de março de 1966.

O Quadro 4 evidencia o privilégio aos grupos de maior escolaridade e renda (3ºB e 4º), uma vez que o déficit no atendimento concentrava-se nos dois primeiros grupos de trabalhadores, representados pelos empregados de menores salários na CSN, com um déficit de 52,3% e 53,6%, respectivamente. A partir da avaliação de tais dados é presumível perceber uma fixação seletiva dos trabalhadores da Usina. Ainda que não tenhamos informações análogas sobre a distribuição quantitativa em períodos anteriores é possível supor que o privilégio a determinados grupos também estivesse presente. Como avaliamos anteriormente,

<sup>76</sup> Como visto no subcapítulo 2.2, os grupos de empregados eram definidos em três grupos, de acordo com o Regulamento de Distribuição de Casas do Setor de Volta Redonda de 1953. Porém em 1965, com o Regulamento de Distribuição de Imóveis (RDI), esses grupos sofreram alterações, passando a ser representados por: 1º Grupo – empregados de remuneração mensal igual ou inferior a do padrão 27; 2º Grupo – empregados de remuneração mensal superior a do padrão 27 e inferior a do 37; 3º Grupo A – empregados de remuneração mensal igual ou superior a do padrão 37, de formação médio-técnica; 3º Grupo B – empregados que pertenceriam normalmente ao 3º Grupo A, mas que são titulares de cargos em comissão de hierarquia equivalente a Chefia de Divisão. A classificação nesse grupo é condicionada ao exercício de cargos em comissão por período superior a 18 (dezoito) meses; 4º Grupo – empregados de formação universitária que exercem funções previstas para esta formação, ou que sejam titulares, há mais de 18 (dezoito) meses, de cargos em comissão de hierarquia igual ou superior a de Subchefe de departamento.

qualitativamente, este privilégio expressou-se na hierarquização do padrão das moradias e de sua localização.

A política habitacional da CSN foi constantemente dirigida de forma a alimentar às esperanças dos trabalhadores em torno do discurso da empresa que indicava a possibilidade de preencher suas necessidades, sem realmente o fazer. Entretanto, num contexto “fora” dos domínios da empresa, tal déficit habitacional levou a uma ocupação de outros espaços pelos trabalhadores. Este cenário da questão habitacional levou a formação de espaços com características marcadamente distintas, localizados lado a lado. Na bibliografia sobre Volta Redonda, na maioria das vezes, é recorrente a oposição entre “cidade velha” e “cidade nova” ou “cidade livre” e “cidade planejada” para se referir à formação social do espaço em Volta Redonda neste contexto.

Desde os primeiros anos de construção da Usina foi se constituindo um novo núcleo urbano não planejado, localizado na área fora da responsabilidade da CSN, desvinculado dos interesses imediatos da Companhia, mas por eles direcionado. Esta área foi sendo ocupada pelos trabalhadores não contemplados com moradia, além dos que chegavam para as obras civis de ampliação da Usina e cuja passagem por Volta Redonda tendia a ser temporária. Esta área ficou conhecida como “cidade velha” pelo aspecto de suas ruas e casas de padrão sensivelmente mais baixo e de precária manutenção, em oposição à “cidade nova”, dos bairros planejados.

A expansão urbana da “cidade velha” foi influenciada constantemente pelos momentos de expansão da Companhia, quando grande quantidade de mão-de-obra era atraída para Volta Redonda como um todo. A ampliação da Usina afetava diretamente o espaço urbano de Volta Redonda, induzindo a “ramificação” do espaço em novas áreas não-planejadas.

Por exemplo, durante os anos 1950 e início dos 1960, período de execução do plano de expansão C, registrou-se uma aprovação maciça de loteamentos, devido ao aumento da demanda de terrenos para moradia e comércio, gerado pelas obras de expansão da Siderúrgica.

Segundo a avaliação do Relatório do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPU/Volta Redonda, produzido nos anos de 1970,

mencionado por Silva (2010), no item que fala sobre o crescimento urbano da cidade no período após 1955, destacamos: “as soluções administrativas visavam, quase sempre, às interferências imediatas, de curto prazo<sup>77</sup>”, o que provocou “aprovações maciças de loteamentos e frentes de urbanização, além de inúmeros loteamentos clandestinos, simultaneamente<sup>78</sup>”. Tais loteamentos clandestinos foram estabelecidos em áreas de não-propriedade da CSN e mesmo em terrenos particulares.

Por este fato, os grandes proprietários das áreas que margeavam a área administrada pela CSN passaram à condição de loteadores e especuladores de terrenos. Novos bairros sem estruturação e planejamento começaram a surgir, principalmente na região sudoeste, como mostra a Figura 34.



Figura 34 – A Vila Operária/Cidade de Volta Redonda – “Cidade Velha”.

<sup>77</sup> INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA (IPPU-VR). Volta Redonda: Um desafio. 1978. p.03. apud SILVA, E. A. “Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda, 1970 -1980). 2012, p.60.

<sup>78</sup> INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA (IPPU-VR). Volta Redonda: Um desafio. 1978. p.03. apud SILVA, E. A. Loc. Cit.

No Conforto, vários pequenos eixos viários deixaram a cidade planejada rumo a áreas periféricas. Ali surgiram bairros como Eucaliptal, São Lucas, Minerlândia, Ponte Alta e a favela do Morro de São Carlos (Morro dos Atrevido<sup>79</sup>), formada por trabalhadores não aproveitados ao término da construção da Usina, em 1946. Além dos bairros ao sul da Vila Operária, outros, ao norte, surgiram a partir dessa mesma contextualização: Niterói e Retiro (Figura 34).

Segundo Souza (1992), loteamentos e favelas diferiam apenas sob o aspecto legal, uma vez que estas últimas eram formadas pela invasão de terra. Ambos os casos, guardavam semelhanças quanto à falta de infraestrutura básica e à localização periférica.

Por parte da CSN, o problema da habitação resultou na elaboração de um plano diretor de urbanização voltado para a área urbana dentro de seus limites, elaborado pelo arquiteto Hélio Modesto em 1953. O plano propôs primeiramente um conjunto de intervenções voltadas para a consolidação e a melhoria urbanística das áreas já urbanizadas da Vila Operária, incluindo zoneamento de funções, sistema viário e padrões arquitetônicos para equipamentos urbanos (escolas, postos de saúde, etc.). Entre as ruas 2,4,17 e 207, no bairro do Conforto, o plano propôs a eliminação das casas individuais e o aproveitamento do tipo do terreno para a construção de cerca de vinte blocos de apartamentos com oito pavimentos. Foram previstos ainda edifícios de 2 e 4 pavimentos nos bairros do Laranjal e Bela Vista. A estratégia seria reduzir o déficit habitacional da Vila. Para a extensão da área urbanizada da Vila foi sugerida a construção de uma “cidade satélite” (LOPES, 1993).

O relatório do trabalho de Hélio Modesto apontava também a carência de escolas e, sobretudo, de comércio dentro das áreas da Companhia (LOPES, 1993). A ausência de prédios comerciais na Vila Operária constituiu numa estratégia de controle pela CSN que induziu a localização dessas atividades fora das áreas sob sua administração, numa tentativa de manter a ordem e a disciplina. Por este fato, a “cidade velha” também passou a ser conhecida como “cidade livre”, onde, por exemplo, os trabalhadores poderiam frequentar os bares, já que na Vila Operária

---

<sup>79</sup> A área ocupada ficou conhecida como o “**Morro dos Atrevidos**”, pois houve conflitos (ação policial) para o estabelecimento dos operários. Este fato ocorreu na década de 1950, marcando o início de um “bairro” totalmente desestruturado, por alguns sendo reconhecido como a primeira favela da Volta Redonda (MEDEIROS, 2004).

não era permitida a venda de bebidas alcoólicas para um empregado da CSN em dia de trabalho (MEDEIROS, 2004), marcando assim um paradoxo entre essas áreas.

A “cidade livre” se expandiu reunindo tudo o que era interdito nos limites pertencentes à CSN, onde a autonomia de gestão de seus assentamentos permitiu impedir o surgimento em sua área de atividades vistas como incompatíveis em relação ao cotidiano regado e produtivo que se pretendia impor à população, afastando-se do local a presença de atividades, como bares, bordéis, sedes de sindicatos e de partidos operários. A “cidade livre”, por sua vez, se constituiu no reverso e no complemento do núcleo urbano da CSN, reunindo tudo o que foi vetado por esta.

Enquanto na “cidade da CSN” se impunham códigos de disciplina rígidos, reprimindo-se algazarra e bebidas alcoólicas, a “cidade velha” assumiu o papel de lugar do desvio e da desordem. Sua configuração urbana espontânea encontrava paralelo na maior liberdade pessoal e política de seus habitantes.

As diferenças estruturais entre esses espaços permaneceria, mesmo com a emancipação de Volta Redonda em 1954. Para Souza (1992), a instalação do município não estabeleceu, de fato, a unidade política territorial. O espaço permaneceu dividido administrativamente, pois dentro da área municipal sobrevivia a Vila Operária, como unidade autárquica gerida pela CSN e, portanto, diretamente relacionada a ela. Ao invés de eliminar as diferenças/barreiras existentes, para a autora, a instalação do município as evidenciou. Eram dois “mundos” numa mesma cidade: dois espaços geográficos bem delimitados, submetidos a “governos” diferentes, nos quais a situação física-urbanística e as condições de vida, por extensão, eram “flagrantemente contrastantes”.

Isso se deveu ao fato de que a CSN com a emancipação de Volta Redonda continuou a administrar livremente sua área urbana, através de dois acordos firmados (1957 e 1959) com a recém Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Segundo Souza (1992), esses acordos isentaram a Companhia de licenciamento da Prefeitura para “promover reformas e fazer habitar suas casas e apartamentos, e autorizavam-na a explorar os serviços urbanos até que a

Prefeitura os assumisse, instituindo a cobrança de taxas pelos mesmos<sup>80</sup>”. O último convênio, de 1959, garantia, também, à CSN, “a emissão de pareceres e a fiscalização sobre os projetos de esgoto e águas pluviais de loteamentos situados a montante das divisas da empresa, os quais tivessem que passar pela área da cidade operária<sup>81</sup>”.

Desta forma, a CSN nunca se manifestou contra a emancipação política de Volta Redonda, pois afinal, a empresa, através dos acordos, teria a administração garantida da área sob seu domínio, e, ainda, se veria “livre” de qualquer responsabilidade sobre as áreas da “cidade velha”, que, então, ficaria a cargo da Prefeitura Municipal de Volta Redonda .

Portanto, mesmo com a criação do município o espaço urbano local não adquiriu unidade política, existindo ainda a separação entre a Vila Operária e a “cidade livre”. Este cenário começaria a mudar a partir de 1967, quando a Prefeitura local assumiu a responsabilidade pela infraestrutura da cidade como um todo. Este período será o tema dos próximos subcapítulos, onde abordaremos que, a partir deste fato, um novo contexto urbano social começou a se configurar em Volta Redonda.

### 3.2. A MUDANÇA DE POLÍTICA SOCIAL DA CSN E A QUEDA DO PATERNALISMO

O regime militar no Brasil que se iniciou em 1964, e que se manteve no poder por 21 anos, teve como principais prioridades econômicas o combate à inflação e a recuperação da confiança dos credores internacionais, como modo de promover o desenvolvimento do país. As políticas econômicas implementadas por cada um dos governos militares se beneficiaram da hegemonia do Poder Executivo, garantida pela edição dos vários atos institucionais e emendas constitucionais que asseguraram a intervenção direta do Estado em todos os setores da economia, regulando do capital à força de trabalho (MOREIRA, 2005).

As novas estratégias da política econômica do Governo Militar, voltadas principalmente para investimentos na esfera da produção, e as crises financeiras

---

<sup>80</sup> SOUZA, C. V. C. **Pelo espaço da cidade**: aspectos da vida social e do conflito urbano em Volta Redonda. 1992, p. 65.

<sup>81</sup> Ibid., p. 66.

enfrentadas pela CSN a partir de 1960 expressaram uma profunda mudança na relação da Companhia com seus trabalhadores.

Na década de 1960, a CSN perdeu seu posto de única produtora de aços planos<sup>82</sup>. Nesses anos, ela enfrentou a retração do mercado e a concorrência de outras duas grandes empresas estatais: a USIMINAS<sup>83</sup> e a COSIPA<sup>84</sup>, sendo que ambas entraram em operação em 1963, a primeira, com todas as principais seções em funcionamento, e a segunda, apenas com a seção de laminação (SILVA, 2010).

A partir de 1961, quando o Governo de João Goulart (1961-1964), na tentativa de reduzir as disparidades regionais, fixou um preço único pelo aço, de modo a permitir que empresas situadas nas regiões mais distantes consumissem o produto por um preço tão barato quanto as indústrias do Rio e Janeiro ou de São Paulo, instaurou-se uma crise na rentabilidade financeira da CSN. Em momentos anteriores a empresa podia ditar os preços, tendo delegação para importar e controlar o mercado de cotas de fornecimento, muito disputado pelos distribuidores, a partir desse fato a Companhia passava por uma significativa perda da sua autonomia nacional de mercado (MOREIRA, 2005).

Todos estes fatos tiveram como consequência sucessivas quedas no lucro líquido da Companhia, fazendo com que a CSN em 1967, pela primeira vez desde sua criação, deixasse de promover a distribuição de dividendos e a participação nos lucros. A CSN começou a ter dificuldades até mesmo para repor peças e equipamentos e para comprar matérias-primas básicas ao funcionamento da Usina, o que a deixou em posição desfavorável frente à concorrência (MOREIRA, 2005).

A situação de crise foi enfrentada pela Companhia com a adoção de diversas medidas de contenção de custos, como a redução de quadros, mudanças

---

<sup>82</sup> **Aços Planos** são as chapas finas, grossas, tiras e placas. Fonte: Google.

<sup>83</sup> Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) é uma das maiores siderúrgicas do Brasil, fundada em 25 de abril de 1956, em um cenário brasileiro de euforia e otimismo gerados pelo Plano de Desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek, no Horto de Nossa Senhora, atual Ipatinga, MG. Originalmente criada como uma empresa estatal com o apoio do capital e da tecnologia japonesa foi inaugurada em 26 de outubro de 1962 pelo então presidente João Goulart que acendeu o primeiro alto-forno da usina. Fonte: USIMINAS.

<sup>84</sup> A COSIPA ou Companhia Siderúrgica Paulista ou ainda Usina José Bonifácio de Andrade e Silva, localiza-se no município paulista de Cubatão no litoral do Estado de São Paulo, no Brasil. A COSIPA foi fundada em 1953, um sonho de empreendedores paulistas, dentre eles, Martinho Prado Uchoa, Plínio de Queiroz, Alcides da Costa Vidigal e Herbert Levi. Após mais de dez anos em fase de preparação e projeto, a Usina foi inaugurada em 18 de dezembro de 1963 pelo presidente João Goulart. Fonte: COSIPA.

na política de gestão da força de trabalho e arrocho salarial, este último possibilitado pela repressão determinada pela ditadura militar ao movimento sindical. Ainda sobre as medidas de contenção de custos, a CSN alterou significativamente sua política social e em 1967 transferiu para a Prefeitura de Volta Redonda seu patrimônio público (ruas, praças, transportes e serviços urbanos) (SILVA, 2010).

Dentre as mudanças na política de gestão da força de trabalho, a CSN implementou um programa de renovação de recursos humanos, com a valorização da escolaridade formal. Nesse mesmo sentido, foram também implantados um novo Plano de Cargos e Salários<sup>85</sup> (1966) que, ao aumentar a distância entre os operários qualificados e os demais, acabou por criar uma estrutura salarial muito mais complexa e diferenciada, e um Sistema de Avaliação e Desempenho que abandonou a antiguidade como critério de promoção, e a substituiu pelo critério do desempenho profissional, reforçando-se assim a valorização da escolaridade formal (MOREIRA, 2005).

A nova política social da CSN visou reduzir os benefícios sociais, marcando uma inversão do papel da Companhia em relação à postura paternalista anterior. Segundo Mafra Filho, ex-diretor de pessoal e serviços administrativos da CSN, citado por Lopes (1993), a empresa passou de uma “participação absoluta” para uma “colaboração relativa na medida em que for sensibilizada segundo seu julgamento”. Ainda segundo o ex-diretor, mencionado por Morel (1989):

Deste modo, deixou a CSN a política paternalista que caracterizou suas atividades e adotou princípios modernos de comportamento empresarial perante a sociedade. Quanto à administração geral da empresa, vem adotando medidas progressivas que tendem a eliminar toda e qualquer atividade que não esteja relacionada diretamente com a produção de aço. [...] A imobilização de capital que tais imóveis representam, as despesas de conservação e administração que pesam nos custos e nos resultados econômico-

---

<sup>85</sup> Naqueles anos, a empresa mudou de forma radical sua política de recrutamento, reduzindo o pessoal da área produtiva e aumentando o número de trabalhadores em funções técnicas e gerenciais. Por outro lado, intensificou a subcontratação para funções “não qualificadas” por meio de empreiteiras, o que levou à valorização da instrução formal em substituição da experiência e tempo de serviço como critérios de valorização operária pela empresa, e demarcou diferenciações entre os trabalhadores no que diz respeito às condições de trabalho, em especial, com relação à rotatividade e condições de segurança no trabalho, pois os terceirizados apresentavam um alto índice para o primeiro item e as piores condições de segurança em suas atividades (SILVA, 2010).

financeiros da empresa, são fatores que devem ser eliminados em favor da rentabilidade do negócio<sup>86</sup>.

Desta maneira, as funções exercidas nas instalações da CSN em Volta Redonda nos setores sociais: alimentação, educação, saúde e lazer, perderam progressivamente o seu vínculo com o caráter de instituição que vinha sendo mantido pela Companhia nas décadas de 1940 e 1950, refletindo agora seu caráter empresarial baseado em retornos financeiros.

Isso resultou em mudanças nas condições de acesso às estruturas de apoio ao serviço social (hospital, clubes, restaurantes, etc.): foi estabelecido um sistema de pagamento pelos serviços, proporcional ao salário do empregado, variando entre 10 e 50% do valor do serviço prestado, com desconto em folha de pagamento não superior a 10% do salário (LOPES, 1993).

Entretanto, a CSN não restringiu o seu esforço para reduzir os efeitos da crise ao fim de sua política assistencialista. Como já mencionamos, outra medida tomada em 1967 foi a transferência para a Prefeitura Municipal de todo o patrimônio público relacionado com a manutenção dos bairros operários, que até então como vimos, se encontravam sob a responsabilidade da Companhia. Essa medida foi responsável pela ampliação dos encargos da administração municipal de Volta Redonda que não estava preparada para tanto, pois a maior parte da cidade correspondia à parte administrada pela Companhia (MOREIRA, 2005). De acordo com Fontes e Lamarão (2006), “o aspecto mais aberrante desse processo é que a água fornecida aos bairros planejados passou a ser comprada pela Prefeitura à CSN<sup>87</sup>”, pois o reservatório pertencia a Companhia.

Como podemos perceber, a política social da CSN e de administração de sua área urbana mudaram drasticamente e a venda das moradias operárias construídas por ela talvez tenha sido o principal marco desta transformação, devido às relações históricas construídas entre os trabalhadores e a Siderúrgica. A necessidade de fixação de mão-de-obra, nas primeiras décadas da empresa, desdobrou-se na valorização do “tempo de casa” através de cerimoniais e de sua valorização como critério de grande peso para as promoções até os anos de 1960.

---

<sup>86</sup> Exposição do Diretor de Pessoal e Serviços Sociais, Jorge Mafra Filho. O Lingote, n. 222, ano XVIII, Nov/Dez. 1971 apud MOREL, 1989.

<sup>87</sup> FONTES, A. M. M.; LAMARÃO, S. T. N. **Volta Redonda**: história de uma cidade ou de uma usina? 2006, p. 21.

Já a década de 1970 marcou o auge de uma nova postura da empresa, que seria um “divisor de águas” em seu modo de gestão, tanto com relação ao âmbito fabril, quanto ao social. A partir deste contexto, segundo Morel (1989), “ficava claro que o tempo da ‘família siderúrgica’ [...] se encerrava<sup>88</sup>”.

Na realidade, para a CSN essas medidas apresentadas seriam o modo com que a empresa alcançaria melhor rentabilidade e produtividade, e assim, se autofinanciaria: tratava-se principalmente de transformar o capital imobilizado em recursos aplicáveis na produção, de modo a garantir a retomada da “saúde” financeira da Companhia e facilitar a execução do Plano D de expansão da Usina Siderúrgica.

O Plano D, inspirado no primeiro Plano Siderúrgico Nacional<sup>89</sup>, foi apresentado para acrescentar dois milhões de toneladas na produção anual de aço da Usina, em três estágios sucessivos. As premissas do Plano incluíam: emprego de técnicas modernas, melhor aproveitamento do equipamento existente, balanceamento econômico das unidades de operação, expansão com o mínimo de interferência com unidades em operação, melhor utilização da matéria-prima, aproveitamento da área da Usina, eliminação da poluição nas novas unidades e redução nas existentes e o mínimo de investimentos (LOPES, 1993).

O início do Plano D de expansão e seus três estágios, processo que durou oficialmente de 1969 a 1984, teve consequências sociais importantíssimas para a população da cidade, levando à reformulação do espaço social, pois esse processo implicou em uma enorme expansão dos equipamentos da Usina e na formação de novos contingentes de trabalhadores para construção e operação dos mesmos. Um intenso processo de migração marcou aqueles anos de existência da fábrica e da cidade, devido ao grande fluxo de trabalhadores. Entre os principais problemas vividos estava a questão habitacional e a dificuldade de se conseguir um emprego.

Portanto, as mudanças na relação da CSN com o espaço da cidade a partir do uso mercadológico de suas propriedades (casas e lotes), as quais abrangiam as melhores áreas da cidade, aliadas ao processo de intensa migração e

---

<sup>88</sup> MOREL, Regina. **A Ferro e Fogo: construção e crise da “família siderúrgica” - o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. 1989. p. 418.

<sup>89</sup> O Plano Siderúrgico Nacional, definido em 1967, instituiu uma nova divisão do mercado entre as empresas que produziam laminados planos (estatais) e as que produziam laminados não-planos (privadas), cabendo a CSN a produção de planos revestidos, trilhos e perfis. A USIMINAS, por exemplo, coube a produção de laminados a quente. A COSIPA, os laminados a frio (MOREIRA, 2005).

constituição de novos contingentes de trabalhadores, tiveram como consequência um processo de diferenciação social e espacial entre estes, além de conflitos sociais entre trabalhadores e CSN.

### 3.3. OS CONFLITOS SOCIAIS E O “DIREITO À CIDADE”.

A crise estabelecida no início da década de 1960 tornara a CSN alvo de ajustes financeiros e administrativos que atingiram diretamente as relações de trabalho e a política social anteriormente estabelecida pela empresa. Essas, entre outras medidas, representariam o fim de um ciclo, liberando a energia dos conflitos sociais.

Para nós, o conflito social não será visto como anomalia, disfuncionalidade e/ou desordem. Ao contrário, segundo Ramos (2003), o conflito social é parte das relações sociais como expressão das mudanças, das tensões, e contradições da própria ordem social, na medida em que a sociedade capitalista, num paradoxo complexo de forças, de interesses, necessidades e desejos, se transforma e produz seu espaço.

Desta maneira, veremos que o conflito social é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência de configuração de sujeitos com sua construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de lutas, como formas de organização e manifestação (RAMOS, 2003).

Como não poderia deixar de ser, as medidas tomadas a partir de 1967 pela CSN teriam consequências profundas na vida de Volta Redonda, pois para o trabalhador, para o morador da cidade não se tratou, simplesmente, de desmobilizar recursos imobilizados: houve mudanças na distribuição do espaço urbano, na valorização dos terrenos, na maneira de morar do trabalhador e até mesmo no uso que ele fazia de sua renda mensal.

A questão da moradia sempre fora problemática para a CSN, pela permanente defasagem entre o número de residências construídas pela empresa e o número efetivo de seus empregados, pelas tantas vezes questionados os critérios de distribuição das casas ou até mesmo por exigir a aplicação de capitais que bem poderiam estar sendo empregados na Usina, na produção, para assim gerar mais

recursos para a Companhia. A criação pela CSN da Imobiliária Santa Cecília (CECISA), em 1964, para a qual transferiu parte de seu patrimônio privado, trouxe para a empresa a possibilidade de reformular sua política de distribuição de moradias para seus empregados.

A CECISA atuou em duas frentes: na desmobilização de mais de 3500 imóveis residenciais ocupados pelos funcionários da CSN, através da venda direta iniciada em 1973, e, a partir dos recursos arrecadados, na construção de mais habitações para a venda, a fim de suprir os déficits crescentes de moradia na cidade (LOPES, 1993).

Segundo Silva (2010) a prioridade para a compra seria dos empregados inquilinos – num prazo máximo de dois anos –, seguidos dos empregados com mais de cinco anos de empresa, posteriormente, de quaisquer outros empregados, e, por fim, de qualquer pessoa interessada<sup>90</sup>. O valor de venda dos imóveis seria calculado em função do valor do lote, acrescido do custo de reprodução da construção nele edificada, com depreciação pela idade e um coeficiente de valorização para compensar, em parte, a manutenção e conservação dos imóveis feitas pela CSN no decorrer do tempo (LOPES, 1993).

O valor inicial para compra seria de 10% do valor do imóvel, contudo, a maioria dos trabalhadores não se enquadrava financeiramente preparados para tal investimento. Mesmo porque, os preços definidos pela CECISA obedeceram aos valores de mercado, confirmando que ficava para trás o paternalismo que até então havia caracterizado as relações da Companhia com seus empregados.

De acordo com Fontes e Lamarão (1986), uma estratégia comum aos compradores preferenciais, que não tiveram recursos para realizar a compra em benefício próprio, foi a adoção de um sistema com um segundo comprador, o qual deveria adiantar uma quantia que permitisse a compra do imóvel com um saldo, no qual o comprador preferencial conseguisse, com essa quantia, adquirir uma casa na periferia da cidade.

Desta forma, com a venda e construção de residências a CSN investia e especulava no setor imobiliário, intervindo no mercado local e valendo-se da

---

<sup>90</sup> Silva (2010) ressalta a impossibilidade de compra pelos aposentados da CSN, pois já afastados dos empregos, eles foram obrigados a devolver os imóveis que ocupavam, sem direito à compra preferencial, tendo como única alternativa, a participação em concorrências públicas realizadas pela CECISA.

valorização do solo que ela mesma ajudara a produzir. Sua prática, neste sentido, foi a retenção de imóveis não edificados à espera de valorização e criação de loteamentos em áreas distantes (Casa de Pedra, Siderópolis e Jardim Suíça), o que valorizou o espaço não utilizado no percurso da infraestrutura estendida. A Companhia também deixou de fora de seu plano de vendas os imóveis comprometidos com a prestação de serviços coletivos (clubes, hospitais, etc.) e os imóveis comerciais, inclusive toda a Rua 14 (LOPES, 1993).

O plano de vendas da CSN faria ainda uma seleção cuidadosa de imóveis residenciais que, situados em posições estratégicas na área urbana da cidade, poderiam ter excelentes valorizações comerciais. Entre esses estavam quase 200 imóveis no bairro Conforto, o lado ímpar da Rua 16 (enfrente ao comércio do lado par), quase toda a Rua 33, o entorno da Praça Pandiá Calógeras (localização da Escola Profissional da CSN), imóveis no bairro Laranjal e no entorno do Hotel Bela Vista, além de praticamente todo o bairro Jardim Paraíba (pelo limite com a Usina, além desta localização ser a entrada lateral da mesma) (LOPES, 1993).

Todas essas medidas provocaram um grande impacto na distribuição da população no espaço urbano da cidade, especialmente dos empregados da CSN. Em geral, o trabalhador menos especializado da Usina, que havia conseguido uma casa junto à política habitacional da Companhia em anos anteriores, foi levado a procurar nova residência, frequentemente em locais mais afastados, em bairros sem os serviços de infraestrutura fornecidos pela CSN aos quais estava acostumado.

Isso porque os conjuntos habitacionais construídos pela CECISA (Casa de Pedra, Siderópolis e Jardim Suíça), que tinha como público inicial os operários da empresa, devido à pressão de valorização imobiliária, com o passar dos anos, teriam moradores de maiores rendimentos. Desta forma, os empregados que foram “forçados” a se alocarem nas áreas mais distantes passaram a despender, não apenas mais tempo no deslocamento até o trabalho, como também, e principalmente, maior parcela de seu salário com aluguel e transporte. Essas mudanças, certamente, ajudaram a deteriorar as condições de vida destes trabalhadores.

O Engenheiro Edézio Quintal, então morador de Volta Redonda e funcionário da CSN, citado por Medeiros (2004), relembra que aquele foi um período muito conturbado:

Primeiro porque a CSN parou de prestar alguns serviços à comunidade, que cabiam ao poder público, especialmente o municipal. E depois porque o processo de venda de imóveis formulado pela CSN não contemplou precauções quanto à especulação imobiliária. Houve, por exemplo, empregados que adquiriram mais de uma casa. Muitos, que não tinham condições de adquirir o imóvel serviram a interesses de outros empregados ou mesmo de não empregados da CSN<sup>91</sup>.

A tentativa por parte da direção da empresa de corrigir o processo, condicionando a compra de uma única casa por empregado, apenas atenuou a tensão com que se vinham pautando as relações com os empregados, decorrente da forte especulação imobiliária que se estabelecera.

A configuração urbana de Volta Redonda neste período marcou definitivamente a oposição entre área norte e sul da cidade, ou “margem esquerda” e “margem direita” do Rio Paraíba do Sul, respectivamente.

A parte sul da cidade, mais especificamente nos bairros iniciais da Vila Operária da CSN (Conforto, Santa Cecília, Laranjal, Monte Castelo, Bela Vista, Jardim Paraíba e Nossa Senhora das Graças), sofreu uma intensa valorização a partir da CECISA, principalmente, pois, como já vimos, era a área onde se encontravam os equipamentos urbanos mais importantes (escolas, hospitais, clubes, etc.) e com infraestrutura urbana mais completa (construída nos anos 1940 pela CSN). Essa região ficou destinada basicamente à classe média (técnicos e engenheiros) e à classe alta (chefes e diretores).

Ainda na parte sul, em seus locais de menos valorização (próximo aos bairros construídos pela CSN) foi habitada por operários da Companhia que foram “expulsos” dos bairros iniciais da Vila Operária. Essa região menos valorizada ficou caracterizada pela formação de loteamentos com grandes carências em infraestrutura, cuja população procurava, dessa forma, estar próxima aos locais de

---

<sup>91</sup> Projeto História da CSN apud MOREIRA, 2005, p. 108.

trabalho. Foi o caso dos bairros Ponte Alta, Minerlândia, São Carlos, Eucaliptal e São Lucas que ganharam a cada ano novos moradores (Figura 35).

A zona norte de Volta Redonda foi a que sofreu a grande expansão periférica no período de vendas dos imóveis pertencentes a CSN, onde a população mais pobre se estabeleceu de forma mais abrangente, em especial, no bairro Retiro e em suas proximidades (Belmonte e Siderlândia): região que recebia constantemente a fumaça das chaminés da Usina (Figura 35).

## A CIDADE DE VOLTA REDONDA

Décadas de 1970 e 1980

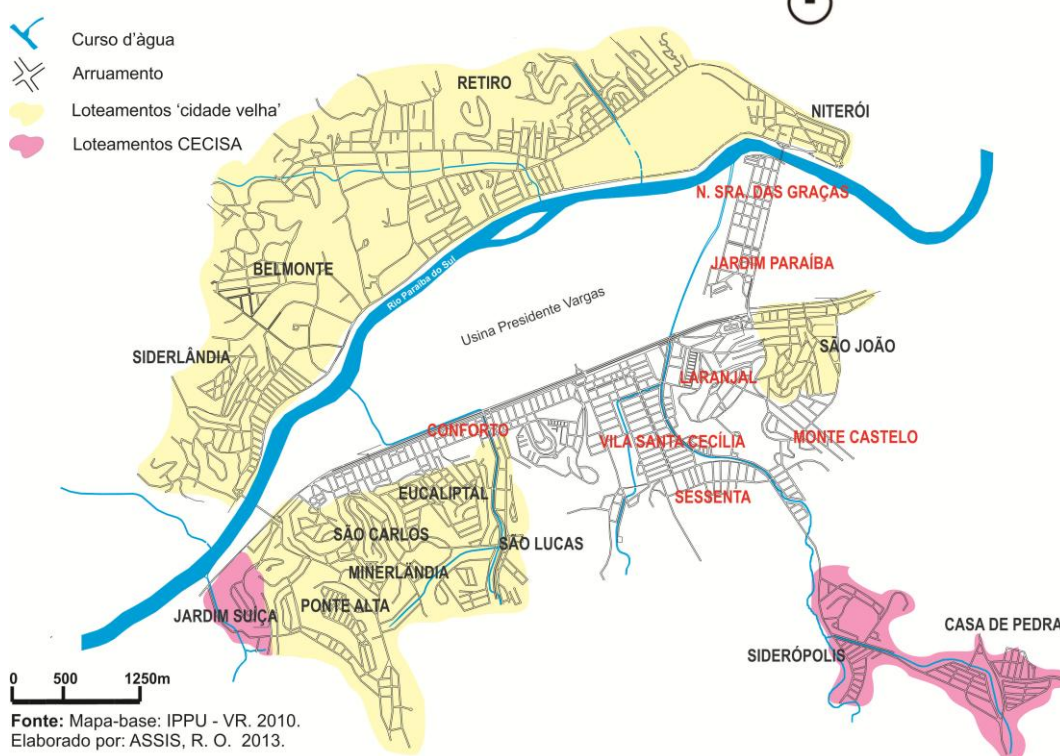


Figura 35 – A cidade de Volta Redonda – Décadas de 1970 e 1980.

O que se percebe pela Figura 35, é uma formação urbana concêntrica, que teve como marco central a grande Usina. Essa formação expressou exatamente os níveis de distanciamento do centro urbano construído pela CSN, embora essas gradações tivessem pesos diferentes ao norte e ao sul de Volta Redonda. A rearticulação do espaço urbano da cidade se deu através de uma lógica autoritária, como a articulação dos tempos da Vila Operária, contudo,

ganhou uma nova concepção: o mercado, onde as áreas valorizadas deixaram de ser espaços de ocupação da população das classes baixas e foram ocupadas por categorias profissionais altamente valorizadas pela CSN, além da elite local, num processo de fixação seletiva, agora em novos modelos de mercado.

Neste sentido, a CSN privou os trabalhadores e cidadãos de Volta Redonda da condição de sujeitos da construção da sua própria cidade, do seu próprio espaço: alienando-os ao “direito à cidade”. O “direito à cidade” foi concebido, como tal, por Lefebvre na sua obra *Le droit à la ville* (1991), originalmente em 1969. Lefebvre (1991) com o “direito à cidade”, afirmava ser contrário o caráter alienante da pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica, científica, pois ela mantém um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato de serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas (LEFEBVRE, 1991). Em Volta Redonda esta alienação se desenvolveu por meio da CSN que ordenou e controlou a população da cidade.

Em oposição a essa perspectiva administrativista, Lefebvre politizou a produção social do espaço, assumindo a ótica dos cidadãos (e não a da administração), assentando o “direito à cidade” na sua luta pelo direito de criação e pleno usufruto do espaço social.

Segundo o autor, a realização do “direito à cidade” só pode acontecer quando, confrontando a lógica de dominação, prevalece a *apropriação* do espaço pelos cidadãos, sua transformação para satisfazer e expandir necessidades e possibilidades da coletividade. Apropriação não tem a ver com propriedade, mas com o uso, e precisa acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual (LEFEBVRE, 1991).

Em vez da ciência e da técnica, Lefebvre propõe, assim, outro ator como protagonista do processo de transformação do espaço urbano: “a classe trabalhadora deve ser agente dessa luta. Aqui e ali ela nega e contesta, aqui e ali, a estratégia de classe dirigida contra ela<sup>92</sup>”.

Desta maneira, lutar pelo “direito à cidade” é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferencial de produção do espaço urbano,

---

<sup>92</sup> LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1991, p. 158.

marcado pelo florescimento e interação igualitária de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço. Averso às “impecáveis matemáticas”, ao planejamento metafísico que pretende resolver em definitivo os problemas sociais e declarar o fim da história, a intervenção transformadora desse espaço é ciente de sua historicidade, procurando no tempo sua reconstrução cotidiana pelas tensões entre as experiências do real e as utopias construídas a partir delas (LEFEBVRE, 1991).

O resultado da alienação dos sujeitos ao espaço social de Volta Redonda foi um dado novo para o complexo CSN e Vila Operária (a qual se desenvolveu como cidade com o passar dos anos): em maio de 1984 a cidade é despertada pela greve dos trabalhadores da Companhia. Foi a primeira greve na Usina em 47 anos desde sua construção. Em seis anos, de 1984 a 1990, somaram 12 greves na história da CSN e de Volta Redonda.

A nova realidade social e econômica instaurada desde os finais dos anos 1960, dentro da Usina e dentro da cidade, levou a surgir nos trabalhadores uma consciência de classe fabril e de cidadão morador que adquiriu na constituição da nova espacialidade urbana um papel integrador de grande força.

Desde a primeira, as greves dos trabalhadores da CSN são “greves de ocupação”, ou seja, as ações se passavam dentro do espaço da Usina, daí se generalizando por todo o tecido urbano da cidade, confirmando a relação “A Cidade na Usina”. Um elo da greve foi a família, outro elo, as relações de vizinhança, pois as greves no complexo CSN e Volta Redonda levaram a um envolvimento dos familiares dos operários grevistas, dos vizinhos, além dos demais trabalhadores e moradores.

A greve de 1988 foi considerada a mais contundente de Volta Redonda:

A greve iniciou-se pela manhã, com a troca de turnos. Os operários do turno das oito se antecipam à saída dos operários do turno findo e todos caminham para o pátio da Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM), uma ampla área situada entre os prédios da Usina, aí se reunindo em assembleia cerca de 8.000 trabalhadores. Grupos de mobilização vão passando pelas seções, convocando os trabalhadores para a assembleia, a começar pela laminação e pela

FEM<sup>93</sup>, a sinteria, a coqueria, áreas de maior concentração de trabalhadores e estratégicas ao processamento da produção do aço. Terminada a assembleia, os operários distribuem-se para ocupar os distintos setores da Usina. Uma notícia de chegada de tropas do Exército leva-os a concentrarem no prédio da aciaria<sup>94</sup>.

A aciaria<sup>95</sup> seria o local onde se desenrolariam os acontecimentos da greve daí para diante:

Notícia não confirmada. No terceiro dia da greve, Exército e Polícia Militar ocupam a cidade e as instalações da CSN, desde o prédio da administração central até os prédios internos da Usina. Os operários voltam a se concentrar na aciaria. A informação de concentração dos trabalhadores no setor leva o comando do Exército a cercá-lo<sup>96</sup>.

Situados na aciaria, os trabalhadores criam um modo inusitado de contato com a cidade:

Foi neste lugar [aciaria], com os conversores desligados, sem as locomotivas fazendo *rumm-rumm* [...] sem os grunhidos das pontes rolantes, que o silêncio foi quebrado pelo alarido dos operários sitiados, que falaram assim: - o negócio é fazer barulho aqui dentro para mostrar que tem muita gente aqui. Houve um barulhão, que pôde ser ouvido pela cidade a noite inteira. Os operários, com pedaços de vergalhões e de madeira, batiam nas passarelas de ferro, fazendo um som cadenciado que mais parecia um grito por justiça<sup>97</sup>.

Alertada, e com o pressentimento de um mau desfecho, a cidade rapidamente se desloca para as proximidades da Usina, em particular familiares e vizinhos dos operários acampados dentro da Usina:

---

<sup>93</sup> **Fábrica de Estruturas Metálicas**, subsidiária da CSN que começou a operar no meio da década de 60 como um departamento da Siderúrgica.

<sup>94</sup> MOREIRA, R. Ascensão e crise de um paradigma disciplinar: o espaço do complexo CSN – Volta Redonda e a sociedade do trabalho no Brasil. In: MOREIRA, R. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. 2012, p. 226.

<sup>95</sup> “A aciaria é um imenso prédio de aproximadamente 50 metros de altura, todo fechado por folhas zincadas e de cor azul clara. Vendo por fora até que é bonito, mas internamente é o inferno. São composições de vagões dando porrada e fazendo manobras no térreo. É corrida de aço líquido vazando dos conversores, irradiando um calor infernal, misturado ao ronco diabólico da locomotiva trazendo, dos altos-fornos, carros-torpedo carregados de ferro-gusa para que o inferno não pare de produzir. Tubulações de gases venenosos cruzam os espaços abertos de um andar para o outro. As pontes rolantes transitam com lingotes de aço rubros, solidificados, despreendendo um calor sufocante, e os operários, com seus capotes de amianto, dominam aquelas máquinas com a destreza dos que sabem o que estão fazendo” (VEIGA; FONSECA, 1990, p. 89).

<sup>96</sup> MOREIRA, op. cit., p.227.

<sup>97</sup> VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Volta Redonda: entre o aço e as armas**. 1990, p. 89.

Então, ali do lado de fora, na passagem superior, foi ficando uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas, que era composta pelos operários que já estavam e os que não puderam entrar para o turno das 4, mais o pessoal dos movimentos populares e familiares dos operários que estavam dentro da Usina desde a segunda ou terça-feira<sup>98</sup>.

Na cidade e na fábrica, o clima de terror se generalizou. O confronto, desigual e desnecessário, ocorreu na cidade. Do auto da aciaria, operários veem as cenas de repressão nas ruas – houve tiros e explosões de bombas na Vila Santa Cecília<sup>99</sup>, a tropa de choque da Polícia Militar em fileira atirando e jogando bombas, a população sendo espancada pela Polícia e soldados do Exército, os soldados depredando ônibus e arremessando bombas para o interior dos veículos – e também na Usina. Veiga e Fonseca (1990) traz o relato de um operário grevista:

[...] quando estou me aproximando da aciaria – sete e pouco da noite – olho em direção a passagem superior e vejo soldados do Exército organizados em fileiras, com as baionetas caladas, as caras pintadas. Logo pensei: eles vão atacar a gente aqui. Começaram a caminhar para o pátio da SOM gritando: - *Uh-Uh! Uh-Uh! Uh-Uh!* Um grito de guerra deles, porque quando o Exército pinta a cara é para ir para combate, para a guerra. Também gritavam: - *Matar ou morrer! Matar ou morrer! Um, dois, três. Matamos o inimigo e bebemos o seu sangue! Um, dois, três. Matamos o inimigo e bebemos o seu sangue!* Eu olhei aquilo e não acreditei. Parecia um pesadelo. Meu Deus, eles não estão brincando, o Exército brasileiro vai nos atacar para valer. Isso é inacreditável. Matar ou morrer? Nós trabalhadores, metalúrgicos, somos inimigos? Querem beber nosso sangue? Meu Deus o que está acontecendo? Que país é este<sup>100</sup>?

O confronto se espalhou pelos pátios e demais instalações da Usina, com a morte de três operários<sup>101</sup>. À população restou o gesto simbólico de “abraçar” a Usina: uma corrente humana, de cerca de doze quilômetros de extensão, concentrou-se durante o dia em pontos estratégicos do entorno da Usina e, aos poucos, de mãos dadas, foram fechando o círculo (LOPES, 1993).

---

<sup>98</sup> VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Volta Redonda**: entre o aço e as armas. 1990, p. 96.

<sup>99</sup> Era comum na época da Vila Operária, os bairros serem chamados de Vila Conforto, Vila Santa Cecília e Vila Laranjal. Com a entrega à Prefeitura das áreas da Vila Operária pela CSN, o bairro Santa Cecília foi o único que passou a denominar-se oficialmente “Vila Santa Cecília”, incorporando o substantivo “vila” ao nome. Os outros dois bairros pela nomenclatura oficial, seguiram como “Conforto” e “Laranjal”.

<sup>100</sup> VEIGA; FONSECA, op. cit., p. 102.

<sup>101</sup> William Fernandes Leite, 22 anos, Valmir Freitas Monteiro, 27 anos e Carlos Augusto Barroso, 19 anos.

Mais que uma ação operária em conflito com a administração da CSN, a greve de 1988 ganhou o significado de um acontecimento de todo o conjunto Usina e Cidade. De modo que a ocupação da Usina por milhares de trabalhadores e pelos soldados do Exército equivaleu a uma ocupação como um todo da própria cidade.

Os motivos da greve giraram em torno da luta contra o arrocho salarial ao qual estavam submetidos os trabalhadores. Os sindicalistas exigiram: devolução de 26,06% referente à inflação de Junho de 1987 (Plano Bresser); pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) de Julho do ano corrente, de 17, 68%; jornada de trabalho de 06 horas; readmissão dos demitidos por participação em greves; e o fim do clima de repressão por parte das chefias da CSN (GRACIOLLI, 2000).

Em linhas gerais, a greve foi vitoriosa, com a conquista parcial das reivindicações. Um monumento (Figuras 36, 37 e 38) projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi construído em Volta Redonda, enfrente ao Escritório Central da CSN, em memória aos operários mortos. Inaugurado em 1º de Maio de 1989, foi misteriosamente explodido na madrugada do dia seguinte. Os patrocinadores da obra do monumento decidiram reerguê-lo com as marcas do atentado, oferecendo à história da cidade uma leitura cumulativa dos antagonismos políticos da época, sintetizados, agora, no monumento de “dupla autoria” (LOPES, 1993).

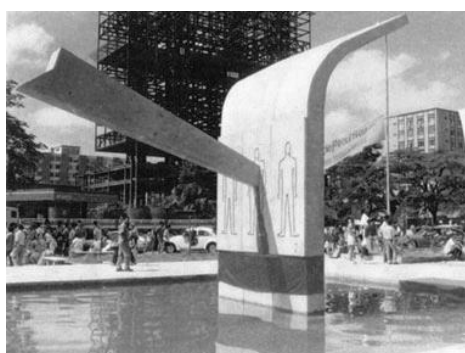


Figura 36 - Memorial 9 de Novembro em sua inauguração, antes do atentado à bomba. Fonte: <http://ovencedornews.blogspot.com.br/2012/11/sobre-monumentos-e-simbolismos-memorial.html>.



Figura 37 - Memorial 9 de Novembro após o atentado à bomba. Fonte: <http://ovencedornews.blogspot.com.br/2012/11/sobre-monumentos-e-simbolismos-memorial.html>.



Figura 38 - Memorial 9 de Novembro reerguido após o atentado à bomba. Fonte: <http://ovencedornews.blogspot.com.br/2012/11/sobre-monumentos-e-simbolismos-memorial.html>.

A verdade é que a greve em 1988 foi consequência de toda uma história. Manifestou-se como reação ao efeito de um “todo” construído por simbolismos homogeneizantes. A origem desse conflito pode ser explicada pelo modelo de identidade disciplinar voltado para dissolver e excluir a massa trabalhadora como sujeito na hegemonia da elite.

O movimento arrastou toda uma cidade, reagindo a uma disciplinaridade imposta como norma de organização de vida e de espaço espalhada uniformemente. A greve de 1988 foi o ponto de ruptura. A privatização da CSN em 1993 consagrou esse processo.

Portanto, a perda progressiva dos vínculos dos empregados com a Companhia implicou em condições novas de apropriação da materialidade da cidade. Houve uma recodificação da legibilidade do processo construído pela CSN em Volta Redonda, onde Usina e Cidade assumiram novas fronteiras espaciais e simbólicas mais explícitas e inconfundíveis. As formas espaciais, mesmo permanecendo as mesmas, passaram a incorporar novos atributos, derivados das mudanças na estrutura da organização social, culminando em conflitos explícitos entre Cidade e CSN. A cidade-símbolo, modelo de sociedade urbana-industrial de Vargas, laboratório para a construção do “novo-homem”, ficaria, definitivamente, para trás?

## CAPÍTULO IV - DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO AOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO: USINA E CIDADE

*“jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve, contudo, existe uma ligação entre ele<sup>102</sup>”.*  
(Ítalo Calvino, “Cidades Invisíveis”, 1990)

A Companhia Siderúrgica Nacional e a cidade de Volta Redonda formam desde os anos 1940 uma só história. Volta Redonda é, desde sua gênese, fruto de ações as quais tornaram a cidade “prisioneira” da Usina e de seus elos com uma estrutura de produção social do espaço urbano historicamente atrelada à simbolismos e representações de poder exercido pela Companhia. O complexo CSN e Vila nasceu para representar o progresso, ser a expressão de um nacionalismo de base ampla, estadista, trabalhista e populista, representando a política da nova era industrial do Brasil moderno.

Assim sendo, a reflexão sobre a afirmação acima, feita por Marco Polo, um personagem de Calvino em “Cidades Invisíveis”, pode servir de guia introdutório capaz de trazer as chaves explicativas à pergunta que fizemos ao final do capítulo anterior.

Para poder começar esta reflexão buscamos compreender e entender, ao longo do trabalho, o processo de produção social do espaço urbano em Volta Redonda de forma consciente e crítica, percebendo o que o espaço urbano tinha a nos relevar através das relações sociais, políticas e econômicas. Trabalhamos então na perspectiva da visão marxista de Lefebvre, onde o espaço é, principalmente, um produto social e nos esforçamos em compreender seu duplo processo de produção e reprodução. Produção no sentido ampliado de construção histórica da vida, da consciência e do mundo, e das relações sociais, fugindo ao sentido restrito da produção de bens; e reprodução não no sentido da manutenção das formas como elas se apresentam, em um potencial estado de inércia, buscando a homogeneidade, mas entendendo que se trata de um eterno devir, de uma possibilidade de ampliação ainda maior da produção no sentido também da apropriação (LEFEBVRE, 1973; CARLOS, 2004; 2011).

---

<sup>102</sup> CALVINO, I. *Cidades Invisíveis*. 1990, p. 59.

Cabe aqui destacar uma parte importante da conceituação de Lefebvre (1991 apud LUSTOZA, 2004) acerca do espaço social: a triplicidade do espaço manifestada na prática espacial, nas representações do espaço, e nos espaços de representação, bem como a correspondente relação dialética estabelecida no interior desta mesma triplicidade e que fundamenta a articulação entre o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. Este conteúdo é fundamental para a compreensão do papel do espaço social em Volta Redonda junto à dinâmica de reprodução das relações sociais de produção, como também na dinâmica de produção da hegemonia da CSN.

De acordo com Lefebvre (1991 apud CARDOSO, 2011), “a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas”<sup>103</sup>.

Lefebvre (1991 apud SOUZA, 2009) ainda menciona que, o espaço concebido é notadamente o da representação abstrata (ordem distante) traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico e se refere às representações do espaço.

As representações do espaço, isto é, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas divisores e agenciadores, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido com o concebido [...]. É o espaço dominante em uma sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderão rumo a um sistema de signos verbais assim elaborados intelectualmente<sup>104</sup>.

Não obstante, as representações do espaço, tal como as propõe Lefebvre (1991, apud LUSTOZA, 2004) na transcrição, são elaboradas a partir de um saber e de uma lógica que supõem conhecimentos matemáticos e técnicos, e são reconhecidas por ele como sendo geralmente frias.

O espaço vivido, por sua vez, denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima) está

---

<sup>103</sup> LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. 1991, p. 40. Traduzido por CARDOSO, 2011.

<sup>104</sup> Ibid., p. 48. Traduzido por CATALÃO, 2010.

vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas (SOUZA, 2009).

Os espaços de representação, quer dizer, o espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham, portanto espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez daqueles que descrevem e creem somente descrever: os escritores, os filósofos. É o espaço dominado, logo submetido, que tenta modificar a imaginação e dela se apropriar. Ele recobre o espaço físico, utilizando simbolicamente seus objetos. De sorte que esses espaços de representação passam rumo a sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais<sup>105</sup>.

Nesse sentido, o espaço vivido abarca o plano do simbólico e do reconhecimento, trazendo em si um traço de subjetividade que advém da experiência adquirida pela vivência e apropriação do espaço no cotidiano.

Já o espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social (SOUZA, 2009).

Dessa maneira, a prática espacial engloba, segundo Lefebvre (1991, apud CATALÃO, 2010), tanto a produção quanto a reprodução espacial de cada formação social, permitindo sua continuidade, de maneira que no espaço ficam inscritos os símbolos e signos que dão identidade e reconhecimento à sociedade que os inscreveu.

A prática espacial de uma sociedade encerra seu espaço; ela o propõe e o pressupõe, em uma interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta pelo desvendamento de seu espaço<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. 1991, p. 49. Traduzido por CATALÃO, 2010.

<sup>106</sup> LEFEBVRE, loc. cit.

Segundo Lefebvre (1991, apud CATALÃO, 2010), entre as três dimensões, o vivido é a que resulta como síntese, pois é a própria representação da vida social que se reproduz quotidianamente e que surge a partir da articulação entre o concebido e o percebido.

Devemos, aqui, admitir que em Volta Redonda a configuração do espaço urbano foi produto da relação estabelecida entre a prática espacial – por sua vez produto das concepções e idealizações espaciais da ideologia do Governo Vargas – e as formas espaciais materializadas. Isso nos levou ao entendimento de que o espaço não foi produzido ao acaso, ainda que em sua produção não podemos desprezar totalmente a espontaneidade da vida, mas pensado por pelo menos dois atos de decisão política, no caso, a construção da CSN como marco da nova ordem produtiva do Estado Novo de Vargas e a localização dessa indústria em local “isolado”.

Desde o começo, a utopia da cidade modelo (símbolo) para Volta Redonda se apresentou através de dois aspectos: em primeiro lugar, o advento de uma cidade perfeitamente disciplinar, laboratório para a idealização do “novo homem”- trabalhador industrial-urbano, segregado por uma hierarquia de classes representada pelas funções desempenhadas no interior da Usina, e assim, submisso a um sistema ditatorial e nacionalista; em segundo lugar, por estas razões, a construção da Vila Operária inseria-se num projeto de desenvolvimento e industrialização nacional como síntese do Estado Novo.

Desse modo, toda prática espacial levada a cabo na Vila Operária em Volta Redonda teve a finalidade de alcançar a utopia da cidade ideal para a “nova” sociedade, que fora idealizada pelo Estado, tendo por base os referidos aspectos e enfrentando os incidentes de um objeto que não é neutro e tão pouco inocente: o espaço urbano (LEFEBVRE, 2008). Seria possível submeter o espaço e, conseqüentemente, a sociedade ao planejamento burocratizado?

A construção de uma nova cidade não é algo de fácil execução, ainda que no caso de Volta Redonda se tenha escolhido para isso um território onde a presença de heranças sociais e políticas eram pequenas e, portanto, com menos resistência à implantação de novas formas espaciais. Desta maneira, inúmeros estudos foram necessários, para que o projeto pudesse ser implantado com êxito,

em um local adequado, tendo em vista o posicionamento estratégico que deveria ter o complexo CSN e Vila Operária em relação às questões técnicas, militares e ideológicas.

A partir de todo esse processo, percebemos que em Volta Redonda o espaço concebido se sobrepôs aos espaços de representação para disciplinar e controlar as práticas sócio espaciais no plano da vida cotidiana, através das políticas, das formas de vida contemporâneas, dos discursos e das ideologias, que sustentaram a produção social do espaço urbano. Referimo-nos, pois, à seguinte triplicidade de relações: espaço concebido → espaço percebido → espaço vivido. Pensamos em termos da prática espacial direcionada à produção do espaço em um sentido abrangente: uma cidade que surgiu do projeto de industrialização de base no país, com materialização dos princípios de um tipo de vida controlado e moldado.

As representações do espaço em Volta Redonda, período de construção da Vila Operária, ganharam um forte peso sobre as práticas espaciais e os espaços de representação. A setorização estratificada dos bairros iniciais da Vila, os percursos induzidos pelo traçado e pela localização dos bairros, a distribuição dos lotes, as tipologias residenciais, os equipamentos urbanos e os simbolismos presentes na concepção e consolidação da Vila Operária foram fortes elementos nas práticas espaciais, induzindo a sociedade local à segregação sócio espacial, hierarquias, submissão, dependência, e vínculos na relação CSN-trabalhadores. Além disso, a manutenção da hegemonia da CSN foi conquistada também, como vimos no Capítulo II, pela construção da identidade social da “família siderúrgica”.

Assim, as representações do espaço em Volta Redonda, a dimensão concebida e idealizada da realidade, tornaram-se cada vez mais o meio a partir do qual foram tomadas as decisões que modificaram o espaço. Desta forma, as ações na produção do espaço urbano na cidade obedeceram às idealizações mentais (aquelas elaboradas pelo projeto de Attílio Correa Lima e posteriormente, pelas alterações feitas pela CSN), subordinando, em grande medida, o espaço produzido ao espaço concebido.

Entretanto, é notável que com o processo de consolidação do espaço urbano em Volta Redonda, alguns aspectos escapariam ao controle do planejamento, haja vista que a produção do espaço se faz quotidianamente e historicamente e, assim, esteve passível de acontecimentos aleatórios que atingiram a vida em sociedade.

Houve com isso, a produção de novas formas de contradição, de novas relações sociais no interior desta triplicidade em Volta Redonda que questionaram e tencionaram a dominação das formas de representação do espaço (espaço concebido) sobre o espaço vivido, como os conflitos e as crises vivenciadas na relação entre capital-trabalho (CSN-sociedade), como mostramos no Capítulo III.

Vimos que existiu uma tentativa de ruptura com as representações do espaço, portanto, outro sentido na relação, passando a ser: espaço percebido -> espaço concebido -> espaço vivido, pois entendemos que as práticas espaciais, no período das crises e conflitos na história de Volta Redonda, passaram a nortear, sem se sobrepor, à construção das relações sociais na cidade, influenciadas diretamente pela decisão da CSN em não mais administrar a área urbana de sua propriedade, entregando-a ao poder municipal local.

Porém, o processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional no início dos anos 1990, revelaria, ainda, que a cidade continuava presa ao modelo *Company-Town* que lhe deu origem. O que está claro é que em Volta Redonda, a passagem do concebido ao vivido, via percebido, revela-se na materialização espacial dos processos históricos estabelecidos pela CSN na cidade, uma vez que todas as decisões que envolveram a CSN afetaram diretamente o espaço urbano em Volta Redonda, sejam elas influenciadas por questões locais, regionais ou nacionais. E, obviamente, não foi diferente com a privatização da Companhia.

No final dos anos de 1980, a CSN estava mergulhada em dívidas, à beira da falência, tendo sido cogitado seu fechamento. No entanto, isso foi evitado com uma reestruturação na empresa, processo que a preparou para a privatização no início da década de 1990. Procópio de Lima Netto era o presidente da Companhia (1990-1992) e foi o idealizador do Plano de Recuperação da CSN (BENTES; COSTA, 2008).

Desde então, Lima Netto envolveu-se não apenas com o reajuste administrativo da empresa, mas também empreendeu uma verdadeira campanha em favor de sua privatização. Os empregados da Usina foram alvo de um processo de massificação da propaganda pró-privatização. A chamada TV Usina, que consistia em vídeos apresentados em refeitórios e demais áreas coletivas da CSN, apresentavam todas as “vantagens” para os trabalhadores e para a cidade que seriam alcançadas com a venda da Companhia, onde se destacavam a manutenção do emprego e a possibilidade de obtenção de lucro com a compra de ações. Da mesma forma, a política deliberada de Lima Netto em defesa da privatização não se restringiu aos trabalhadores individuais. As famílias operárias, em especial as esposas, e demais moradores de Volta Redonda também receberam uma atenção particular, por parte da estratégia de convencimento conduzida pelo presidente da CSN (PEREIRA, 2007), como veremos na citação que segue:

É claro que a Sra. já ouviu esta palavra: privatização. Eu também posso imaginar as dúvidas que podem estar passando pela sua cabeça: - Vai ser bom ou ruim para a CSN? E os empregados, como ficam? E a cidade?... E por aí vai. [...] Uma boa coisa da privatização, no nosso caso, é a democratização do capital da Empresa. Nós propusemos ao BNDES um plano excelente para a CSN: por esse plano, os empregados podem adquirir 20% das ações. [...] As ações são financiadas pelo BNDES. Durante os primeiros 3 anos, o empregado não paga nada. É o chamado prazo de carência. Após esses 3 anos, o empregado passa a pagar as ações em 7 anos, com financiamento do BNDES. Bom, até aí, tudo bem. Mas ele vai pagar isso com o que? Vai pagar com os dividendos, ou rendimentos das ações. Do bolso mesmo, do salário, ele não tira NADA para as suas ações. Uma CSN privada poderá criar novas frentes de trabalho, entrando em novas áreas que, hoje, por força de limitações governamentais, ela não pode implantar. Isso tudo gera emprego. E quem vai trabalhar nessas frentes é o pessoal daqui, que já tem experiência e treinamento. Tudo isso vai melhorar também a cidade. Com uma atividade econômica mais forte, a cidade terá condições de administrar melhor seus problemas, diminuir a violência e crescer sob o ponto de vista humano. Em suma: com todos os benefícios que advirão da privatização, poderemos fazer de Volta Redonda uma cidade feliz. Por isso vim até a Sra.: para lhe trazer informações que a tranquilizem sobre o processo que atravessamos. Afinal, a Sra., como esposa de nosso empregado, é a principal interessada em saber como essas novas situações afetam o seu marido e a sua família. Mas pode ficar descansada. Eu estou cumprindo o meu compromisso de sanear e melhorar a CSN. E vou continuar cumprindo, durante e depois do processo de privatização. Portanto acho que mereço a sua confiança neste momento. Vamos confiar, pois e acreditar que a privatização é a

saída para que a CSN e Volta Redonda tenham um futuro melhor, o futuro que realmente merecem. Que Deus nos ajude<sup>107</sup>.

Vale ressaltar a intenção de Lima Netto em restabelecer, ao menos no plano do discurso, os laços entre a Cidade e a Companhia. A “família” e a “cidade feliz” voltariam à cena em Volta Redonda, mas como potenciais aliados do Presidente. De forma quase paradoxal, esses elementos discursivos seriam apropriados ou reinventados em outro contexto, tomando emprestada a ideia de “convite à felicidade” dos anos 1950 e 1960, não mais em nome de um retorno ao “paternalismo industrial”, mas em prol da privatização da CSN.

A participação na privatização da Companhia significaria a aquisição da casa própria. Essa possibilidade foi aberta com a construção do conjunto habitacional Villa Rica<sup>108</sup>. O empreendimento foi patrocinado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS, tendo como garantia a troca antecipada das ações pelas casas. Mas as expectativas criadas pelos trabalhadores quanto a esse velho “sonho” também seriam em parte frustradas devido às condições daquelas moradias (PEREIRA, 2007).

As casas foram construídas em aterros sobre terrenos pantanosos que cederam, causando as rachaduras nas paredes. A maioria dos mutuários é de empregados da CSN que adquiriram os imóveis com a venda das ações da empresa por ocasião da privatização da siderúrgica. Embora um engenheiro contratado pela Caixa afirmasse que o material empregado na construção fosse o exigido para imóveis de padrão médio popular, os laudos particulares feitos por técnicos contratados pela associação de moradores afirmam que as casas não passam do padrão inferior popular<sup>109</sup>.

Entretanto, o que de fato aconteceu com a privatização foi a redução do efetivo da Companhia de 23.200 funcionários em 1989, para 15.750 em 1993 e 11.500 em 1997. Ademais a perda dos empregos ligados à Usina, cerca de 30 mil empregos indiretos foram perdidos. Além disso, a privatização transformou a CSN em um novo complexo, um conglomerado de empresas que foram adquiridas posteriormente, como, por exemplo, a Rio-Light (energia), a Vale do Rio Doce

---

<sup>107</sup> Carta enviada pelo Presidente da CSN às famílias dos trabalhadores em 10 de fevereiro de 1992 (GRACIOLLI, 2000, p. 16).

<sup>108</sup> Construído em terrenos da CSN, logo ao sul do loteamento Casa de Pedra (construído pela CECISA nos anos 1970). O conjunto habitacional Villa Rica, foi incorporado ao bairro Casa de Pedra, pela Prefeitura Municipal.

<sup>109</sup> Diário do Vale, 25/06/2003. (PEREIRA, 2007).

(mineração), as malhas ferroviárias Centro-Atlântica, do sudeste e nordeste e a concessão de exploração do terminal de carvão do porto de Sepetiba-Rio de Janeiro (MOREIRA, 2012).

Em suma, a privatização para a CSN significou uma retomada do crescimento da empresa. Em números representou R\$ 171,8 milhões em lucro no primeiro semestre de 1997, contra apenas R\$ 38 milhões em 1993, ano da privatização (MOREIRA, 2012). Percebemos, com isso, que o resultado foi um efeito assimétrico entre a Cidade e a Empresa, pois diferentemente para a Companhia, para a Cidade a privatização representou desequilíbrio na economia e na estabilidade social, onde comércio e serviços foram atingidos, bem como as empresas fornecedoras articuladas em torno da Usina e instaladas na região.

Deste modo, a suposta harmonia entre CSN e trabalhadores não se estenderia para muito além de meados dos anos 1990, pois, em primeiro lugar, o “sonho” de enriquecimento daqueles que aproveitaram a reserva de ações destinada aos empregados da Companhia não surtiu efeito, à medida que a participação dos trabalhadores no controle acionário da CSN cairia em poucos anos (PEREIRA, 2007). E em segundo lugar, a privatização da CSN, incluindo não só a área fabril, mas também as terras urbanas e de preservação ambiental de sua propriedade, também gerou insatisfação por parte da municipalidade. Por esta razão, a CSN é, ainda em 2013, a maior proprietária de terras da cidade, possuindo cerca de 20 Km<sup>2</sup> de terrenos urbanos (TIEZZI, 2005).

Para Bastos (2005), o monopólio estatal mantido sobre as áreas urbanizáveis, importantes para o desenvolvimento local, transformou-se em monopólio privado, na exata e igual proporção. A CSN, também, cortou os serviços de saúde, fechou as áreas de lazer nos terrenos ociosos da Companhia, anteriormente disponibilizados à população e tentou retomar terrenos cedidos aos clubes e atividades de lazer na cidade (BENTES; COSTA, 2008). Todas essas iniciativas criaram atritos com o poder municipal e a população, acendendo o debate sobre o modelo de privatização que foi adotado.

Estamos longe do paternalismo de outrora...

A aventura do sonho de Vargas, a cidade símbolo da industrialização do Brasil que se consolidou a ferro, fogo e sangue, se transformou, hoje, num

município de 182 Km<sup>2</sup>, 257 mil habitantes e cerca de 100% de taxa de urbanização (IBGE, 2010). É uma cidade “a imagem e semelhança” da Usina, indústria que emprega 7 mil pessoas e detém 19,6 Km<sup>2</sup> de terrenos urbanos (TIEZZI, 2005).

Não é de se estranhar, pois, que Volta Redonda tenha deixado de ser uma forma espacial urbana planejada para transformar-se num espaço complexo e heterogêneo, no qual se percebem problemas urbanos os mais diversos e cujo cotidiano que a população vivencia assemelha-se ao das demais cidades brasileiras. É o que Lefebvre (1991 apud Lustoza 2004) denomina de espaço percebido, nela estão a produção e a reprodução das práticas espaciais que transformam um lugar. Porém, no caso de Volta Redonda, este espaço onde as relações sociais acontecem está profundamente marcado pelo planejamento e pelas ações políticas que contribuíram para lhe conferir sua morfologia atual.

Quem chega a Volta Redonda percebe imediatamente que a Siderúrgica permanece, ainda em 2013, no campo visual da cidade, como principal elemento edificado, majestosa, imponente, e se nos permite a ousadia, tal como a Igreja no simbolismo do passado colonial brasileiro. A Usina centraliza e domina a paisagem urbana, formando a tipologia da cidade, que nasceu a serviço da indústria e se expandiu e cresceu a seus “pés”. Foi com esta condição que durante o período de 1940 a 1990, surgiu, consolidou, entrou em conflito e decaiu, o modelo de *Company Town* da Vila Operária da CSN.

A configuração urbana (Anexo A)<sup>110</sup>, ainda, mantém a forte presença da Usina. Na área central, encontra-se a área reconhecida como comercial e de serviços original – a Vila Santa Cecília, além disso, podemos observar também o povoado inicial – bairro São João a leste, o bucólico bairro dos engenheiros e chefes administrativos no morro do Laranjal entre a Vila Santa Cecília e o São João, e o bairro designado aos operários - o Conforto a oeste. A partir dessas unidades concebidas no Projeto Original, expandiu-se a cidade, subindo morros ao sul, ocupando as áreas de várzeas do Rio Paraíba do Sul e a sua “margem direita” à custa de loteamentos sem planejamento; e criando bairros mais distantes como: os bairros Santo Agostinho e Dom Bosco na direção de Barra do Pirai e Jardim

---

<sup>110</sup> Para a listagem geral dos bairros em Volta Redonda ver Anexo B.

Belvedere e Casa de Pedra na direção da Rodovia Presidente Dutra (Rio – São Paulo).

Essa configuração retrata as consequências de uma política habitacional deficiente, principalmente por parte da CSN ao não contemplar a maioria de seus trabalhadores, sendo estes obrigados a se instalarem em áreas da “cidade velha”, levando à consolidação da ocupação dos bairros Niterói, Retiro e Belmonte, ao norte da Usina e ao sul os bairros instalados sobre topografia acidentada, como Ponte Alta, Minerlândia, Eucaliptal, São Cristóvão, São Lucas e Santa Inês, por exemplo.

Além da população e da ocupação territorial, Volta Redonda mudou também a função urbana, pois, embora permaneça importante sua função industrial, a cidade acabou assumindo a função terciária, muito impulsionada pela privatização da CSN. Se a Companhia era o principal empregador até o início da década de 1990, atualmente o comércio comanda as estatísticas, com 15 mil empregos, seguido pela Prefeitura com 9 mil (IBGE, 2010).

Vale assinalar que o processo de urbanização que deu origem a cidade, pautada no setor secundário como base da economia, provocou o desaparecimento quase que total da atividade agropecuária no município, implicando numa dependência do abastecimento de localidades vizinhas (LOPES, 1993). O Anexo C – macrozoneamento da cidade – elaborado pelo Plano Diretor Participativo em 2008 mostra que a área estabelecida como Zona Rural (ZR) é relativamente pequena. Somado a isto temos um outro aspecto que é o fato de que em 2010 o Censo Demográfico do IBGE estimou uma população rural em Volta Redonda de apenas 117 pessoas.

No que diz respeito ao uso do solo urbano, a Vila Santa Cecília, no seu setor residencial, principalmente, está sofrendo um processo de transformação de uso, de residencial para comercial e, especialmente, para serviços. Percebem-se reformas, pequenas construções e a presença de edifícios de escritórios elevados de construção recente (Figuras 39 e 40). A área comercial da Vila Santa Cecília foi planejada desde o Projeto Original para ser o centro de atividades da Vila Operária, o que se mantém nos dias atuais.

Além da Vila Santa Cecília, é perceptível outro centro comercial: o chamado “centro velho” (São João), espaço produzido espontaneamente fora do “projeto CSN”, que apresenta uma diversidade de usos como: residências, escritórios e comércio. Diferentemente da Vila Santa Cecília (“centro novo”), o “centro velho”, estruturado a partir da Avenida Amaral Peixoto (Figura 41), possui um comércio reconhecido como popular. Visualmente sua imagem urbana difere das áreas da Vila Santa Cecília e suas imediações. O comércio mostra uma dinâmica econômica através de promoções, o trânsito de pessoas é intenso e as lojas possuem grandes letreiros e um forte apelo visual. Esse local se destaca, atualmente, como o principal polo comercial da cidade: reflexo da política da CSN de não incentivar a instalação de comércio na área da sua antiga Vila Operária.



Figura 39 – Vila Santa Cecília. 2011.  
Fonte: <http://maps.google.com.br/>



Figura 40 – Vila Santa Cecília. 2011.  
Fonte: <http://maps.google.com.br/>



Figura 41 – Avenida Amaral Peixoto. 2011. Fonte:  
<http://maps.google.com.br/>

A ligação viária entre a área da Vila Operária projetada por Correa Lima nos anos de 1940 e o “centro velho” do bairro São João, ainda nos anos 2000, é confusa, evidenciando as “barreiras” sociais (entre funcionários e não-funcionários da CSN) e estruturais (conformação física da área) que separavam

essas duas áreas da Cidade. No mesmo sentido a ligação entre a zona norte e a zona sul da cidade, precisa vencer duas “barreiras”: a linha férrea que serve à Usina e o Rio Paraíba do Sul, revelando que a origem da área norte e sua urbanização ficaram à mercê do planejamento urbano, o que ocasionou a ausência nessa área de grandes vetores de expansão<sup>111</sup>, sistema viário estrutural suficiente e áreas públicas adequadas e proporcionais à grande área ocupada na porção norte.

A oposição entre “norte” e “sul” da cidade, que antes evidenciava as diferenças estruturais do espaço urbano em Volta Redonda entre área planejada (sul) e área não planejada (norte) fez do bairro Retiro (norte) um terceiro centro comercial, onde atualmente, existe um forte e variado comércio, especialmente de abastecimento. O Retiro, principalmente na Avenida Sávio Gama (Figura 42), é uma espécie de polo de serviços para os demais bairros da zona norte, sendo ainda o maior em extensão e o mais densamente povoado bairro de Volta Redonda, fruto da política habitacional da CSN.



Figura 42 – Avenida Sávio Gama - Retiro. 2011. Fonte: <http://maps.google.com.br/>

Estes três “centros” – Vila Santa Cecília, São João e Retiro (Figura 43) – mostram que Volta Redonda assumiu uma organização espacial atípica para sua pouca idade e o seu tamanho, escapando do sistema radial concêntrico clássico, cujo o centro muitas vezes histórico, é marcado por uma Igreja, Prefeitura e uma praça central e sua evolução urbana acontece no entorno imediato. Um exemplo: o edifício-sede da Prefeitura de Volta Redonda se encontra localizado fora da área da Vila Operária, resultado das indecisões sobre a localização dessa sede desde o Projeto Original de Correa Lima e passando por todas as mudanças que o sucederam na cidade. Isso pode ser visto como uma metáfora das dificuldades da municipalidade se posicionar nesse meio de poder e decisão (Figura 43).

<sup>111</sup> Ver Anexo C.



Figura 43 – A cidade de Volta Redonda – os três centros comerciais.

Outro fato importante observado foi a descaracterização quase total da Vila Santa Cecília e do Conforto, no que se refere à tipologia das residências construídas pela CSN. Com a propriedade das casas, após a criação da CECISA os moradores promoveram mudanças profundas na tipologia das edificações, liberando os anseios e os desejos de expressão particular, tanto funcional quanto simbólica, proibida pela CSN até então. Apareceram ampliações, elementos decorativos, novas cores e materiais de fachada ou mesmo um segundo pavimento (Figuras 44 e 45). Isso nos mostra a artificialidade com que era mantida a homogeneidade da paisagem controlada pela CSN.

Sobre as Áreas de Expansão Urbana (ZEU)<sup>112</sup> em Volta Redonda, a maior parte das grandes áreas ainda desocupadas da cidade estão localizadas em terrenos que foram mantidos como propriedade da Siderúrgica no processo de privatização. Além disso, alguns destes terrenos estão ocupados por áreas com usos voltados para o lazer da população, como: clubes, praças e parques, e que a CSN tenta reaver ou deter seu uso.

<sup>112</sup> Ver anexo C.



Figura 44 – Casas no bairro Conforto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 45 – Casas no bairro Conforto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.

Essa atitude de deter o uso destas áreas acarretou em uma grande insatisfação da população local com a Companhia, estes reclamaram ações do poder público, para fazer frente ao problema. O resultado, ao fim, foi o acordo de pagamento de aluguel à CSN por parte dos clubes (TIEZZI, 2005). Porém, os parques e praças foram “fechados” por muros ou cercas impedindo qualquer acesso de pessoas aos locais.

A sociedade reagiu criando em 1997 o movimento “Grite por Volta Redonda”. Este movimento pleiteou a manutenção do vínculo social indústria-cidade, perdido na privatização em 1993, a criação de novos empregos, bem como a mitigação dos passivos ambientais, que a CSN tem na cidade, o que tem rebatido no quadro de saúde do município (BENTES; COSTA, 2008). O pedido de manutenção do vínculo não surtiu efeito, pois em 2003 a CSN transferiu sua sede para São Paulo capital, confirmando que a empresa abandonava a cidade e a região do Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro.

Essa situação única, o fato da venda de uma empresa ter interferido tanto na dinâmica da cidade, frequentemente leva a um bordão repetido rotineiramente pela população local e verbalizado pelo Arcebispo Emérito de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros: “privatizaram não apenas a Siderúrgica, privatizaram a Cidade<sup>113</sup>”.

Essencialmente, é necessário aqui o esclarecimento de que, antes de tudo, Volta Redonda precisa ser entendida enquanto realidade prática-sensível, qual

---

<sup>113</sup> Citado por TIEZZI, 2005.

espaço vivido experimentado quotidianamente, através de suas formas-conteúdo que são resíduos de outros tempos e que indicam claramente todas as ações práticas impetradas pela CSN e o Estado na produção do espaço urbano, incluída aí a apropriação, e que revelam todas as contradições inerentes a essa produção.

Vimos que Volta Redonda, mesmo depois de se tornar município em 1954, possuiu uma relação intrínseca com a CSN, e podemos afirmar que essa relação continuou após a Companhia ser privatizada, mesmo que de maneira distinta. Para pensar o que ocorreu na Cidade após a privatização, devemos pensar num processo de tentativa de criação de um novo discurso hegemônico na cidade, reestruturador de identidades, concepções e novas práticas espaciais, patrocinados pela Prefeitura Municipal. Por esse viés, nos parece possível compreender as mudanças de investimentos na Cidade, que demonstraram o esforço da administração municipal em desconstruir a imagem de “Cidade do Aço” e veicular a nova imagem de “Cidade da Cidadania” e da qualidade de vida.

Para Volta Redonda atrair investimentos, com a crise no setor econômico pós- privatização da CSN, era fundamental construir uma imagem urbana atraente que ajudasse a criar “solidariedade social, orgulho cívico<sup>114</sup>”. Para tanto, foi necessária uma reurbanização quase que completa da cidade e novas imagens-símbolos, implementadas em meio a um forte projeto de *marketing* urbano<sup>115</sup> de cidade promotora de cidadania<sup>116</sup>.

Praticamente toda a cidade recebeu obras de melhorias urbanas como: a urbanização de regiões periféricas, a reforma de praças e instalações, a ampla reforma asfáltica, a revitalização das áreas comerciais como a Vila Santa Cecília e o “centro velho” – especialmente a Avenida Amaral Peixoto. Planejado pelo IPPU em 1998 o projeto para essa avenida incluiu a reforma das calçadas, construção de

---

<sup>114</sup> HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2005, p. 185.

<sup>115</sup> “O princípio do *marketing* urbano é fortalecer a capacidade das cidades para que estas possam adaptar-se ao mercado, aproveitar as oportunidades e sustentar sua vitalidade. As administrações das cidades requerem um conceito eficaz de *marketing* para promover novas empresas e manter as empresas existentes, atrair novos residentes, ativar o turismo (atração de visitantes), realizar eventos culturais, desportivos, com relevância regional, nacional e internacional. Na proposta de *marketing* urbano, a imagem da cidade deve ser mercantil, a imagem localista deve estar na criação da identidade. Na perspectiva estratégica do planejamento urbano, ‘vender’, a cidade tornou-se uma das funções básicas dos governos locais e um dos principais campos de concentração público-privada. O governo local é promotor das chamadas parcerias entre poder público e poder privado”. (RIBEIRO, 2009, p.121).

<sup>116</sup> Cidadania é uma categoria analítica um tanto complexa, de variações e amplitudes históricas e ideológicas substanciais. Ainda assim, podemos extrair algumas de suas principais características dominantes no modo sociológico e tradicional: conjunto de direitos e deveres sociais, participação comunitária, entre outros. Fonte: Guia Cidadania.

jardineiras, melhorias dos equipamentos urbanos e novo *design* para os semáforos e recapeamento do asfalto (Figuras 46, 47, 48, 49 e 50) (PALMEIRA, 2012).



Figura 46 – Detalhe da lixeira. Av. Amaral Peixoto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 47 – Detalhe dos telefones públicos. Av. Amaral Peixoto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 48 – Mapa de localização e turismo. Av. Amaral Peixoto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 49 – Detalhe dos semáforos. Av. Amaral Peixoto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 50 – Espaços de permanência. Av. Amaral Peixoto. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.

Porém, a obra pública de maior significado no período pós-privatização, sem dúvida, foi a reconstrução em 2001 do Estádio Municipal General Sylvio Raulino de Oliveira (Figuras 51 e 52). Extremamente moderno para os padrões dos estádios brasileiros, este foi a síntese de um modelo de política pública embasada no empreendedorismo e no *marketing* urbano, para atrair investimento através da criação de uma imagem atraente da cidade, que no linguajar

publicitário seria o ideal de cidade moderna, dinâmica e pronta para receber investimentos. O governo municipal rebatizou o estádio de “Estádio da Cidadania” (PALMEIRA, 2012).



Figura 51 – Estádio da Cidadania. s/d.  
Fonte: <http://www.cbca-acobrasil.org.br/>



Figura 52 – Estádio da Cidadania. s/d.  
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/>

Em meio às obras realizadas, a Prefeitura divulgou diariamente através da imprensa local um calendário de inaugurações das próximas obras. Nos informes publicitários da administração pública municipal apareceram campanhas com o intuito de elevar a autoestima da população, associando as obras ao progresso e melhoria da qualidade de vida. Com essa abordagem a Prefeitura criou uma nova imagem<sup>117</sup> símbolo para o município, que se tornaria “padrão” nos detalhes das obras da Prefeitura e seria exibida nas “entradas” da cidade (Figuras 53, 54, 55, e 56) (PALMEIRA, 2012).



Figura 53 – Símbolo da Cidade adotado pela Prefeitura desde 1999.  
Fonte: <http://www.google.com.br/>



Figura 54 – Estrutura na entrada da cidade pela Via Dutra. s/d. Fonte: <http://www.portalvr.com/>

<sup>117</sup> A imagem representa a curva sinuosa do Rio Paraíba do Sul. Curva essa que deu origem ao nome de “volta redonda”. Pode ser percebida na Figura 44, bem como nos Anexos A, B e C.



Figura 55 – Símbolo nas calçadas da cidade. 2012. Fonte: Acervo Renata Assis.



Figura 56 – Símbolo nos ônibus urbanos. s/d. Fonte: <http://www.google.com.br/>

A Prefeitura também passou a patrocinar importantes programas de inclusão social, como o projeto “Melhor Idade”<sup>118</sup> e inúmeras atrações musicais com entrada franca (PALMEIRA, 2012). Esses eventos reafirmaram a política pública baseada no *marketing* urbano, que priorizou o lazer, o consumo e o monumentalismo, contudo, sem oferecer solução para os problemas estruturais existentes, como a qualidade dos serviços públicos (saúde, educação, etc.), o que reduziu o projeto urbano à construção de uma “maquiagem” urbana (revitalização de praças, jardins, avenidas, etc.). Podemos enxergar a finalidade dessa opção de governo, uma vez que esses tipos de obras e *shows* criaram um imaginário de progresso, desenvolvimento e contribuiu para a formação do consenso geral da população.

Se por um lado as políticas públicas se caracterizaram por ter como ênfase a necessidade de dotar a cidade de atrativos para investimentos, o que demandou uma ampla reforma urbanística e de dotes arquitetônicos modernos, a fim de aumentar a autoestima (e adesão) da população, por outro, também buscaram atenuar (enfraquecer) a imagem de “Cidade do Aço”, através das constantes descaracterizações e do relativo abandono de marcos históricos para os trabalhadores da CSN, e para a memória operária do município. Por exemplo, a Prefeitura priorizou a reforma de praças e aparelhos urbanos em toda a Cidade,

<sup>118</sup> O programa “Melhor Idade” é desenvolvido pela Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Com polos espalhados pelo município, os idosos da cidade tem acesso as aulas de hidroginástica, viagens e ainda contam com dezenas de monitores para que possam lhe oferecer melhores condições de vida com aulas de ginástica. Fonte: PMVR.

menos a Praça Juarez Antunes – praça localizada entre o Escritório Central e a entrada principal da UPV e onde está localizado o Monumento 9 de Novembro (Figura 57).



Figura 57 –Praça Juarez Antunes.  
2012 Fonte: Acervo Renata Assis.

Para nós, esse fato se justifica pelo fato do projeto de *marketing* de Volta Redonda visar justamente extinguir a imagem de Cidade Operária, pois para uma cidade “moderna” como Volta Redonda não há mais espaço para lembranças históricas dos conflitos que tomaram conta da cidade, como as greves ou o processo de privatização da CSN.

Desta maneira, até aqui, nos parece claro em nosso trabalho, que historicamente as relações de poder entre CSN e cidade e os conflitos ocorridos afetaram a participação popular em Volta Redonda. No seu período estatal, a CSN conteve as lutas e os movimentos sociais organizados, atualmente em 2013 é o poder público municipal que atua na mesma direção, isolando e diminuindo a participação e interlocução entre os movimentos sociais e os conselhos municipais. Se antes a cidade foi planejada para disciplinar e educar o “novo-homem” submisso às hierarquias funcionais da Usina e ao sistema nacionalista de Vargas, passados cerca de 70 anos, o “novo-homem” continua submisso à imagem que é transmitida pela propaganda oficial do município: uma cidade com “alta” qualidade de vida, sem conflitos, harmoniosa e pronta para receber investimentos. Mudou o administrador, mas não mudou a manipulação.

Porém como já mencionamos no início deste capítulo, jamais podemos confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Apesar de toda a tentativa de “quebrar” com o passado como a Prefeitura Municipal de Volta Redonda tenta

veicular desde a privatização da CSN e como a própria Companhia que mudou o seu relacionamento com a Cidade.

Acreditamos pela leitura sócio espacial do espaço urbano, que a cidade de Volta Redonda é o resultado de processos de relação direta com a CSN, construída ao longo de várias décadas e gerações. As antigas gerações têm suas histórias vinculadas à identidade da “família siderúrgica”, com as qualidades e benefícios de um período onde o ideário do novo Brasil urbano esteve no auge. Por outro lado, as novas gerações guardam as memórias herdadas de seus familiares.

A cidade de Volta Redonda pautou seu desenvolvimento através do núcleo urbano construído pela empresa estatal – CSN. E, no século XXI, vivencia as consequências dessa fidelidade, por conta das transformações na estrutura economia e os processos sociais em meio a uma fase difícil de modificação identitária, fundiária e outras.

Decorridos mais de setenta anos de sua fundação é notório que a empresa tenha diminuído sua presença na vida cotidiana dos trabalhadores e da população de Volta Redonda. Contudo, ainda é difícil se falar em uma perda total da relação Companhia e Cidade. Ao se manter como maior detentora de terras urbanas em Volta Redonda, a CSN permanece influenciando e induzindo a trajetória dos trabalhadores e moradores.

Para concluir a narrativa deste Capítulo, propomos a reflexão de que o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico – um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade que é cenário e encaminha a análise. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho e sociedade coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. A produção da vida não envolve apenas produção de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social na medida em que é a realização do ser social ao longo do processo histórico (LUSTOZA, 2006).

Portanto, as representações do espaço e os espaços de representação em Volta Redonda assumem uma distância muito delicada, praticamente se confundem como produto sócio histórico e suas materialidades, resultantes, por um lado, das práticas espaciais da sociedade local e, por outro, do próprio processo de urbanização brasileira sob o capitalismo.

## | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, tendo como referencial teórico a produção social do espaço urbano em Volta Redonda, enfatizando as relações sociedade-trabalho sob a ótica do sistema capitalista, pudemos reafirmar algumas premissas deste campo de estudo e perceber outros caminhos dentro dessa análise.

É importante mencionar que não foi nossa intenção trazer, através desta investigação, soluções ou apresentar respostas, mas sim, provocar uma reflexão, um debate e interpretar alguns dos questionamentos sobre a relação trabalho-sociedade, como a hierarquia industrial sobre o espaço urbano e a produção social do espaço refletido em uma cidade reconhecida e projetada como um modelo de cidade industrial brasileira surgida na década de 1940.

A área urbana da CSN planejada em Volta Redonda pelo arquiteto urbanista Atílio Correa Lima revelou uma fonte de inspiração: o modelo de cidade industrial formulado por Tony Garnier, que foi discutido por diferentes pesquisadores. Vimos que o ritmo de trabalho dos operários, as funções atribuídas a estes e suas atividades fora do ambiente da Usina, eram refletidas e contínuas no espaço urbano, espaço este pensado e materializado com aspectos de grande carga simbólica, voltados principalmente para a disciplina dos cidadãos da cidade e para a exaltação da indústria e o Estado.

Ao nos referirmos ao Projeto Urbano para Volta Redonda, com a incorporação de aspectos relacionados à morfologia urbana, salientamos a hierarquização industrial em quatro sentidos ao nível da dimensão urbana. O sentido vertical, com as classes sociais que exerciam as atividades mais privilegiadas dentro da Usina, localizadas em pontos mais elevados da área urbana; o sentido horizontal, com as casas de tipologias mais simples muito próximas à Usina; o sentido do desenho do traçado urbano que inscreveu uma hierarquia nas áreas de vivência dos operários – área industrial, bairros residências e centro urbano, seguiram uma trama ortogonal; o bairro reservado a elite trouxe um traçado sinuoso, acompanhando as curvas de nível, esse ‘desenho’ distinguiu este espaço e revelou uma hierarquia sobre os demais. Por fim, o sentido das representações simbólicas que reforçaram os outros três sentidos mencionados ao trazer para eles conotações especiais além de seu significado evidente,

representando, principalmente, as estratégias de poder do Estado em legitimar a internalização pelos indivíduos da nova sociedade proposta.

Através do processo reflexivo na *“leitura sócio espacial do projeto urbano para a cidade industrial”* constatamos a relação intrínseca entre a produção social do espaço urbano em Volta Redonda e as decisões políticas, econômicas e sociais tomadas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), acarretando mudanças e transformações que, dependendo do tipo de decisão tomada pela Companhia, ora afetou primeiramente o espaço urbano e posteriormente a sociedade, ora o inverso, ou seja, as transformações atingiram o indivíduo cidadão/trabalhador e conseqüentemente o espaço urbano.

Neste sentido, interpretamos o processo de ordenamento espacial em Volta Redonda em três momentos distintos na relação CSN – Volta Redonda: O primeiro momento compreendeu o período de implantação, quando foram simultaneamente construídos a Usina e o patrimônio edificado que serviu de apoio a Companhia (residências, escolas, hospitais, clubes, etc.), e consolidação do espaço urbano por meio do assistencialismo aos trabalhadores, do domínio e vigilância sobre os mesmos. Este momento representou para o indivíduo cidadão/trabalhador um controle/disciplina da sua vida fora do espaço siderúrgico, por meio da centralização do patrimônio urbano e edificado pela CSN, onde todos os encargos referentes aos equipamentos e serviços urbanos foram diretamente mantidos pela Companhia.

Por este fato, neste período, a CSN centralizou e direcionou o desenvolvimento de Volta Redonda, enquanto distrito de Barra Mansa. Com a emancipação político-administrativa do distrito e a conseqüente criação do município, proprietários de terras e comerciantes fizeram valer livremente seus interesses: a expansão “natural” da cidade ganhou um novo ímpeto, ao mesmo tempo em que a CSN continuou mantendo sobre controle seu patrimônio urbano.

Neste primeiro momento, onde Companhia e Cidade foram uma só realidade, apreendemos que a CSN influenciou diretamente as duas esferas tratadas ao longo desta pesquisa: o espaço urbano e o indivíduo cidadão/trabalhador. Em primeiro lugar porque as práticas sociais materializadas em Volta Redonda, desde seu período de implantação, contribuíram para a

garantia da produtividade da Usina, disseminando a ideologia da classe hegemônica via, principalmente, relações sociais estabelecidas no espaço urbano. E também, porque as representações do espaço – espaço concebido (plano utópico de cidade seguindo determinado modelo, construções de espaços simbólicos, o traçado dos bairros residenciais, os clubes, monumentos, etc.) determinaram o sentido e o significado da cidade na vida em sociedade, contribuindo com eficácia para formação dos trabalhadores e seus familiares.

O segundo momento foi o período em que a relação direta Usina e Cidade se desfez. Nesta fase a Companhia iniciou a transferência de seu patrimônio e encargos urbanos à Prefeitura Municipal, redefinindo suas responsabilidades na evolução urbana de Volta Redonda. Além disso, foi criada uma imobiliária encarregada da venda das casas de propriedade da CSN e novas formas de segregação espacial foram introduzidas. Por essas razões, este momento representou para o indivíduo cidadão/trabalhador o início de conflitos mais expressivos na relação CSN e trabalhadores. Estes últimos, não desempenhando até então um papel de protagonismo na produção do espaço urbano da cidade (“direito à cidade”), buscaram uma ruptura com o processo dominador vigente através de lutas por seus direitos.

Percebemos, então, que neste momento Companhia e Cidade iniciaram uma separação. A CSN passou a exercer influência somente ao nível do espaço urbano, pois o indivíduo cidadão/trabalhador começou a perceber uma desarmonia na relação com a Companhia. As práticas espaciais – espaço percebido e um início de consciência do espaço vivido passam a questionar os problemas na relação CSN – Volta Redonda.

No primeiro momento, que já mencionamos, não foi possível aos trabalhadores fazerem uma análise do processo ao qual estavam submetidos, pois para eles, as condições que lhes foram proporcionadas tinham uma qualidade melhor do que aquela advinda da sua experiência anterior, do campo, do trabalho braçal, entregue à própria sorte e/ou sem nenhum amparo institucional. Quando os trabalhadores perceberam que os benefícios assistenciais da CSN já não mais existiam de maneira compensatória ao controle exercido sobre suas vidas, houve uma consciência maior por partes destes empregados.

Por fim, consideramos o terceiro momento, aquele iniciado com a privatização da CSN. Com a Companhia privatizada, a direção da empresa saiu de Volta Redonda, se transferindo para São Paulo. Esses fatos marcaram um novo cenário para a Volta Redonda, onde a CSN deixou a cidade entregue a ela própria, surgindo uma nova protagonista na relação sociedade-trabalho: a Prefeitura Municipal.

Com o estudo da produção social do espaço urbano em Volta Redonda constatamos que é possível enfatizar que se os condicionamentos econômicos, o conflito (dimensão política da classe) e a percepção cultural (uma identidade que surge a partir da identificação mediada por valores e ideias) fazem parte do processo de formação da sociedade, a consideração da dinâmica espacial é o fator capaz de tornar melhor a apreensão da interação entre essas dimensões na experiência de um determinado coletivo.

Nesse sentido, Volta Redonda como objeto empírico para esse estudo, se mostrou como uma contribuição para a interpretação das implicações sociais e materiais de um processo de ordenamento do espaço urbano voltado para a disciplina e controle de seus cidadãos, visando à eficácia da atividade produtiva.

Acreditamos que a nossa interpretação do processo de ordenamento do espaço urbano em Volta Redonda, de modo a explicar o que este processo representou para o indivíduo cidadão/trabalhador, sirva de base para futuros estudos que tragam uma visão mais humana dos fatos, colocando realmente o homem como o principal agente receptor e transmissor das conseqüentes ações e materializações do projeto nacionalista de Vargas e demonstrando, por conseqüência, como esse indivíduo reagiu, se comportou, buscou soluções diante deste processo.

Assim, indicamos a necessidade de buscar compreender de uma maneira mais aprofundada o espaço urbano a partir das demandas dos sentimentos, caráter, autoestima e personalidade contidos na psique humana, que identifica, escolhe e processa as experiências afetivas, que são utilizadas pelos indivíduos. Este caminho indica uma discussão mais próxima e necessária entre o urbanismo e a psicologia.

Esperamos que este trabalho tenha demonstrado que as transformações ocorridas em Volta Redonda e na Companhia Siderúrgica Nacional não se deram por inevitabilidades históricas ou por destinos inevitáveis e naturais, mas sim, por processos em que a sociedade agiu/reagiu, mesmo que de forma distinta em seus diferentes grupos e classes, para defender interesses e aspirações e o resultado é uma síntese dessas disputas.

As contradições percebidas e analisadas nas relações sócio espaciais entre CSN-Volta Redonda se impuseram muitas vezes para o cidadão/trabalhador, o que para nós não nos pareceu lógico, uma vez que a produção do espaço pelo homem, deve servir primeiramente ao próprio homem, e não ao contrario.

Mesmo sendo considerada uma cidade “livre”, as reflexões e discussões nos mostrou que ainda existem marcas da gestão paternalista da CSN presente na vida dos moradores da cidade, por meio, principalmente, das representações do espaço. O espaço urbano em Volta Redonda foi, ele próprio, um discurso político de exaltação das relações de poder, tanto da Companhia, como do Estado. Relações estas internalizadas pelo indivíduo cidadão/trabalhador, que por décadas viveu sobre a influência direta da Companhia.

Todos esses fatores nos levam a reafirmar que a CSN, apesar da variação em suas estratégias empresariais, do paternalismo assistencialista dos anos 1940 e 1950 ao “total descaso” para com sua força de trabalho dos anos 2000, passando pelos enfrentamentos dos anos 1980, mantém a posição de influência sobre a vida do indivíduo cidadão/trabalhador em Volta Redonda.

O trabalho nos trouxe uma interface entre as visões da geografia e do urbanismo. Nos fez refletir e discutir sobre o espaço geográfico/urbano como produto, condição e meio para as relações sociais de uma sociedade, pois estas relações não se processam no vazio, mas em espaços determinados e assumem um caráter espacial; as relações espaciais de produção são irrelevantes sem relações sociais que as qualifiquem. Há que se perceber o caráter dialético destas relações onde uma pressupõe a outra, ambas dialeticamente inseparáveis, interdependentes e contraditórias.

## | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, P. G. P. **Moradia Operária em Volta Redonda, permanências e contribuições à morfologia urbana – da gênese à privatização da CSN – 1940 a 1993**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BEDÊ, E. **Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/bede07d](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/bede07d)>. Acesso em: 9 out. 2012.

BENTES, J. C. G; COSTA, M.L.P. **A cidade-empresa e a empresa na cidade: Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR*, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1196>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

CALIFE, M. N. **Volta Redonda – CSN – Um espaço dual**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/anais.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

CALVINO, I. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO, I. C. C. **O espaço urbano e a reprodução das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica**. *Revista Libertas On Line*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1-23, 2011. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas/article/view/1663/1159>> Acesso em: 30 jun. 2012.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATALÃO, I. **Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas espaciais e**

vida quotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COLMAN, E.; POLA, K. D. **Trabalho em Marx e serviço social**. *Revista Serviço Social*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 179-201, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10058/8794>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL. **Parecer sobre a localização da Usina**. [s.l.], novembro de 1940. Relator: Edmundo Macedo Soares e Silva.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **Dados sobre a evolução da CSN, 1946 – 1984**. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Extrato da Ata da 1270ª Sessão Ordinária da Diretoria, realizada em 31 de março de 1966**. RD – 1778/51. [s. l.], 1966.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de distribuição de casas do setor de Volta Redonda**. Boletim de Serviço n° 124. Volta Redonda, 06 de julho de 1953.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1943, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1944, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1945, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1946, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1947, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria** correspondente ao ano de 1948, apresentado à Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **Relatório dos trabalhos feitos até abril de 1942**, apresentado ao Sr. Presidente da CSN – Dr. Guilherme Guinle pelo Eng. Civil Ary Torres – Vice – Presidente. Rio de Janeiro, 1942.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria – 1950**. [s. l.], 1951.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria – 1953**. [s. l.], 1954.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria – 1954**. [s. l.], 1955.

\_\_\_\_\_. **Resolução da Diretoria nº 2197**. Volta Redonda, 1º de julho de 1950.

\_\_\_\_\_. **Serviços urbanos e de utilidade pública**. Boletim de Serviço nº 2. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1948.

\_\_\_\_\_. Volta Redonda, [ca. 1950].

CORREIA, T.B. **De vila operária a cidade-companhia**: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR*, a. 3, n. 4, p. 83-98, 2001. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/inicio/index.php/2012-09-13-13-08-43/revista-2/pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

COSTA, A. **Volta Redonda**: ontem e hoje. Edição comemorativa 50 anos. Volta Redonda: [s.n.], 2004.

D'ADESKY, J. **Pluralismo ético e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DALLAGO, C.S.T. **Relações de trabalho e modo de produção capitalista**. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 2010, Franca. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000112010000100001&lng=es&nrm=van.](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112010000100001&lng=es&nrm=van.)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

DIAS, S.T.B. **Espaço urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1973 – 1985)**. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho), Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2003. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=18899](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18899)>. Acesso em: 9 out. 2012.

DINAMARCO, P.S.M. **Trabalhadores da CSN**: lembranças e relatos da primeira geração. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022010-171948/pt br.php>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

FEATHERSONE, M. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.

FONTES, A. M. M.; LAMARÃO, S. T. N. **Volta Redonda**: história de uma cidade ou de uma usina? *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 18-19, p 241-254, 2006. Disponível em: <[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_18-19/Cap-12-Angela\\_Fontes\\_Sergio\\_Lamarao.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-12-Angela_Fontes_Sergio_Lamarao.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 29. ed. São Paulo: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: historia da violência nas prisões. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, N. J. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. São Paulo: Rocket E-Books, 2005.

GODOY, P. R. T. **A Produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 23, p. 125 - 132, 2008.

GOMES, A. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLF, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53 – 72.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

GRACIOLLI, E. J. **Um Caldeirão Chamado CSN**. Uberlândia: Edufu, 2000.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização, 1980.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA. **Caderno de Bairros n. 2**. Volta Redonda: IPPUR\_VR, 2010.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, A. C. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LUSTOZA, R. E. **Apontamentos sobre as teorias de Marx, em especial sobre valor de uso e valor de troca**. Niterói: [s.n.], 2004.

\_\_\_\_\_. **Produção do espaço urbano e questão ambiental: a urbanização entre mar e montanha na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MEDEIROS, S. A. **A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940 – 1973)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/cidade-educaconstru%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-social-dostrabalhadores-dacidade/id/29474370.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/cidade-educaconstru%C3%A7%C3%A3o-da-identidade-social-dostrabalhadores-dacidade/id/29474370.html)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MOREIRA, R. Ascensão e crise de um paradigma disciplinar: o espaço do complexo CSN – Volta Redonda e a sociedade do trabalho no Brasil. In: MOREIRA, R. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012. p. 213 – 244.

MOREL, R. **A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”** – o caso de Volta Redonda (1941 – 1968). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os soldados do trabalho: formação e disciplinamento de trabalhadores na Companhia Siderúrgica Nacional.** *Revista Arigó, o pássaro que veio de longe, Coleção Trabalhadora em Luta*, Volta Redonda, n. 1, 1989b.

OLIVEIRA, J. C. P. **Estado Local como Produtor e Modelador do Espaço. Um Estudo de Caso das Políticas Municipais de Habitação em Campos dos Goytacazes – RJ.** Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

PALMEIRA, A. F. **A nova face da “Cidade do Aço”:** crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1570.pdf>>. Acesso em: 03 mar. de 2013.

PEREIRA, S. E. M. **Sindicalismo e privatização:** o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=86210](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=86210)>. Acesso em: 16 jul. de 2011.

PERROT, M. E. B. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA – PMVR. **Projeto História Oral de Volta Redonda.** v. I. Secretaria Municipal de Cultura. Volta Redonda, 1985.

RAMOS, T. T. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe.** Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>>. Acesso em: 22 mai. de 2012.

RIBEIRO, V. M. F. **A (des) construção do espaço carioca na ‘era César Maia’ (1993-2008):** reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados ‘Pentágono do Milênio’. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/VivianiDeMoraesFreitasRibeiro.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SILVA, E. A. **“Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”**: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda, 1970 -1980). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/corpo-discente-projetos/dissertacoes/>>. Acesso em: 23 abr. de 2012.

SOUZA, C. B. G. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia**. Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 5, 2009. Disponível em: < <http://confins.revues.org/5633>>. Acesso em: 22 set. de 2011.

SOUZA, C. V. C. **Pelo espaço da cidade**: aspectos da vida social e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

TIEZZI, R. **A Usina da Injustiça**: como um só homem está destruindo uma cidade inteira. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

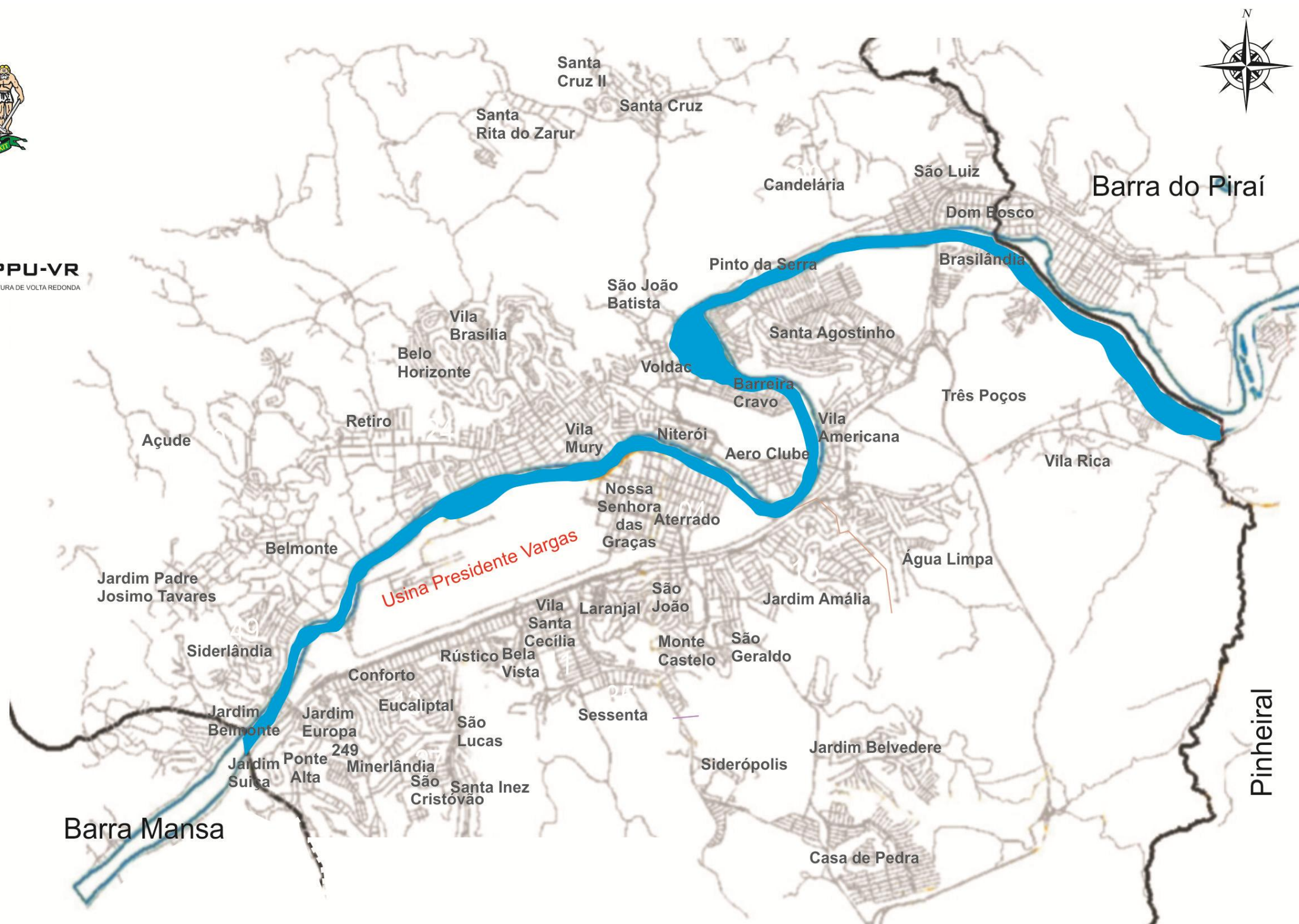
VASCONCELOS FILHO, J. M.; SOARES, B. R. **Os conflitos e as contradições na aquisição da moradia social nos enclaves de pobreza urbana no Brasil**: uma análise sobre a cidade de Araguaína-TO. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, v. 2. n. 47E, p. 1 -14, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2122>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Volta Redonda**: entre o aço e as armas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.



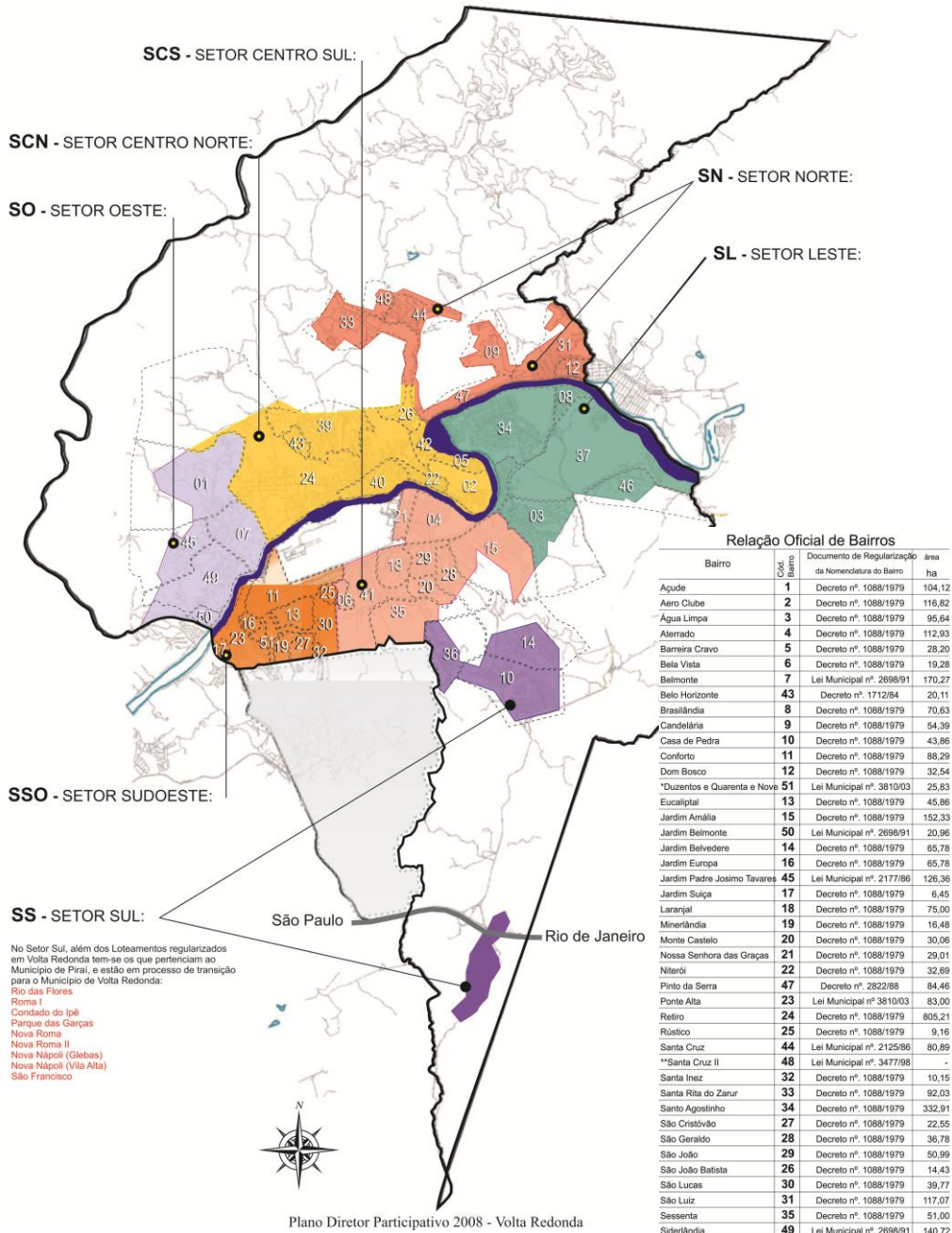
**Planta Geral de Volta Redonda**

atualizado maio/2011



**Prefeitura Municipal de Volta Redonda - PMVR**  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda - IPPU-VR

# ANEXO B – Abairramento em Volta Redonda.



Relação Oficial de Bairros

Bairro	Código do Bairro	Documento de Regularização da Nomenclatura do Bairro	Área (ha)
Agude	1	Decreto nº. 1088/1979	104,12
Aero Clube	2	Decreto nº. 1088/1979	116,82
Água Limpa	3	Decreto nº. 1088/1979	95,64
Alterado	4	Decreto nº. 1088/1979	112,93
Barreira Cravo	5	Decreto nº. 1088/1979	28,20
Bela Vista	6	Decreto nº. 1088/1979	19,28
Belmonte	7	Lei Municipal nº. 2698/91	170,27
Belo Horizonte	43	Decreto nº. 1712/84	20,11
Brasília	8	Decreto nº. 1088/1979	70,63
Candelária	9	Decreto nº. 1088/1979	54,39
Casa de Pedra	10	Decreto nº. 1088/1979	43,86
Conforto	11	Decreto nº. 1088/1979	88,29
Dom Bosco	12	Decreto nº. 1088/1979	32,54
*Duzentos e Quarenta e Nove	51	Lei Municipal nº. 3810/03	25,83
Eucaliptal	13	Decreto nº. 1088/1979	45,86
Jardim Amália	15	Decreto nº. 1088/1979	152,33
Jardim Belmonte	50	Lei Municipal nº. 2698/91	20,96
Jardim Belvedere	14	Decreto nº. 1088/1979	65,78
Jardim Europa	16	Decreto nº. 1088/1979	65,78
Jardim Padre Josimo Tavares	45	Lei Municipal nº. 2177/86	126,36
Jardim Suíça	17	Decreto nº. 1088/1979	6,45
Laranjal	18	Decreto nº. 1088/1979	75,00
Minerlândia	19	Decreto nº. 1088/1979	16,48
Monte Castelo	20	Decreto nº. 1088/1979	30,06
Nossa Senhora das Graças	21	Decreto nº. 1088/1979	29,01
Niterói	22	Decreto nº. 1088/1979	32,69
Pinto da Serra	47	Decreto nº. 2822/88	84,46
Ponte Alta	23	Lei Municipal nº 3810/03	83,00
Retiro	24	Decreto nº. 1088/1979	805,21
Rústico	25	Decreto nº. 1088/1979	9,16
Santa Cruz	44	Lei Municipal nº. 2125/86	80,89
**Santa Cruz II	48	Lei Municipal nº. 3477/88	-
Santa Inez	32	Decreto nº. 1088/1979	10,15
Santa Rita do Zairur	33	Decreto nº. 1088/1979	92,03
Santo Agostinho	34	Decreto nº. 1088/1979	332,91
São Cristóvão	27	Decreto nº. 1088/1979	22,55
São Geraldo	28	Decreto nº. 1088/1979	36,78
São João	29	Decreto nº. 1088/1979	50,99
São João Batista	26	Decreto nº. 1088/1979	14,43
São Lucas	30	Decreto nº. 1088/1979	39,77
São Luiz	31	Decreto nº. 1088/1979	117,07
Sessenta	35	Decreto nº. 1088/1979	51,00
Siderlândia	49	Lei Municipal nº. 2698/91	140,72
Siderópolis	36	Decreto nº. 1088/1979	37,37
Três Poços	37	Decreto nº. 1088/1979	787,14
Vila Americana	38	Decreto nº. 1088/1979	32,27
Vila Brasília	39	Decreto nº. 1088/1979	95,27
Vila Mury	40	Decreto nº. 1088/1979	86,35
Vila Rica	46	Lei Municipal nº. 2102/86	28,02
Vila Santa Cecília	41	Decreto nº. 1088/1979	100,08
Voídac	42	Decreto nº. 1088/1979	36,98
		***Sem especificação	-
total de Bairros:	51		

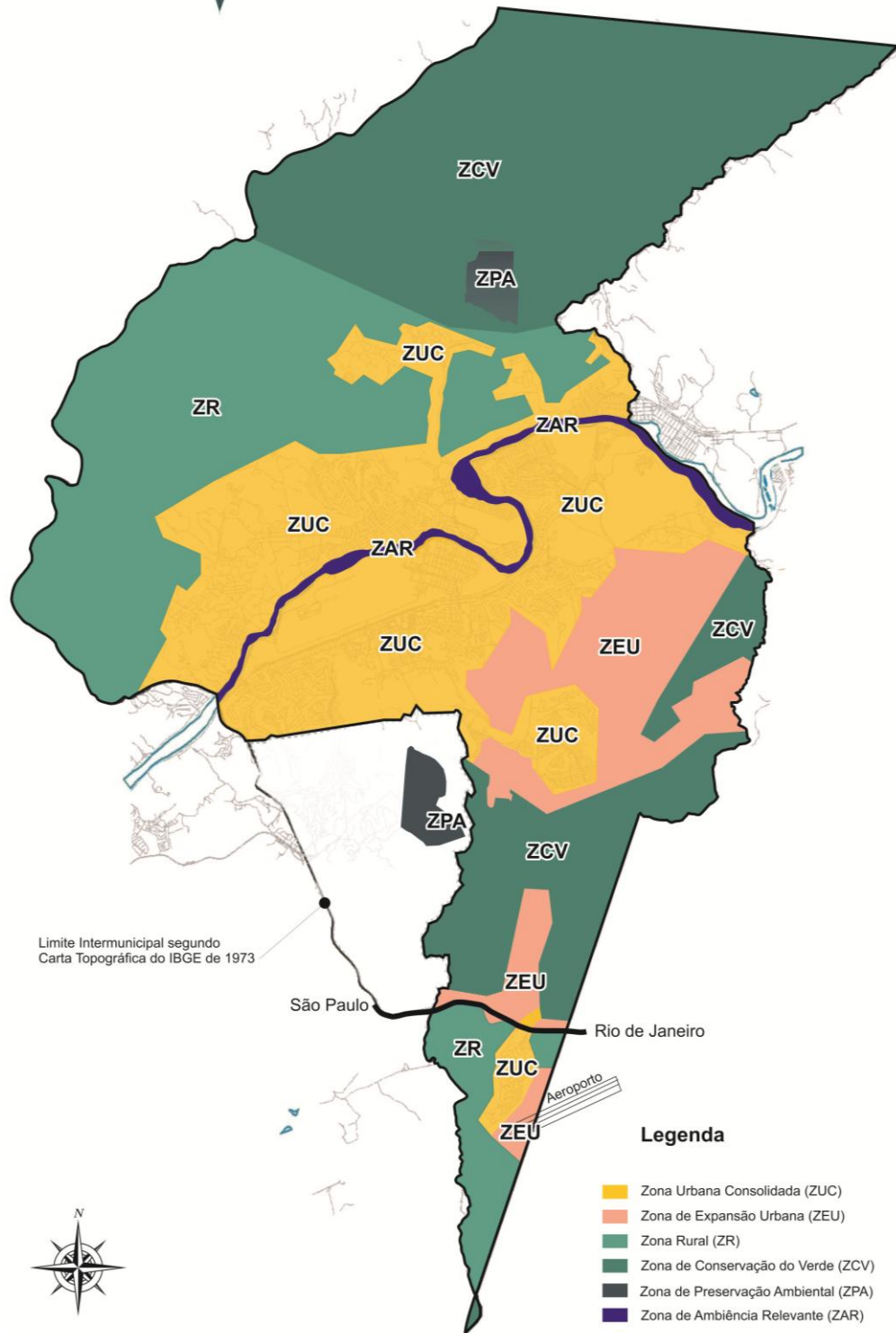
\* Duzentos e Quarenta e Nove fazia parte do Bairro Ponte Alta

\*\*Santa Cruz II faz parte dos "Sem Especificação"

\*\*\*(\*)Sem especificação: áreas rurais e de preservação, núcleos de posse, complexo Roma

Fonte: Censo IBGE/2000, IPPU, SMF

ANEXO C – Macrozoneamento de Volta Redonda.



Plano Diretor Participativo 2008 - Volta Redonda